



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LEONARDO ALVES LEITE DOS SANTOS

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA:
ANÁLISE DA CIDADE DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)**

Recife
2023

LEONARDO ALVES LEITE DOS SANTOS

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA:
ANÁLISE DA CIDADE DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Orientador (a): Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes

Recife

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S237r Santos, Leonardo Alves Leite dos.
Reestruturação produtiva e circuitos da economia urbana : análise da cidade de Vitória de Santo Antão (PE) / Leonardo Alves Leite dos Santos. – 2023.
121 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientador : Rodrigo Dutra Gomes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2023.

Inclui referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Economia urbana. 3. Reestruturação produtiva. 4. Cidades médias. 5. Dinâmicas produtivas. 6. Trabalho e emprego. 7. Vitória de Santo Antão (PE). I. Gomes, Rodrigo Dutra (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2024-033)

LEONARDO ALVES LEITE DOS SANTOS

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA:
ANÁLISE DA CIDADE DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 28/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Bertrand Roger Guillaume Cozic (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Talitha Lucena de Vasconcelos (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedicado a Clara Sophie.
Que a ciência seja uma das luzes em sua vida.

AGRADECIMENTOS

Devo começar meus agradecimentos com meu orientador, prof. Rodrigo Dutra, sem o seu suporte e inestimada compreensão dos percalços e desafios que ocorreram durante a realização do meu mestrado não teria chegado até aqui e, sobretudo, a longevidade do trabalho conjunto desde as discussões no começo da minha graduação, passando pelo TCC e agora na conclusão do mestrado. Obrigado! Não seria possível chegar até aqui com um trabalho de se orgulhar sem seu apoio, críticas, compreensão e conselhos.

Agradeço também aos meus pais por me ensinarem e transmitirem os exemplos de força, gratidão, respeito, da consciência social e o valor do trabalho pessoal digno. A minha namorada, Hillary, pelo apoio emocional durante as etapas finais deste trabalho.

A todos os meus amigos e amigas: os que carrego desde a infância, os que a vida me deu nesses 3 anos, os desde o começo da graduação (lá em 2016) e que levarei comigo para além das geografias feitas dentro dos muros da universidade, estes estavam, estão (e estarão) comigo nos caminhos geográficos da vida, até onde ela desembocar. A todos vocês meu muito obrigado pela presença verdadeira, pelo compartilhamento da vida em todos os seus momentos de altos e baixos, pertos e distantes, mas sempre presentes.

Agradeço a CAPES pelo fornecimento da bolsa de mestrado ao longo da vigência do período normal do curso, sem o fomento à pesquisa e a qualidade e a dignidade do trabalho do pesquisador não se faz ciência, se faz milagre.

Agradeço a todos os professores os quais tive aprendizados e trocas inestimáveis ao longo da realização deste mestrado, especialmente, a profa. Ana Cristina Fernandes, prof. Jan Bitoun e a profa. Livia Miranda.

Aos professores da minha banca de qualificação, prof. Bertrand Cozic e profa. Priscila Vasconcelos, toda minha gratidão pelo esforço de apontar caminhos de aperfeiçoamentos e outras perspectivas fundamentais para o enriquecimento do trabalho.

Um agradecimento especial para Eduardo, secretário do PPGEIO, que faz o programa funcionar com excelência de serviço público na prestação do dever e na atenção aos discentes.

Por fim, deixo meu agradecimento a todos os mestres e mestras que fizeram e fazem as Ciências Geográficas o campo do saber científico que mais sensibiliza o ser humano na percepção do Sistema-Mundo – Sociedade & Natureza –, sem a visão transcendental de vocês sobre o Mundo e as suas tantas facetas, eu jamais ampliaria a minha. Viva a Ciência, um saber (fazer) social!

*Rapaz deixe de tolice
Não se deixe amedrontar
Fui eu quem criou a terra
Enchi o rio, fiz a serra
Não deixei nada faltar*

*Hoje o homem criou asa
E na maioria das casas
Eu também não posso entrar
Fui eu quem criou a terra
Enchi o rio, fiz a serra
Não deixei nada faltar
Hoje o homem criou asas
E na maioria das casas
Eu também não posso entrar*

(Zé Ramalho – Cidadão)

“A ambição teórica é tão legítima quanto indispensável. Mas ela conduz ao fracasso se o pesquisador se contenta em apenas colocar sua pequena pedra no edifício, sem dedicar-se plenamente à tarefa prioritária de encontrar respostas para as questões do mundo atual” (Manzagol, Claude, 1985, p. 229).

RESUMO

O processo de reestruturação produtiva das atividades industriais é um dos fenômenos mais significativos da globalização do capitalismo ao longo da segunda metade do século XX e prolongado até os presentes dias. Esse processo de migração industrial é um dos grandes fatores que impulsionaram a urbanização dispersa no Brasil – a ampliação da importância das cidades médias e intermediárias na configuração das redes urbanas e no rearranjo da divisão territorial do trabalho para regiões de desempenho econômico menos dinâmicos – sendo as Regiões Sul e Nordeste as principais beneficiadas por este processo. Estas cidades médias interioranas à medida que concentraram agentes industriais formaram estruturas produtivas de aglomeração relativa em seus territórios e passaram a realizar novas dinâmicas inter e intraurbanas nas suas organizações econômicas, laborais e de consumo. Nesta pesquisa buscou-se analisar como esse processo de reestruturação se deu e dinamizou, quali-quantitativamente, os agentes e as estruturas dos setores produtivos da economia urbana da cidade média de Vitória de Santo Antão, capital sub-regional do centro da Zona da Mata de Pernambuco. Neste objetivo, enquanto um estudo de caso, tomou-se da dialética da teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos junto aos estudos contemporâneos do desenvolvimentismo econômico e industrial brasileiro (economia heterodoxa) e da geografia urbana e econômica, especialmente tratando-se das cidades médias. Com isso, para além de extensa pesquisa bibliográfica, quanto aos conceitos e elementos centrais que sistematizam a problemática, realizou-se pesquisa de dados secundários em órgãos oficiais do Estado (IBGE, SIDRA, RAIS, DataSebrae, OEC, Receita Federal) sobre o panorama evolutivo recente (2000-2022) da economia, dos setores e atividades produtivas e das formas de trabalho na cidade de Vitória de Santo Antão. Fez-se também coleta de dados primários na coleta de imagens da disposição desses agentes/estruturas na (re)produção do espaço urbano da cidade e com realização de entrevistas semiestruturadas com agentes representantes de instituições de ensino técnico e superior presentes no município, entrevistas concernentes a questão do desenvolvimento de relações de pesquisa, ensino e inovação conjunto com empresas da localidade e região. Constatou-se que, durante as duas últimas décadas, Vitória de Santo Antão tornou-se uma significativa cidade de atração industrial e de serviços, consolidando-se como uma centralidade relativamente crescente destes setores, especialmente o industrial, até meados de 2015, quando eclode a crise político-econômica no país. Essa ampliação da centralidade urbano-econômica do município atraiu e fomentou a diversificação de comércios e serviços de maiores amplitudes ou com grau mais elevado de especialização, característicos do circuito superior e superior marginal da economia. No

entanto, conclui-se que, a grande concentração de empregos formais permanece ainda em setores e atividades de baixa geração de rendas no comércio varejista e serviços básicos, sendo a formalização via abertura de cadastro de MEI uma alternativa em ascensão para informais e desempregados na dinâmica recente do trabalho e dos micro e pequenos negócios do circuito inferior da economia da cidade e que as relações virtuosas entre Instituições de Ensino e Empresas (E-I) ainda são pouco dinâmicas e capilarizadas em volta do desenvolvimento de P&D e inovação, apresentando maiores trocas em programas de estágios e capacitações extensivas em empresas, órgãos e setores da administração pública das municipalidades da região, incluindo em grau a própria cidade de Vitória de Santo Antão.

Palavras-chave: circuitos da economia urbana; reestruturação produtiva; cidades médias; dinâmicas produtivas; trabalho e emprego; Vitória de Santo Antão/PE.

ABSTRACT

The process of productive restructuring of industrial activities is one of the most significant phenomena of the globalization of capitalism during the second half of the twentieth century and has continued until the present day. This process of industrial migration is one of the great factors that propelled the dispersed urbanization in Brazil - the amplification of the importance of medium and intermediary cities in the configuration of urban networks and in the rearrangement of the territorial division of work for regions of less dynamic economic performance - being the South and Northeast Regions the main beneficiaries of this process. These medium-sized inland cities, as they concentrated industrial agents, formed productive structures of relative agglomeration in their territories and started to perform new inter and intra-urban dynamics in their economic, labour and consumption organisations. This research sought to analyze how this restructuring process occurred and dynamized, quali-quantitatively, the agents and the structures of the productive sectors of the urban economy of the medium city of Vitória de Santo Antão, sub-regional capital of the centre of Pernambuco's Zona da Mata. In this objective, as a case study, it was taken from the dialectic of Milton Santos' theory of the circuits of urban economy together with the contemporary studies of the Brazilian economic and industrial developmentism (heterodox economy) and of the urban and economic geography, especially regarding the medium cities. Therefore, in addition to extensive bibliographical research, as to the concepts and central elements that systematize the problematic, we conducted research of secondary data in official state organs (IBGE, SIDRA, RAIS, DataSebrae, OEC, Receita Federal) on the recent evolutionary panorama (2000-2022) of the economy, the productive sectors and activities and the forms of work in the city of Vitória de Santo Antão. It was also made primary data collection in the collection of images of the disposition of these agents/structures in the (re)production of the urban space of the city and with the realization of semi-structured interviews with agents representing institutions of technical and higher education present in the municipality, interviews concerning the issue of development of relations of research, teaching and innovation together with companies of the locality and region. It was found that, during the last two decades, Vitória de Santo Antão became a significant city of industrial and services attraction, consolidating itself as a relatively growing centrality of these sectors, especially the industrial one, until mid-2015, when the political-economic crisis in the country erupts. This expansion of the urban-economic centrality of the municipality attracted and fostered the diversification of trades and services of greater amplitudes or with higher degree of specialization, characteristic of the upper and upper

marginal circuit of the economy. However, it is concluded that, the great concentration of formal jobs still remains in sectors and activities of low income generation in the retail trade and basic services, being the formalization via opening of registration of MEI an alternative on the rise for informal and unemployed in the recent dynamics of work and micro and small businesses of the lower circuit of the city's economy and that the virtuous relationships between Education Institutions and Companies (E-I) are still little dynamic and capillary around the development of R&D and innovation, presenting greater exchanges in internship programs and extensive training in companies, bodies and sectors of public administration of the municipalities in the region, including to a degree the very city of Vitória de Santo Antão.

Keywords: circuits of urban economy; productive restructuring; medium-sized cities; productive dynamics; work and employment; Vitória de Santo Antão/PE.

RESUMEN

El proceso de reestructuración productiva de las actividades industriales es uno de los fenómenos más significativos de la globalización del capitalismo durante la segunda mitad del siglo XX y ha continuado hasta nuestros días. Este proceso de migración industrial es uno de los principales factores que impulsaron la urbanización dispersa en Brasil - la amplificación de la importancia de las ciudades medias e intermedias en la configuración de las redes urbanas y en el reordenamiento de la división territorial del trabajo para las regiones de desempeño económico menos dinámico - siendo las Regiones Sur y Nordeste las principales beneficiarias de este proceso. Estas ciudades medianas del interior, al concentrar agentes industriales, formaron estructuras productivas de aglomeración relativa en sus territorios y pasaron a realizar nuevas dinámicas inter e intraurbanas en sus organizaciones económicas, laborales y de consumo. Esta investigación buscó analizar cómo este proceso de reestructuración ocurrió y dinamizó, cuali-cuantitativamente, los agentes y las estructuras de los sectores productivos de la economía urbana de la ciudad mediana de Vitória de Santo Antão, capital subregional del centro de la Zona da Mata de Pernambuco. En este objetivo, como estudio de caso, se partió de la dialéctica de la teoría de los circuitos de economía urbana de Milton Santos junto con los estudios contemporáneos del desarrollismo económico e industrial brasileño (economía heterodoxa) y de la geografía urbana y económica, especialmente en lo que se refiere a las ciudades medias. Por lo tanto, además de una amplia investigación bibliográfica, en cuanto a los conceptos y elementos centrales que sistematizan la problemática, realizamos una investigación de datos secundarios en órganos oficiales del Estado (IBGE, SIDRA, RAIS, DataSebrae, OEC, Receita Federal) sobre el panorama evolutivo reciente (2000-2022) de la economía, los sectores y actividades productivas y las formas de trabajo en la ciudad de Vitória de Santo Antão. Também foi feita recolha de dados primários na recolha de imagens da disposição destes agentes/estruturas na (re)produção do espaço urbano da cidade e com a realização de entrevistas semiestructuradas com agentes representantes de instituições de ensino técnico e superior presentes no município, entrevistas referentes à questão do desenvolvimento das relações de pesquisa, ensino e inovação junto às empresas da localidade e região. Se constató que, durante las dos últimas décadas, Vitória de Santo Antão se convirtió en una importante ciudad de atracción industrial y de servicios, consolidándose como una centralidad relativamente creciente de estos sectores, especialmente el industrial, hasta mediados de 2015, cuando estalla la crisis político-económica en el país. Esta expansión de la centralidad urbano-económica del municipio atrajo y fomentó la diversificación de oficios y

servicios de mayor amplitud o con mayor grado de especialización, característicos del circuito superior y marginal alto de la economía. Sin embargo, se concluye que, la gran concentración de empleos formales aún se mantiene en sectores y actividades de baja generación de ingresos en el comercio minorista y servicios básicos, siendo la formalización vía apertura de registro de MEI una alternativa en ascenso para informales y desempleados en la reciente dinámica de trabajo y micro y pequeñas empresas del circuito inferior de la economía de la ciudad y que las relaciones virtuosas entre Instituciones de Educación y Empresas (E-I) aún son poco dinámicas y capilares en torno al desarrollo de P&D, presentando mayores intercambios en programas de prácticas y formación extensiva en empresas, organismos y sectores de la administración pública de los municipios de la región, incluyendo en cierta medida la propia ciudad de Vitória de Santo Antão.

Palabras clave: circuitos de economía urbana; reestructuración productiva; ciudades medias; dinámicas productivas; trabajo y empleo; Vitória de Santo Antão/PE.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção Industrial Física Mensal da Indústria Geral (Extrativa + Transformação) do estado de Pernambuco, variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) (em porcentagem)	53
Gráfico 2 - Produção Industrial Física Mensal da Indústria Geral (Extrativa + Transformação) da Região Nordeste, variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) (em porcentagem)	53
Gráfico 3 - Produção Industrial Física Mensal da Indústria Geral (Extrativa + Transformação) do Brasil, variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) (em porcentagem)	54
Gráfico 4 - Evolução do PIB do município de Vitória de Santo Antão de 2002 a 2020 (valores em reais x 1.000)	54
Gráfico 5 - Evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) total e por setores da economia municipal, a preços correntes (valores em R\$ x 1000).....	55
Gráfico 6 - Evolução do VAB de Vitória de Santo Antão por setores da economia (valores em porcentagem)	55
Gráfico 7 - Evolução da remuneração Média do salário mínimo por setores da economia e soma total, Vitória de Santo Antão/PE	59
Gráfico 8 - Evolução do número empregos formais (CLT) em Vitória de Santo Antão/PE por setores da economia e o total	60
Gráfico 9 - Remuneração média (massa salarial) por setores da economia com alta concentração de empreendimentos do circuito superior marginal em Vitória de Santo Antão/PE, por anos selecionados entre 2006 a 2021.....	78
Gráfico 10 - Evolução do número de cadastros ativos de MEIs em Vitória de Santo Antão/PE (2010 a 2022, exceto 2014)	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fotografia da unidade regional da Grau Técnica em Vitória de Santo Antão/PE ao lado de outros estabelecimentos característicos do circuito superior marginal.....	76
Figura 2 - Fotografia de estabelecimentos de serviços médicos e laboratoriais em Vitória de Santo Antão/PE.....	77
Figura 3 - Fotografias galpões lado a lado com funcionalidades diversas em relação as atividades de seus empreendimentos, Vitória de Santo Antão/PE	78
Figura 4 - Fotografia de estabelecimentos de comércio e serviços de reparação para veículos automotores, Av. Henrique de Holanda, Vitória de Santo Antão/PE.....	79
Figura 5 - Fotografia da construção de uma segunda unidade da Drogasil, Av. Henrique de Holanda, cidade de Vitória de Santo Antão/PE.....	81
Figura 6 - Fotografia do outdoor comercial da Veneza Materiais de Construção, Av. Henrique de Holanda, cidade de Vitória de Santo Antão/PE	82
Figura 7 - Fotografia estabelecimento de comércio e serviços agropecuários na Av. Henrique de Holanda, cidade de Vitória de Santo Antão/PE	83
Figura 8 - Fotografia estabelecimento de comércio e serviços agropecuários na Av. Mariana Amália, cidade de Vitória de Santo Antão/PE	83
Figura 9 - Colagem de fotografias de estabelecimentos característico do circuito inferior, Centro da cidade de Vitória de Santo Antão/PE.....	93
Figura 10 - Fotografia de um comércio informal ambulante na margem da Av. Henrique de Holanda, Vitória de Santo Antão/PE	94
Figura 11 - Colagem fotografias da feira livre de Vitória de Santo Antão/PE, bairro da Matriz	95
Figura 12 - Fotografia de residências com híbridas funções (morada, trabalho e comércio) em Vitória de Santo Antão/PE	96
Figura 13 - Fotografia da nova paisagem da Tv. Capitão Fagundes (Beco do Cornélio) após a reforma urbanística, Centro, Vitória de Santo Antão/PE	97
Figura 14 - Fotografia de estabelecimentos locais de restaurantes ao lado de uma franquias de sorvete de rede regional, Vitória de Santo Antão/PE	98

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Vitória de Santo Antão/PE.....	23
Mapa 2 - Redistribuição dos estabelecimentos do grupo de comando do capital, por Unidades da Federação do Brasil (1995-2005).....	38
Mapa 3 - Brasil: distribuição espacial das AIRs com mais de 10 mil empregos industriais (2018).....	40
Mapa 4 - Distribuição das aglomerações do setor industrial nas cidades médias não metropolitanas do Nordeste, 1990 e 2013	41
Mapa 5 - Espacialização dos circuitos econômicos urbanos sobre os principais eixos viários em Vitória de Santo Antão/PE.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) de abril a outubro de 2022	28
Tabela 2 - Percentual dos empreendedores iniciais segundo a motivação por ocupação - Brasil - 2019 (em porcentagem)	31
Tabela 3 - Distribuição percentual de empreendedores segundo a condição de ocupação anterior à abertura do negócio - Brasil – 2019 (em porcentagem)	32
Tabela 4 - Evolução do número de estabelecimentos ativos em Vitória de Santo Antão/PE por Setor Econômico do IBGE	58
Tabela 5 - Instituições de ensino, profissionalização técnica e de PD&I em Vitória de Santo Antão/PE.....	67
Tabela 6 - Cursos técnicos oferecidos pelas principais instituições de ensino técnico privado em Vitória de Santo Antão/PE.....	68
Tabela 7 - Número de estabelecimentos ativos em Vitória de Santo Antão/PE com alta concentração de empreendimentos do circuito superior marginal, por anos selecionados entre 2006 a 2021	75
Tabela 8 - Número de vínculos empregatícios ativos em Vitória de Santo Antão/PE por setores com alta concentração de empreendimentos do circuito superior marginal, por anos selecionados entre 2006 a 2021	75
Tabela 9 - Evolução do número de estabelecimentos (CNPJ), segundo a CNAE 2.0 – Divisão, de atividades com alta concentração de empreendimentos do circuito inferior em Vitória de Santo Antão/PE	85
Tabela 10 - Evolução do número de vínculos empregatícios (CLT), segundo a CNAE 2.0 – Divisão, de atividades com alta concentração de empreendimentos do circuito inferior em Vitória de Santo Antão/PE.....	86
Tabela 11 - Evolução da remuneração média em Salários Mínimos (SM) ou massa salarial, segundo a CNAE 2.0 – Divisão, de atividades com alta concentração de empreendimentos do circuito inferior em Vitória de Santo Antão/PE	87
Tabela 12 - Principais atividades realizadas pelos MEIs cadastrados em Vitória de Santo Antão/PE no SIMEI (100 ou mais).....	90
Tabela 13 - Formas de atuação no espaço dos MEIs em Vitória de Santo Antão/PE	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIR	Aglomerado Industrial Relevante
CAV	Centro Acadêmico da Vitória de Santo Antão
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEM	Global Entrepreneurship Monitor (Monitor Global do Empreendedorismo)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
I-E	Instituições (Ensino, PD&I) e Empresas
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
MEI	Microempreendedor Individual
MIT	Massachusetts Institute of Technology (Instituto de Tecnologia de Massachusetts)
OECD	Observatory of Economic Complexity (Observatório da Complexidade Econômica)
O-I	Owens Illinois do Brasil
OMC	Organização Mundial do Comércio
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
RM	Região Metropolitana
RMR	Região Metropolitana do Recife
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIMEI	Sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional ao Microempreendedor Individual
SM	Salário Mínimo
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicações
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UNIFACOL	Centro Universitário FACOL (Faculdade Osman Lins)
UNIVISA	Centro Universitário da Vitória de Santo Antão
VAB	Valor Adicionado Bruto
VAT	Valor Adicionado Total

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	A TEORIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E AS CIDADES MÉDIAS	25
2.1	Configuração produtiva no século XXI e os circuitos econômicos urbano	25
2.2	Os circuitos da economia urbana no contexto das cidades de porte médio	36
2.2.1	A inserção operacional do circuito superior manufatureiro	42
2.2.2	Proeminência do circuito superior marginal e a estrutural dependência do circuito inferior da economia	43
2.3	Vitória de Santo Antônio (PE) e sua economia após a implantação do Polo Industrial	50
3	OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)	58
3.1	O circuito superior em Vitória de Santo Antônio (PE): Vitória uma cidade industrial?.....	58
3.1.2	As interações entre Instituições de ensino e pesquisa e Empresas (I-E) em Vitória de Santo Antônio (PE): um olhar de aproximação	64
3.2	O eixo estratégico: centralidade urbana e o circuito superior marginal da economia da Vitória de Santo Antônio (PE).....	73
3.3	Da “cidade industrializada” a realidade socioeconômica: uma visão geral do circuito inferior da economia da cidade de Vitória de Santo Antônio (PE)	84
4	UMA VISÃO DE SÍNTESE DOS CIRCUITOS ECONÔMICOS URBANOS: A CENTRALIDADE (URBANA) E O DESENVOLVIMENTO EM EIXO	100
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS.....	108
	APÊNDICE A – QUESTÕES-CHAVE PARA AS ENTREVISTAS SOBRE AS INTERAÇÕES INSTITUIÇÕES E EMPRESAS (E-I) EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)	117
	APÊNDICE B – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENDEREÇADO AOS ENTREVISTADOS	118

1 INTRODUÇÃO

As transformações do capitalismo contemporâneo têm reorganizado a distribuição das atividades produtivas e o papel empregado entre cidades de diferentes magnitudes de influência na organização do território e nas dinâmicas regionais mundo afora. Estas transformações no que concerne aos movimentos migratórios de agentes produtivos, principalmente os do setor secundário da economia, produzindo novas estruturas produtivas em outros recortes espaciais dentro ou fora de sua região ou território nacional de origem ficou conceituada como o processo de reestruturação produtiva (Diniz; Mendes, 2021; Moreira, 2015; Monteiro Neto; Silva; Severian, 2020).

Os principais focos espaciais desses fluxos dispersivos dos agentes industriais desde o final do século XX são as cidades de porte intermediário. Cidades médias de Regiões Metropolitanas (RM) ou interioranas com vantagens geográficas, populacionais, infraestruturais, políticas, entre outras, que viabilizam uma busca de territorialização nesses contextos urbanos em fuga das problemáticas da macrourbanização caótica das grandes capitais e RM da Região Concentrada (Santos, 2013; Silveira, 2002; Sposito, 2010; Reolon, 2013). Os impactos destas migrações fomentaram no território Aglomerados Industriais Relevantes (AIRs) dispersos sobre as Macrorregiões de menor expressividade nas atividades do setor secundário, o Sul e o Nordeste com maior crescimento neste sentido (CNI, 2021), sendo as cidades médias interioranas as grandes transformadas socioeconomicamente nas suas configurações produtivas – atividades, empregos e economia – por esta reestruturação produtiva em marcha (Corrêa, 1999).

Diante deste contexto, a pesquisa buscou analisar estas novas dinâmicas na organização urbano-econômica, dadas as transformações recentes pelo processo de reestruturação produtiva do setor secundário da economia, no contexto de uma cidade média interiorana do Nordeste brasileiro. Para tal foco empírico, a cidade de Vitória de Santo Antão no estado de Pernambuco foi escolhida para pesquisa, visto que já havíamos realizado trabalho pregresso tendo a mesma como estudo de caso (Santos, 2019). Sendo, por assim, a pesquisa aqui realizada uma ampliação do leque da investigação econômico-urbano desta cidade média central na Zona da Mata Pernambucana.

O arcabouço teórico-metodológico para tal pesquisa – o olhar sobre as relações intraurbanas e interurbanas na configuração das atividades por setores econômicos e seus respectivos níveis de capitais, características do trabalho e renda e das técnicas/tecnologias empregadas – demandou de uma robustez teórico-analítica a qual pudéssemos, em dupla ação,

destrinchar analiticamente os agentes e estruturas envolvidos na configuração espacial urbano-econômica da cidade. Portanto, possibilitar a compreensão criticamente do movimento de suas inter-relações – tensões, contradições e interdependências – na totalidade da dinâmica geográfica econômica urbana recente. A teoria dos circuitos da economia urbana do mundo subdesenvolvido de Milton Santos ([1979] 2004) apresentou uma rica contribuição teórica-metodológica à leitura da problemática dada pela realidade do espaço estudado em questão.

Por ser uma teoria que analisa de forma dialética as estruturas e agentes econômicos no espaço urbano em forma de subsistemas – circuito superior (e superior marginal) e inferior –, pode-se verificar na análise aprofundada dos setores econômicos e atividades produtivas: quais desempenham atuação hegemônica no processo de (re)produção do capitalismo contemporâneo; quais são os que vivem as margens dessa hegemonia, na informalidade, no subemprego, etc. nas atividades de baixa geração de renda e alta extração da força de trabalho diária e da mais-valia relativa; e os agentes/estruturas que atuam de forma de intermediadores e híbridos neste cenário complexo e altamente desigual de relações produtivas.

Destarte, buscou-se responder qual o panorama atual da economia urbana de Vitória de Santo Antão/PE, diante da sua participação no processo de reestruturação produtiva – no contexto da Mesorregião da Zona da Mata, do estado de Pernambuco – e constituição do polo industrial na cidade? Como se configuram os circuitos da economia urbana de Vitória de Santo Antão ao longo desse processo recente de inserções de empreendimentos externos ao município e da própria Macrorregião? Quais as características singulares e relacionais destas atividades, compreendidos pela perspectiva dos circuitos da economia urbana, em suas formas de disposição e (re)produção sobre a malha urbana da cidade de Vitória de Santo Antão?

Estas indagações são extremamente cruciais para investigarmos, analisarmos e aumentarmos a compreensão da sociedade quanto aos rumos atuais que as relações de produção e formas de trabalho estão se dando nas cidades médias, sendo estas as que nas últimas décadas vem despontando nas taxas de crescimento urbano, atratividade populacional no cenário nacional e internacional, e, conseqüentemente, no ganho de importância estratégicas no território e na força de influência sobre as redes urbanas regionais (Monte-mór, 2006; Moraes; Pereira, 2016; IBGE, 2020; Moura; Oliveira; Pêgo, 2018).

Posto isto, este trabalho explorou, como objetivo geral, analisar a economia urbana de Vitória de Santo Antão/PE, a partir dos seus circuitos da economia urbana, após a recente inserção do município no processo de reestruturação produtiva e consolidação do seu polo industrial, o qual teve início a partir do ano de 2008.

Quanto aos objetivos específicos delineou-se três missões-chave à pesquisa:

- Compreender como se dá a participação de Vitória de Santo Antão no processo de reestruturação produtiva do setor industrial e suas reverberações na relação regional e interurbana do município;
- Identificar os principais agentes, estruturas que formam os circuitos da economia urbana de Vitória de Santo Antão, assim como também suas potenciais interações com as estruturas de ensino e pesquisa sediadas na municipalidade;
- Elencar as principais formas de atuação e espacialidade dos agentes e estruturas dos circuitos da economia urbana vitoriense;

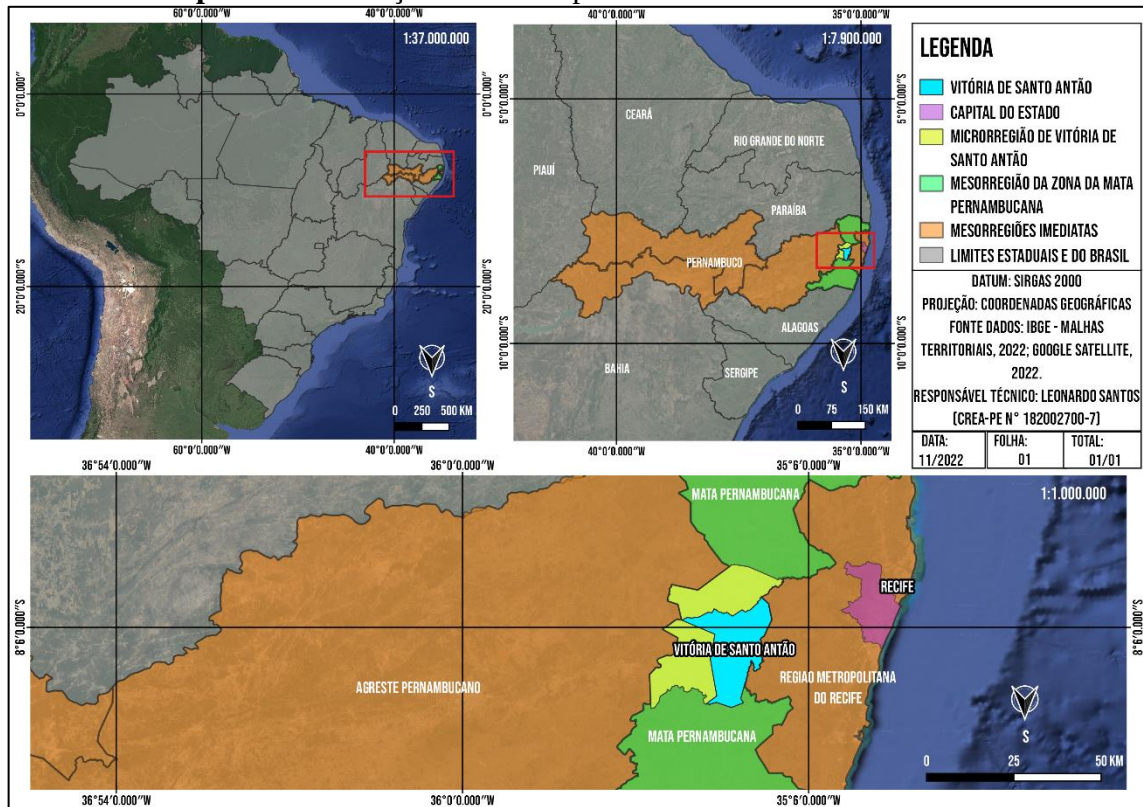
No que diz respeito ao percurso metodológico, este trabalho buscou na abordagem dialética da geografia urbana crítica e na corrente desenvolvimentista econômica brasileira (economia heterodoxa) seus fundamentos para compreensão dos elementos e aspectos caros à problematização e os questionamentos levantados pelo pesquisador. Porquanto, configurando um esforço dialógico entre ambas correntes na construção de um arcabouço teórico-metodológico que abranja a complexidade da problemática posta. O caráter da pesquisa é descritiva-crítica qualiquantitativa, dada a natureza dos dados e da problemática, sendo este um estudo de caso com objeto empírico a cidade de Vitória de Santo Antão.

Nos procedimentos, realizou-se extensa pesquisa bibliográfica quanto aos assuntos da reestruturação produtiva, industrialização brasileira, cidades médias e intermediárias, geografia econômica urbana brasileira do século XX e XXI, em especial sob o olhar teórico dos circuitos da economia urbana e das relações do capitalismo em rede e da era da digitalização da globalização; para tal baseamo-nos em obras da geografia urbana e econômica clássica e contemporânea, o estado da arte nas pesquisas de estudo de caso sobre os circuitos da economia urbana, especialmente em cidades médias em diferentes contextos regionais brasileiro.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados e informações sobre nosso campo empírico – Vitória de Santo Antão (mapa 1) – coletamos, tratamos e organizamos a exposição de vários dados de diferentes fontes secundárias. Pesquisou-se em bancos de dados em plataformas governamentais (IBGE, SIDRA, RAIS, CNI, DataSebrae, Receita Federal) quanto fontes secundárias de dados e pesquisas de diagnóstico/planejamento e dados levantados por organizações e instituições internacionais (GEM, OEC). Utilizou-se para tratamento e construção das tabelas e gráficos o *software Excel 2016* e/ou a própria plataforma online de algumas das fontes.

Também se utilizou de um fundamental recurso caro às ciências geográficas¹ que é o registro de imagens, via fotografias, de diferentes pontos da paisagem urbana vitoriense onde se materializam configurações espaciais produtivas dos circuitos da economia urbana da cidade do nosso estudo de caso.

Mapa 1 - Localização do município de Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: elaborado pelo autor, 2022.

Ademais, o trabalho está estruturado em cinco tópicos principais. Além da introdução feita aqui (tópico 1), no segundo tópico tem-se o embasamento teórico-metodológico de trabalho onde discute-se a teoria dos circuitos econômicos urbanos, a reestruturação produtiva e o papel das cidades intermediárias em meio a este processo, uma discussão de aproximação entre estes três objetos-categorias de análise basilares da pesquisa – reestruturação produtiva, cidades médias e circuitos da economia urbana –, encerrando o tópico com uma apresentação inicial da cidade do estudo de caso, Vitória de Santo Antão/PE. O terceiro tópico está a análise de cada circuito econômico urbano da cidade de Vitória de Santo Antão, onde, após a análise

¹ Conforme apontam Gomes e Berdoulay (2018), em estudo que põe reflexões da importância histórica do registro e construção de imagens – imagens no sentido amplo (não exclusivamente fotografias) – ao desenvolvimento do conhecimento científico geográfico, quanto instrumento metodológico, em todos os seus subcampos de estudo desta ciência.

do circuito superior, realizamos uma aproximação investigativa-reflexiva sobre o panorama atual das relações entre instituições de ensino, PD&I e formação técnica com empresas (I-E) na cidade de Vitória de Santo Antão. No quarto tópico, em primeiro momento, expõem-se um esforço de sintetização relacional geral dos circuitos econômicos urbanos a partir da visualização de sua forma de disposição espacializada sobre a cidade de Vitória de Santo Antão. Encerrando com as considerações finais, no tópico cinco, com reflexões críticas conclusivas e apontamentos gerais que subsidiem uma ação virtuosa no aprimoramento coeso e estruturado das relações de produção, emprego, trabalho e, conseqüentemente, renda, crescimento econômico e do desenvolvimento socioespacial do município.

2 A TEORIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E AS CIDADES MÉDIAS

2.1 Configuração produtiva no século XXI e os circuitos econômicos urbano

O problema do subdesenvolvimento foi exaustivamente abordado por estudiosos de diversas áreas do saber científico ao longo do século XX. O que não deixou de ser mais importante no atual contexto do século XXI onde o processo de globalização, desde a década de 70 do século passado, vem reestruturando e emergindo novas relações de produção, circulação e consumo da humanidade sob à lógica hegemônica do capitalista.

No final da década de 70 um dos pesquisadores que se dedicava na tarefa de compreender e teorizar a questão das relações econômicas e urbanas no espaço foi o geógrafo Milton Santos. Este proeminente geógrafo brasileiro focou sua atenção na análise das características e processos que formavam a natureza da configuração da economia urbana dos países subdesenvolvidos, ou seja, os mecanismos (i)materiais os quais o subdesenvolvimento (re)produzia-se de forma estrutural no “Sul global”² (Santos, 2004; Santos, 2003).

Santos (2004) elaborou uma construção intelectual – teórica e metodologicamente – que analisava a economia urbana dos territórios subdesenvolvidos em *dois circuitos econômicos*: o *circuito superior* cujas características são da economia do capital hegemônico, do comando, do acúmulo e da vanguarda das técnicas/tecnologias produtivas, consumidas (bens) e financeiras; e, em interface dialética, dentro da organização urbano-econômica, há o *circuito inferior* que seria resultado, em certo ponto implícito, da incompletude estrutural, materializada nos territórios ditos subdesenvolvidos, das atividades econômicas geradoras de maiores rendas – indústria e serviços mais sofisticados – na incorporação social plena da população em condição economicamente ativa em suas cadeias produtivas, hegemônicas ou tradicionais; sendo assim um circuito de atividades dentro das dimensões da produção, circulação e consumo *adaptativas*

² A expressão “Sul Global” aqui utilizada é baseada na formal a qual Milton Santos a utilizou nas obras de esforço à análise e teorização dos espaços do subdesenvolvimento, este, na época, manifestado grande concentração nos países na zona central a sul do globo terrestre. Marca esta que se mantém com forte contorno de regionalização, visto, é claro, como uma regionalização mais generalista e grosseira entre os aglomerados de países ditos desenvolvidos e os emergentes e/ou subdesenvolvidos.

Não se trata, com o uso deste termo, que o autor, ou nós, buscamos um sentido na raiz epistemológica dos estudos decoloniais ao emprega-lo no texto, mas, ainda sim, mostra uma vanguarda do uso do termo por Milton Santos suas obras sobre o subdesenvolvimento e as condições produtivas e do trabalho nas cidades já nas décadas de 70 e 80.

as necessidades econômicas – formas de trabalho auferir renda – e ao poder de consumo (renda) das camadas pobres e miseráveis da população, principalmente³ (Santos, 2004).

O circuito superior é constituído, principalmente, pelas grandes corporações tanto em escala de produção, lucratividade como por aquelas que detém controle organizacional das infraestruturas de capital, financiamento, creditização e também aquelas especializadas em produção (material e/ou imaterial) de tecnologias de ponta que constantemente transformam as relações econômicas e sociais. O circuito superior também engloba uma camada de atividades que faz a “ponte” de ligação com as atividades do circuito inferior chamado “circuito superior marginal”, que também engloba uma camada de atividades que faz a “ponte” de ligação com as atividades do circuito inferior chamado “circuito superior marginal”.

Em suma, o circuito superior é composto pelas grandes indústrias nacionais e multinacionais, agroindústrias e agronegócio de larga escala, instituições financeiras (bancos, corretoras, bolsas de valores, fundos de ações, *fintechs* de alto capital tecnológico, etc.), empresas de serviços especializados bem requisitados por indústrias, serviços informacionais-digital, tecnológicos, etc., grandes atacadistas e varejistas, transportadoras⁴, entre outros em que: a rotação de capital é intensivo; a modernização técnica-tecnológica-informacional é constante; a difusão de mercadorias e/ou abrangência no território é grande; e a absorção de mão de obra é cada vez menor dada à automação dos processos de produção e serviços e as exigências de recursos humanos cada vez mais capacitados/especializados.

Por sua vez, o circuito superior marginal, entende-se como o “circuito de transição” ou “fronteira” entre os circuitos superior e inferior, com natureza organizacional híbrida de elementos do circuito superior e do inferior. Não pode ser analisado quanto circuito superior pleno pois é “constituído de formas de produção menos modernas do ponto de vista tecnológico e organizacional” (Santos, 2004, p. 103).

O circuito superior apresenta essas duas níveis categóricas de atividades devido ao papel empregado pelas pequenas firmas e médias firmas industriais, varejistas e atacadistas, acrescentando-se também as prestações de serviços com mediano grau de complexidade e/ou

³ M. Santos não nega a possibilidade de participação das camadas mais abastadas ativamente na produção e no consumo em organizações socioespaciais características do circuito inferior. Inclusive destaca que às classes médias são as principais parcelas da população que mais fluem entre os circuitos econômicos no concernente a mercado consumidor, gerando demandas para ambos os circuitos, assim como na organização produtiva de ambos os circuitos. Ver Santos (2004) capítulo 7.

⁴ Santos (2004) define as atividades que se concentram na parte de circulação e comercialização – transportadoras, atravessadores, atacadistas, varejistas, etc. – como atividades típicas de ligação entre os agentes hegemônicos do topo produtivo-financeiro dos bens e capitais da indústria transformação, agropecuária, indústria de extração. Logo constituiriam em maior parte a quantidade de atividades que formam o circuito superior marginal.

especialização funcional. Este último ganhou bastante expressividade na configuração urbano-econômica produtiva das cidades brasileiras, sobretudo as de grande e médio porte, com o adensamento técnico/tecnológico das relações de produção em rede e através das estruturas laborais por meio das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicações).

A revolução informacional via os saltos qualitativos no campo da informática, telecomunicações, e mais recentemente plataformização digital do trabalho (Castells, 1999; Antunes, 2018) estão (re)estruturando todos os subsistemas da organização espaço-produtivo urbano, com o circuito superior na vanguarda destas disrupções nas formas de relações produtivas e na consequente renovação, contraditória, da adaptabilidade e modos de exploração do trabalho e da renda via circuito inferior (Montenegro, 2011; Silveira, 2013 e 2015). Porém, observa-se que essas transformações elevaram a complexidade de atividades dentro do nível mais baixo do circuito inferior, o circuito superior marginal. Surgiram novas atividades produtivas atreladas a novas demandas condizentes ao contexto contemporâneo de dependência crescente das infraestruturas em redes informacionais digitais na organização e produção das relações da vida no território, estando as cidades nos pontos de vanguarda de profusão das redes, em primazia as metrópoles seguidas das capitais regionais e cidades médias (IBGE, 2020).

No caso do circuito inferior a diferença para o superior está nas variáveis centrais deste circuito: *capital* e *trabalho*. No conteúdo de capital temos dois fatores, o capital-dinheiro e segundo o capital-fixado, o primeiro significa o poder de (re)investimento no negócio, amplitude financeira para suportar riscos e crises econômicas setoriais ou gerais, já o segundo, que depende da potencialidade do financeiro, representa o conteúdo técnico/tecnológico em bens de capital do negócio, ou seja, maquinários, infraestruturas. Na relação trabalho há a distinção pela desigualdade de nível educacional de força de trabalho empregada/gerenciadora dos empreendimentos. O circuito inferior abarca a grande parcela da população com grau baixo a mediano de escolaridade, constituindo-se por uma gama enorme de profissionais com graus técnicos e artesanais tradicionais de produção, em contraponto ao circuito superior que seleciona constantemente, vide os processos inovativos constantes, profissionais com alto grau de escolaridade e especialização produtiva. Outrossim, o circuito superior apresente uma maior composição de força de trabalho humano em setores intelectuais, estratégicos de planejamento e gestão, ultra especializados de alta importância ao sistema produtivo. Enquanto que o circuito inferior apresenta a massa dos não qualificados, desempregados e subempregados do circuito superior em seus dois níveis internos – superior (pleno) e superior marginal.

A relação indissociável no desenvolvimento dos circuitos é pela resistência adaptativa cotidiana à pobreza estrutural por parte da considerável parcela da população brasileira

condicionada a exclusão de meios de trabalho e renda dignos e estáveis. Condição historicamente (re)produzida pelas excludentes lógicas econômica-social dos agentes e estruturas que configuram o circuito superior nos territórios subdesenvolvidos (Santos, 2004; Montenegro, 2011; Silveira, 2013).

Enquanto o dinheiro investido e circulante nas estruturas do circuito econômico superior é vultoso e vital para a contínua acumulação, o capital (como dinheiro investido) no circuito inferior é em baixos volumes e, geralmente, através do endividamento crônico via empréstimos de crédito para capital de giro, para microempresas, e ao consumo familiar e individual, principalmente através do cartão de crédito (tabela 1).

Tabela 1 - Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)⁵ de abril a outubro de 2022

PESQUISA CNC Endividamento e Inadimplência		abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22
Famílias Endividadas (% do total de famílias)		77,7%	77,4%	77,3%	78,0%	79,0%	79,3%	79,2%
Famílias com dívidas em atraso (% do total de famílias)		28,6%	28,7%	28,5%	29,0%	29,6%	30,0%	30,3%
Não terão condição de pagar dívidas em atraso (% do total de famílias)		10,9%	10,8%	10,6%	10,7%	10,8%	10,7%	10,6%
Tipo de dívida (% endividados)								
Cartão de crédito		88,8%	88,5%	86,6%	85,3%	85,3%	85,6%	86,2%
Cheque especial		5,9%	5,9%	5,7%	5,3%	5,1%	5,2%	5,1%
Cheque pré-datado		0,6%	0,7%	0,8%	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%
Crédito consignado		5,6%	5,7%	5,5%	5,2%	4,9%	4,9%	5,0%
Crédito pessoal		9,4%	9,1%	8,8%	9,2%	9,5%	9,1%	8,4%
Carnês		18,2%	18,2%	18,3%	18,8%	19,4%	19,4%	19,5%
Financiamento de carro		11,2%	11,0%	10,8%	10,6%	10,2%	9,6%	9,0%
Financiamento de casa		8,3%	8,3%	8,0%	7,6%	7,5%	7,9%	8,1%
Outras dívidas		2,0%	1,8%	1,8%	1,7%	1,8%	2,0%	2,1%
Não sabe		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Não respondeu		0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Tempo médio de pagamento em atraso, entre as famílias com conta/dívidas em atraso (em dias)		62,1	61,7	61,6	61,8	61,9	61,6	61,4
Tempo médio de comprometimento com dívida (em meses)		7,1	7,0	7,0	7,0	6,9	6,9	6,9
Parcela média da renda comprometida com dívida (% da renda)		30,2%	30,4%	30,4%	30,4%	30,2%	30,2%	30,3%

Fonte: CNC, 2022.

O Brasil chegou em outubro de 2022 a quase 80% das famílias endividadas. A grande maioria das dívidas é com os juros por atrasos no pagamento de cartões de crédito, uma menor parte com carnês e financiamentos de carro e automóveis. A média da parcela da renda familiar comprometida com pagamento de dívidas fica torno dos 30%, quase um quarto da renda é destinada a pagamento de juros e multa de dívidas financeiras. Este cenário expõe, em tom alarmante, o crescente processo de servidão por dívida, com a acumulação por espoliação da renda familiar dos mais vulneráveis socioeconomicamente pelo sistema financeiro (Silveira, 2017; Harvey, 2018).

⁵ Dados disponibilizados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-julho-de-2022/434855>. Acesso em: 18 nov. 2022.

No contexto atual de financeirização da economia e difusão do crédito por meios normativos e técnicos mais flexíveis às camadas pobres, o microcrédito se tornou de acesso banal e intencional para reter a renda da grande parcela da população brasileira pobre que antes não detinha poder de acesso ao crédito bancário. Logo, com o curto prazo de tempo, se fez cada vez mais necessário o acesso ao crédito bancário para a ponta pé ou a sustentação de diversas atividades do circuito inferior, ou ao consumo do básico familiar cotidiano, quase sempre indissociável das atividades produtivas do próprio circuito (Silveira, 2009; Montenegro, 2006; Klink; Souza, 2017). Ao passo que a oferta e os meios para ofertar o crédito aos pobres e as classes médias por parte do circuito superior cresce⁶, e a concentração financeira acelera, inclusive dentro do próprio circuito superior com a perda de dinamismo no setor industrial para aumento de concentração de capitais no setor financeiro da economia (Fix; Paulani, 2019; Paulani, 2021; Cano, 2012).

A difusão da financeirização nos setores da economia é analisado atualmente, do ponto de vista econômico, como consequência dos rumos político-econômicos assumidos pelo país no início dos anos 90. Ao assimilar a cartilha neoliberal, do Consenso de Washington e os requisitos políticos das grandes organizações financeiras mundiais – FMI, OMC e Banco Mundial –, o país mudou completamente sua política de desenvolvimento econômico e social, realizando sequências de privatizações em setores estratégicos à soberania e ao celeiro tecnológico do parque industrial nacional, reduziu subsídios aos atores industriais com potencial relevante e ao desenvolvimento regional integrado, priorizando novamente uma pauta agroexportadora primária de *commodities* (Paulini, 2021; Gala; Roncaglia, 2020). Orientação da econômica política de Estado, em arranjo com o empresariado nacional, similar à condução da política econômica nacional na República Velha (antes de 1930).

Do final dos 80 aos presentes dias pouco mais de 30 anos se passaram com o Brasil perfazendo sucessivas elevadas políticas neoliberais na organização e gestão da máquina do Estado e nas formulações de políticas públicas e nas direcionadas aos agentes produtivos – o empresariado. Assim, atuando o Estado num claro projeto de favorecimento da pauta primária exportadora, setores domésticos e mais sensíveis a investimentos e empréstimos em bancos públicos, como o manufatureiro, principalmente, entraram em colapso em diversos setores ou transferiram capitais para outros grandes setores, comércio atacadista, por exemplo. Em termos da conjuntura geral o país vem perdendo tecido industrial diversificado e inovador sobre o seu

⁶ Analiticamente dentro do setor financeiro, numa perspectiva setorizada (recorte) das atividades do circuito superior.

território, mesmo que haja uma ampliação do polígono industrial manufatureiro capitaneado pelo Estado de São Paulo (Monteiro Neto; Silva; Severian, 2020; Diniz; Mendes, 2021).

Portanto, segundo grande parte da literatura vigente, quanto ao desenvolvimento econômico brasileiro, o país sofre um contínuo processo de desindustrialização prematura. O que consequentemente leva a perda de postos de trabalho no setor secundário – desde o manufatureiro tradicional ao mais modernizado tecnologicamente –, carreando a força de trabalho do país sentido a aglomeração laboral desproporcional no setor de serviços e comércio, sem com que o país tenha atingido saltos na aprendizagem produtiva manufatureira, e de serviços sofisticados, para elevar a renda e a empregabilidade estável e digna no setor terciário que influiu nessa mudança econômica corrente (Cano, 2012 e 2014; Bresser-Pereira, 2009; Arbache, 2015).

Essa desindustrialização prematura ocorre nos setores de maior sofisticação produtiva, ou complexidade econômica/produtiva, alcançada pelo tecido industrial nacional brasileiro, sobretudo, no setor da indústria de transformação (Gala; Rocanglia, 2020). Logo, pois, não significando a perda de total estruturas e agentes industriais no país. Em síntese, os setores menos sofisticados da indústria de transformação – *low e medium tech* – não duráveis a médio duráveis, e o setor da indústria extrativa, tradicionalmente menos dinâmico e tecnológico (no bem final), cresceram e expandiram-se pelas regiões menos dinâmicas industrial e economicamente do país (Moreira, 2015; Monteiro Neto; Silva; Severian, 2020; Diniz; Mendes, 2021).

Enquanto filiais ou indústrias completas migraram para novas regiões, o setor de serviços e comércio diversificou-se de maneira acelerada, muito em decorrência das inovações nas TICs e na logística de circulação de bens e mercadorias (i)materiais. Mas, no entanto, essa diversificação não representou um salto qualitativo na produtividade do trabalho do setor de serviços nem, consequentemente, no aumento sustentado e difuso da renda do trabalho no terciário (serviços e comércio), como mencionado anteriormente. Ocorre que estamos recebendo as transformações disruptivas tecnológicas digitais de forma passiva sob nosso território, excetuando poucos nichos do setor de serviços com alto grau de especialização e conteúdo tecnológico, a grande maioria das atividades de serviços no país são de serviços básicos de caráter muito pessoalizado, informal, e de abrangência local. Exemplo desse panorama é a rápida explosão do número de pessoas que abriram o registro de Microempreendedor Individual (MEI) no Brasil, após a institucionalização e regulamentação dessa modalidade de atividade laboral pelo Estado brasileiro.

O MEI representa, de acordo com nossa reflexão crítica, sobretudo, uma institucionalização e normalização do Estado da condição de informalidade e desemprego estrutural do Brasil que nunca chegou a ser superado e recentemente, com a radicalização da ideologia e ação neoliberal frente à condução do Estado, ganha imposição de normalização, naturalização da pobreza estrutural através da “formalização dos informais” em atividades laborais distantes de quaisquer aspectos de seguridade social e econômica (Santos, 2009; Silveira, 2017).

A partir dos dados coletados pela pesquisa Monitor do Empreendedorismo no Brasil, de 2019, podemos ratificar essa condição imposta a grande parcela da população brasileira (GEM, 2020). Para nossa discussão trazemos duas tabelas (tabelas 2 e 3) deste relatório para que, em termos gerais⁷, possa o leitor compreender em dados a situação de grande parte dos empreendimentos abertos no país desde o começo do século XXI (2002 – 2019).

Tabela 2 - Percentual dos empreendedores iniciais segundo a motivação por ocupação - Brasil - 2019 (em porcentagem)

Motivação	Empregado	Aposentado	Desempregado (e procurando emprego)	Dona de casa	Estudante	Nenhuma outra ocupação
Para ganhar a vida porque os empregos são escassos	77,8	100,0	98,6	93,9	91,4	87,9
Para fazer diferença no mundo	64,2	44,7	33,2	46,6	81,9	50,0
Para construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta	50,0	28,5	30,1	25,8	56,4	33,8
Para continuar uma tradição familiar	26,8	14,6	23,9	26,3	8,7	29,6

Fonte: GEM, [2019] 2020.

⁷ A pesquisa detalha os níveis de desigualdades e motivações diferenciais de acordo com as variáveis de raça e cor, idade, gênero e renda. Não aprofundamos estas questões neste trabalho, pois foge do escopo teórico conceitual delimitado a presente pesquisa, mas sugerimos a leitura do relatório na íntegra, disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Empeendedorismo-no-Brasil-GEM-2019.pdf>.

Tabela 3 - Distribuição percentual de empreendedores segundo a condição de ocupação anterior à abertura do negócio - Brasil – 2019 (em porcentagem)

Questão	Iniciais			Estabelecidos		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Nos três meses antes do início da atividade, estava desempregado e não arrumava emprego?	59,9	40,1	100,0	52,3	47,7	100,0
Para os que afirmaram estar desempregados	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
O desemprego contribuiu ou acelerou a abertura da atividade?	97,0	3,0	100,0	92,8	7,2	100,0

Fonte: GEM, [2019] 2020.

Na tabela 2 podemos observar a grande predominância de respostas afirmando que o motivo principal de abrir um empreendimento é a falta de empregos no mercado de trabalho, inclusive entre os ocupados já em condição de trabalho, o que também mostra a subutilização da forma de trabalho (subemprego alto) e a baixa renda resultante da atividade laboral na condição “empregado”. Outro ponto são as altas taxas de afirmações positivas para as motivações de “fazer a diferença no mundo” e “construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta”, isto sinaliza que não só a cooptação técnica “material” do neoliberalismo no Estado está sendo impactante, mas também seu arcabouço ideológico está enraizado no ideário social brasileiro. Observasse, junto as análises de outros pesquisadores, que esse ponto não pode ser negligenciado nos estudos e na crítica ao modelo neoliberal à economia e à vida em sociedade (Paulani, 2006; Carlos; Volochko; Alvarez, 2015; Harvey, 2018; Andrade, 2019).

Quanto a tabela 3, observasse que tanto os empreendimentos iniciais (com pouco tempo de abertura) como nos estabelecidos (já com anos de funcionamento) pouco mais da metade dos entrevistados, chegando a quase 60% nos iniciais, responderam que abriram o negócio após ficarem desempregados e sem conseguir voltar ao mercado de trabalho. E em predominante afirmativa, acima dos 90%, ambos, iniciais e estabelecidos, afirmaram que o desemprego acelerou ou contribuiu para que optassem pela alternativa da abertura de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ou MEI para retomar os ganhos de renda com o seu trabalho.

Os espaços onde cotidianamente são realizadas as tarefas características do circuito inferior observa-se que são espaços da paisagem urbana onde as formas espaciais e as infraestruturas técnicas das construções são de espaços deteriorados pelo tempo ou de precária estrutura urbanística-funcional. Centros históricos de serviços e comércio, vias arteriais de ligação do centro aos bairros periféricos e/ou espaços precariamente adaptados dentro dos bairros, geralmente os populares de baixa renda, espaços de feiras livres (fixas ou sazonais) são

alguns exemplos de espaços urbanos típicos de concentração de atividades da economia do circuito inferior na organização do espaço das cidades.

A falta de interesse na manutenção/preservação do poder público municipal, o abandono, geralmente temporário⁸, ou a incapacidade dos investimentos privados de proprietários e/o arrendatários de baixa renda sobre os espaços e edificações urbanas são uma das características visíveis nas dinâmicas das paisagens urbanas das cidades (Corrêa, 1989; Carlos, 2007; Souza, 2005). Sejam elas de diferentes portes e níveis na hierarquia urbana, onde as diversificadas atividades do circuito inferior da economia se (re)produzem tem esses espaços, essas edificações, como ambientes de atividades laboral, comércio e negociação (Montenegro, 2006; Silveira, 2013; Santos, 2004).

Até mesmo as margens de rodovias intermunicipais, estaduais e federais, podem constituir “centralidades na margem” para o desenvolvimento de atividades de micro e pequenos negócios que compõem o circuito inferior, inclusive disputando mercado com estruturas comerciais e de serviços do circuito superior marginal (Salvador, 2016). O que evidência que a espacialidade dos circuitos é fluída sobre o espaço urbano, tanto na escala espacial intraurbana como na disposição interurbana. A partir de conjunturas particulares locais, regionais e influências de dinâmicas internacionais, propiciadas pela globalização, pode-se investigar no espaço geográfico, especialmente nos condicionados por elementos urbanos, complexas formas de arranjos socioespaciais dos circuitos da economia urbana.

De acordo com o levantamento bibliográfico de pesquisas – dissertações, teses e artigos –utilizando a teoria dos circuitos econômicos urbanos de Santos (2004), em diferentes cenários urbanos brasileiro – metrópoles, capitais, cidades médias, eixo de entroncamento rodoviário intermunicipal, etc. –, e em diferentes regiões do território nacional, observou-se que a maioria dos pesquisadores pontuaram em suas análises a importância de incluir fatores do atual estágio da globalização no século XXI, entre os principais, são eles:

- **Domínio da economia financeira sobre a industrial e financeirização da economia:** central atuação dos bancos e agentes financeiros⁹ na facilitação do crédito aos consumidores e microempreendedores do circuito inferior, levando ao aumento do entrelaçamento de relações

⁸ Temporário, pois não se trata, na grande maioria dos casos, de um abandono total da edificação por parte do proprietário do imóvel, ficando a edificação em desuso ou subutilização, com pouca ou nenhuma manutenção predial, até que uma nova onda de revalorização fundiária sob a área aconteça e o proprietário possa auferir maiores vantagens financeiras com a especulação fundiária em alta, impactando o imóvel direta ou indiretamente (Corrêa, 1989; Carlos, 2007 [cap. 2]; Fix; Paulini; 2019).

⁹ Estes agentes financeiros podem ser de atuação local, regional, nacional e internacional. Podem também ser promotores de atividades informais e até mesmo ilegais de financiamento, como agiotas, por exemplo, típico de contexto urbano local pouco ou nada inserido nos dados de composição da dinâmica econômica oficial das cidades.

entre os circuitos e da dependência por crédito e/ou por dívida do circuito inferior. No circuito superior as atividades industriais aumentaram sua dependência/entrelaçamento ao crédito e investimentos por mecanismo mais complexos do sistema financeiro (bancos, bolsas de valores, fundos, etc.), o que aumentou, por conseguinte, sua fragilidade aos períodos de instabilidade fiscal, volatilidade das taxas de juros e dos capitais financeiros por momentos de crises ou mudanças especulativas bruscas do mercado financeiro;

- **Divisão (internacional) territorial do trabalho:** levar em conta na análise da circulação das mercadorias a divisão internacional do trabalho na atual fase de (re)estruturação produtiva industrial e dos serviços nos territórios desenvolvidos e subdesenvolvidos;
- **Entrelaçamento e metamorfoses entre setor secundário e terciário:** a emergência dos serviços e indústrias híbridas, comportando dentro de uma mesma atividade produtiva de uma firma, ou nicho setorial produtivo, partes de trabalho intelectual, característico do setor terciário (pesquisas em CT&I, administração estratégica em *marketing*, finanças, logística, política interna, entre outros), com atividades laborais operacionais tradicionalmente do setor secundário manufatureiro (operação de máquinas, controle industrial, padronização de mercadorias e bens, etc.). Tal aprofundamento de relações de produção entre os distintos setores, industrial e serviços, que é fruto das transformações recentes nas técnicas/tecnologias do trabalho e na organização do mesmo com a emergência do paradigma informacional-eletrônico, no final do século XX, e da atual fronteira técnica-tecnológica do trabalho e da economia informacional-digital. Assim a chamada “4ª Revolução Industrial” com a construção da “internet das coisas”, *big data*, IA (Inteligência Artificial), capitalismo de plataforma via *softwares/hardwares* e aplicativos estão definindo os rumos da organização socioespacial do trabalho e das economias, tornando-se quase indispensáveis ao metabolismo do capital e das condições materiais da vida no presente momento.

Se tratando de determinados setores e/ou bens de produção, alguns trabalhos mostraram a minuciosa relação de exploração do trabalho por relações perversas de contratos de trabalho terceirizados ou dentro de mecanismos de exploração da mais-valia global do trabalho informalizado e/ou precarizado (Montenegro, 2011; Boraschi, 2019). Em determinadas conjunturas de relações de trabalho, renda e receitas de vendas/prestação de serviço são frutos da subalternidade e da dependência do crédito financiado pelos agentes financeiros do circuito superior aos negócios do circuito inferior e superior marginal, sejam quais forem as atividades

produtivas, mas que apresentem receita mensal suficiente para o pagamento do capital cedido a juros (Antunes, 2018; Silveira, 2017).

Com esses estudos a realidade empírica estudada qualificou novos entendimentos de limites conceituais à teoria, bem como subsidiou conteúdos comparativos de processos e dinâmicas de relações internas singulares de suas realidades urbanas estudadas. Outrossim, essas pesquisas aplicando a teoria dos circuitos econômicos urbanos propiciaram o avanço científico geográfico, como também da crítica e atualização, da teoria miltoniana – de análise e compreensão das dinâmicas do subdesenvolvimento expresso na organização produtiva das cidades –, explicitando a importância de se pensar algumas questões pouco refletidas: as relações internas dos agentes de cada cidade, formas de organizações, as incertezas produzidas em escala local e como se enquadram no todo de sua realidade urbana e regional com a financeirização das atividades econômicas efetivamente produtivas¹⁰ e suas consequências nas formas de produção e reorganização produtiva relacional entre os circuitos nas cidades.

De acordo com Silveira (2013), o estágio atual dos circuitos é a contradição e síntese em dinâmica dialética da permanente (re)produção e organização desigual das relações de produção manifestas materialmente nas cidades do mundo subdesenvolvido.

É uma desigualdade estrutural, herança e cenário para a atual vida de relações. Longe de superar tal desigualdade, uma nova vaga modernizadora, nos moldes atuais, aumentará a brecha entre as condições de produção e de vida dos agentes sociais. Essa compreensão teórica parece-nos basilar para o debate político. Mas essa desigualdade estrutural da cidade – que, aliás, é o que permite continuar asseverando a existência de dois circuitos da economia urbana – é também funcional porque, no presente, as divisões territoriais do trabalho são obrigadas a compartilhar o mesmo pedaço do território (Silveira, 2013, p. 70).

Esta condição estrutural apresenta-se nas cidades de diferentes portes de diferentes formas no que tange a espacialização dos circuitos na malha urbana e periurbana¹¹. As lógicas de territorialização e uso regional das condições espaciais de produção e consumo dos agentes do circuito superior encontram-se voltadas a esses espaços de transição urbano-rural, principalmente as atividades do setor secundário que migraram ou construíram novas plantas

¹⁰ Aqui definimos “atividades efetivamente produtivas” aquelas diretamente envolvidas na produção (i)material de bens e recursos de alguma forma úteis a (re)produção da vida e das relações sociais, ainda que sob o paradigma da contradição trabalho (social) x capital, no capitalismo. Diferentemente da pura ação rentista de investimentos a vistas de lucros a curto prazo ou na geração de lucros via desestabilizações virtuais/especulativas de setores da economia (produtiva). Não significando, isto dito, que o setor financeiro e de investimentos não tenha sua parcela estratégica na realização e evolução das forças e técnicas/tecnologias produtivas, ela pode ser virtuosa à economia. Todavia, esse caráter importante e positivo da finança investida perde seu poder positivo e torna-se negativo, viciosa, no ponto que coopta os setores econômicos ao rentismo como ditame condutor da produção, visando retornos de curto prazo via juros, muitas vezes abusivos e irracionais as condições objetivas de produção. Processo este denominado pela literatura de financeirização da economia (Salama, 2022).

¹¹ O espaço periurbano ganha centralidade na observação do desenvolvimento econômico principalmente nas cidades de características e porte médio interioranas, que é o caso do nosso estudo de caso aqui exposto.

produtivas em cidades de porte médio em regiões de expansão de mercado e com condições socioespaciais gerais de produção favoráveis (Limonad, 2007). Na seção seguinte trataremos de discorrer, de modo geral, sobre a forma que os circuitos da economia urbana se conformam nas cidades de porte médio, em especial na região Nordeste e dando encaminhamento expositivo para nossa cidade de estudo de caso nesta pesquisa.

2.2 Os circuitos da economia urbana no contexto das cidades de porte médio

Desde as três últimas décadas do século XX o Brasil (e o mundo) passa por um contínuo processo de reestruturação produtiva que reorganiza e propicia rearranjos urbanos e econômicos, simultaneamente, dos territórios e regiões em diferentes escalas (Corrêa, 1999; Harvey, 2008; Moreira, 2015). Esse processo também é resultante das transformações de ordem técnico-produtivas e organizacional no decorrer do capitalismo tardio, o qual já discorremos na seção anterior.

As inovações técnicas/tecnológicas das TICs e da aceleração da circulação de capitais (i)matérias, permitiu a facilitação do processo de des-reterritorialização de atividades produtivas pelo espaço geográfico, buscando a maximização de lucros, o domínio de novos mercados em outras regiões ou mesmo a sobrevivência competitiva do negócio em meio ao incessante metabolismo do capital, atualmente na fase de globalização (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006).

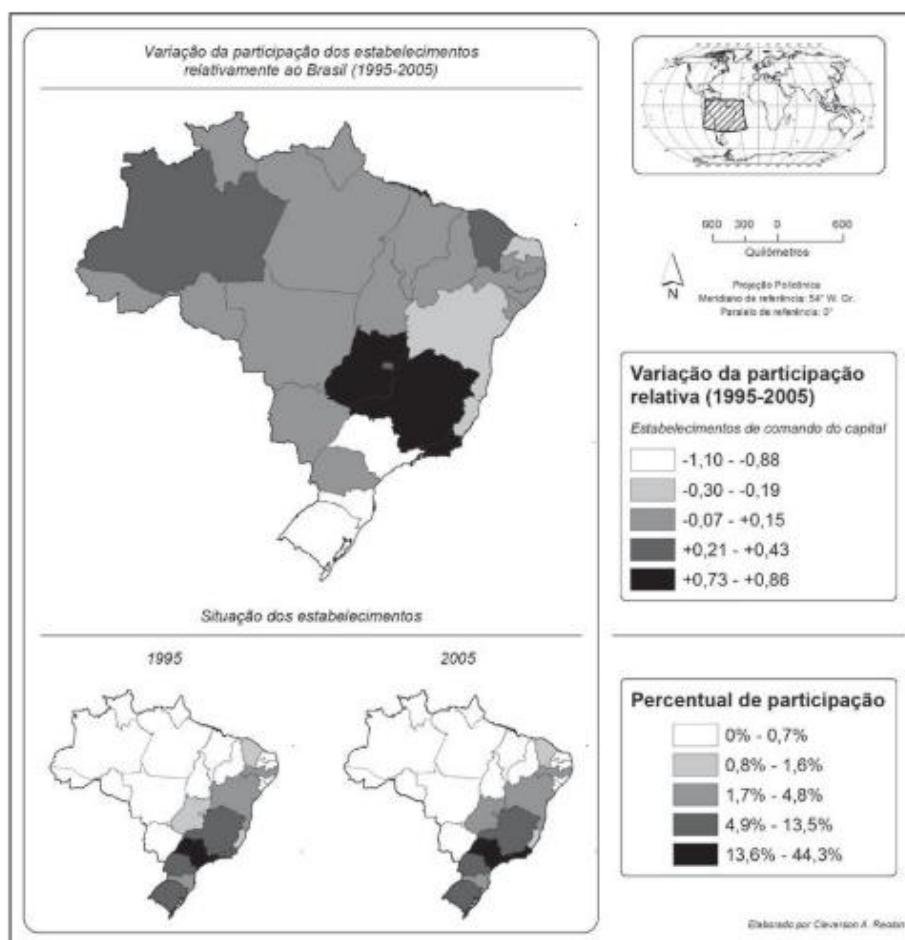
As atividades do setor industrial foi uma das principais afetadas nesse balanço locacional de suas atividades de produção – operação – e do comando organizacional empresarial – administrativo-planejador (Reolon, 2013). As migrações locais destas atividades desde meados do século XX se deram desde a escala global a regional intraterritórios nacionais. Exemplos destes processos foram as migrações de unidades operacionais de setores da manufatura têxtil, como da Nike, Puma, Adidas, entre outras, para países do Leste Asiático. Empresas do ramo alimentício, automobilístico, metal mecânico, química pesada, para países da América-Latina, África e Ásia. Muitos estudos já foram desenvolvidos quanto a este processo de reestruturação produtiva e seus impactos em diversas escalas e dimensões da (re)produção dos territórios, meio ambientes, espaços urbanos e rurais.

No Brasil essa dinâmica se consolidou pela “desconcentração concentrada” do eixo regional Centro-Sul do país, sobretudo, da ultra concentração industrial no estado de São Paulo e capital, que ao longo do período desenvolvimentista da política nacional liderou, e ainda lidera, com primazia a conformação da Região Concentrada (Diniz; Mendes, 2021; Santos,

2013). A Região Concentrada é símbolo da política desenvolvimentista do século passado, com seus êxitos e fracassos. Representa o salto qualitativo do país em desenvolver-se industrialmente em amplos setores produtivos, mas também o aprofundamento das desigualdades regionais do país e a degradação alarmante das paisagens físico-naturais dos biomas (Andrade, 1970). A concentração produtiva tão massiva que durante a década de 80 já apresentava problemas de esgotamento de capacidade infraestrutural, macrourbanização caótica, gargalos logísticos e viários, favelização crescente, deseconomias de escala em acelerado ritmo devido ao rápido não planejado processo de metropolitanização das grandes cidades e capitais sudestinas (Santos, 2013; Carlos, 2007; Reolon, 2013; Monter-Mór, 2006).

Aqui, no Brasil, a reestruturação produtiva desenvolve-se no movimento dialético de migração das atividades operacionais produtivas para as regiões que mantiveram-se estagnadas ou em ritmo produtivo bem menor que o Sudeste ao longo do período desenvolvimentista do século XX, embora, no entanto, as atividades de comando do capital, ou seja, o planejamento de marcas e mercadorias, marketing e designer, gestão empresarial e jurídica comercial estão cada vez mais concentrados na Região Concentrada, em destaque para São Paulo e Rio de Janeiro (Reolon, 2013) (Mapa 2).

Mapa 2 - Redistribuição dos estabelecimentos do grupo de comando do capital, por Unidades da Federação do Brasil (1995-2005)



Fonte: Reolon, 2013.

No mapa elaborado por Reolon (2013) podemos ver que, entre o final do século XX e começo dos anos 2000, já observasse uma desconcentração das atividades de comando do capital do estado de São Paulo e Rio de Janeiro para os estados vizinhos a estes como Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, em taxas mais elevadas. Embora estados do Sul como Paraná e Rio Grande do Sul, e estados do Nordeste destacando-se Bahia, Pernambuco e Ceará, também apresentaram ganhos mais suaves nessa categoria.

Em primeiro ponto, entendesse este processo, face ao território nacional, de acordo ao elencado por Diniz e Mendes (2021, p. 16-23) quanto uma “consolidação e ampliação do polígono industrial” brasileiro¹², centralizado no Eixo-Centro Sul e que fez expandir-se dentro

¹² Essa definição conceitual com intuito de explicar a disposição espacial – com seus traços próprios de regionalização à escala nacional – das infraestruturas e agentes industriais no Brasil foi posta por Diniz (1993). Na época o esforço de muitos intelectuais pesquisadores das questões do desenvolvimento e da economia brasileira, sobretudo das indústrias, esforçavam-se por gerar explicações a perda de crescimento do setor na Grande São Paulo, termos como “desconcentração concentrada”, “polarização reversa”, “difusão industrial”, entre outros,

deste Eixo Macrorregional, principalmente para centralidades médias e na conformação de novos arranjos espaciais urbanos intermediários (Sposito; Reolon, 2015; Moura; Oliveira; Pêgo, 2018).

No recebimento dessas unidades operacionais o Sul e o Nordeste são as principais regiões de imigrantes ou expansão de mercado com a implantação de nova unidade nestas regiões. O Centro-Oeste também participa deste processo, porém apresenta característica mais homogênea e de fatores dinâmicos internos à região, vide aos condicionantes de especialização produtiva do campo para agroexportação de commodities agropecuária, sendo a agroindústria de beneficiamento simples e primário o agregador industrial maior em desenvolvimento na região (Wilkinson, 2008; Reolon, 2013).

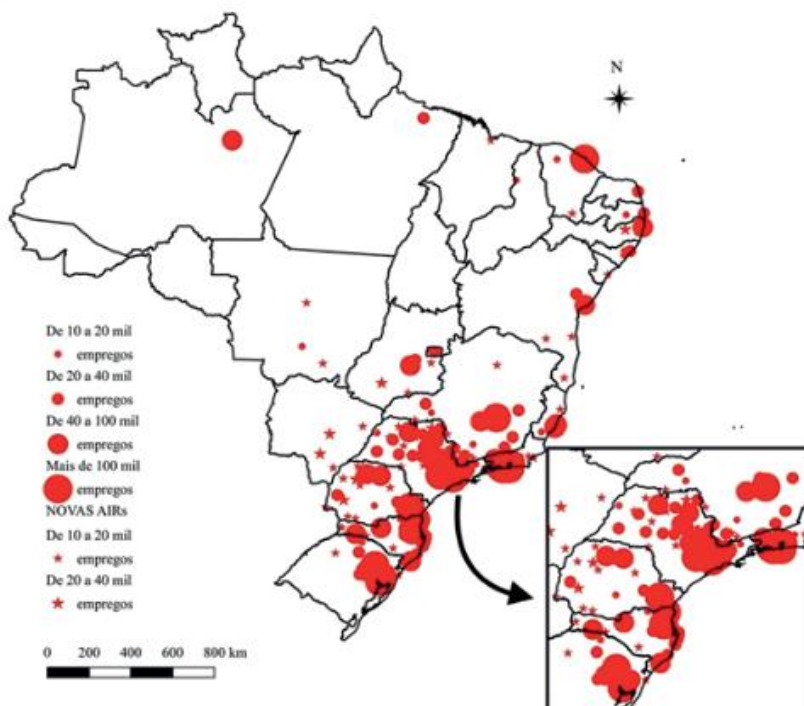
Em primeiro momento essa migração do Sudeste para o Nordeste e Sul, principalmente, ajudou a consolidar os complexos industriais metropolitanos das grandes capitais, no caso da Região nordestina, Recife, Salvador e Fortaleza (Santos; Silveira, 2006; Andrade, 1970), reproduzindo os mesmos problemas de concentração espacial correntes nas grandes capitais e arranjos urbano-industriais relevantes da Região Concentrada. No decorrer da década de 90 aos presentes dias o processo de des-re-territorialização operacional das atividades industriais focou nas cidades de menor porte em relação as grandes capitais e ao adensamento metropolitano, principalmente para migração de unidades operacionais com demanda de mão-de-obra mais barata e menos qualificada, e incentivos fiscais locais (Silveira, 2002; Bellet *et al.*, 2015).

Muitas atividades permanecem em regiões mais adensadas e de nível hierárquico superior, a nível de influência nacional/regional, sobretudo, as de maior complexidade produtiva dependentes de infraestruturas urbanas e industriais mais robustas e consolidadas, na pesquisa elaborada por Diniz e Mendes (2021, p. 23-25) fica evidente a grande concentração de Aglomerados Industriais Relevantes (AIRs), por número de empregos na indústria em relação aos demais setores da economia, nas Regiões Metropolitanas e capitais nordestinas (Mapa 3).

foram concebidos nessas buscas analíticas de compreensão das novas tendências à dinâmica da organização espacial da indústria.

Mapa 3 - Brasil: distribuição espacial das AIRs¹³ com mais de 10 mil empregos industriais (2018)

1B – 2018



Fonte: Rais.

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Fonte: Diniz e Mendes, 2021.

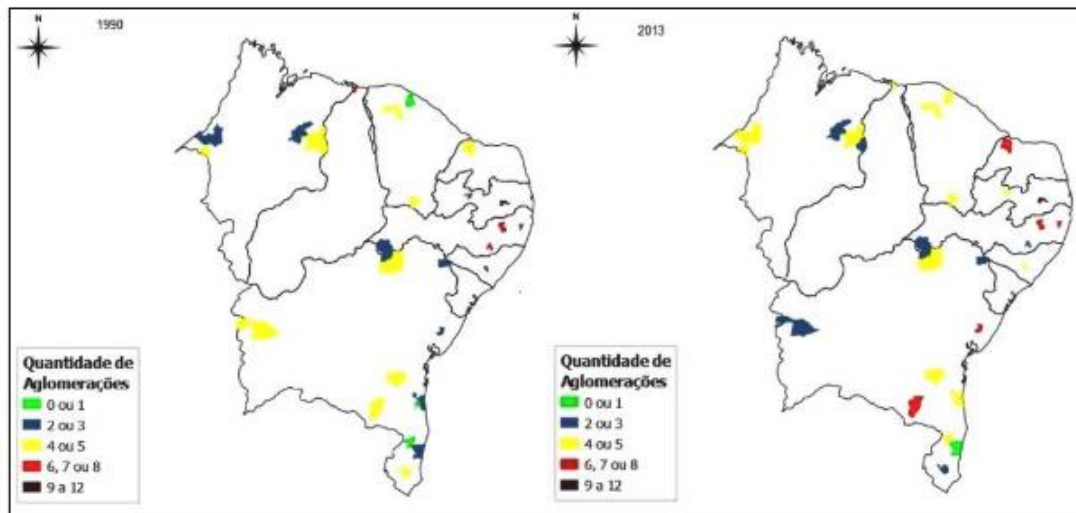
Embora essa concentração maior dê-se nas metrópoles e capitais outros buscaram cidades de características intermediárias e médias no contexto hierárquico da rede urbana regional para se instalarem, fomentando assim a elevação da importância das cidades médias na organização do território e das regiões (Sposito, 2010; Moura; Oliveira; Pêgo, 2018; IBGE, 2020). Indústrias manufatureiras de caráter mais tradicional ou menos dependentes de externalidades infraestruturais urbanas e industriais mais robustas e especializadas.

Diante disto, consolidou-se a construção de distritos industriais, complexos ou corredores de produção industrial e logístico fora dos grandes centros metropolitanos (Mapa 4). Cidades médias nos seguintes contextos geográficos foram alvos da reestruturação produtiva dentro do país: i) próximas a regiões metropolitanas, mas sem serem afetadas diretamente pelos efeitos da deseconomia de aglomeração; ii) em situação locacional nodal privilegiada as estratégias de circulação de insumos e mercadorias; iii) ou interioranas com ampla área de influência regional mesmo que em relativa distância de outro centro urbano dinâmico. As vantagens locais foram e são calculadas de ponta a ponta por essas empresas, sejam elas

¹³ Sobre Aglomerações Industriais Relevantes ver Diniz e Mendes (2021).

de abrangência regional, nacional a multinacional (Sposito, 2010; Toledo; Selingardi-Sampaio, 2012; Sposito; Reolon, 2015; Moreira, 2015).

Mapa 4 - Distribuição das aglomerações do setor industrial nas cidades médias não metropolitanas do Nordeste, 1990 e 2013



Fonte: Moraes e Pereira, 2016.

A questão da migração industrial para cidades médias ou com funções geográficas de intermediação nos interiores do território são cruciais para entendermos como os subsistemas da economia urbana vem crescendo quantitativa e qualitativamente dentro desses espaços urbanos não metropolitanos. Destaca-se, também, que são os espaços urbanos de cidades médias, intermediárias (polos regionais e sub-regionais) que detêm as taxas de crescimento demográfico e expansão da malha urbana mais elevadas desde as últimas décadas do século XX, projeções ratificadas pelas séries de dados divulgados nas Pesquisas da Estimativa da População do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). O processo de difusão da urbanização no território brasileiro já sinaliza, há algumas décadas, o expoente aumento de importância dos centros urbanos regionais e sub-regionais interioranos, municípios periféricos as regiões metropolitanas (*hinterlands*) e municípios da periferia metropolitana (Santos, 2013; Limonad, 2007; Monte-Mór, 2006; Bellet *et al.*, 2015).

O estudo das cidades médias como pontua Silveira (2002, p. 11) “não podem ser entendidas em si mesmas”. Nem a metodologia e a tipologia de suas funcionalidades e conteúdos particulares podem ser deixadas de lado, tratando-se de aspectos interurbanos, da dinâmica regional, ou das processualidades na escala local, no intraurbano.

Segundo Oliveira e Soares (2014, p. 131) podemos tomar por importante tais fatores para a identificação da cidade como média em sua malha interurbana (regional):

Na análise do papel regional de uma cidade média é necessário considerar não só as suas dimensões demográfica, econômica, de equipamentos e infra-estrutura, política e de gestão do território, mas de toda a região que ela se insere, para conhecer em quais dessas dimensões a cidade se destaca perante as outras de sua região.

Neste sentido, observamos em trabalho anterior (Santos, 2019), sobre a mesma cidade estudo de caso desta pesquisa, que o avanço do município de Vitória de Santo Antão/PE na gestão e na ordenação da expansão do espaço público e privado, apesar de seletivo e desigual, dotasse de elementos não só de intermediação microrregional, dentro de sua Mesorregião geográfica, função que já realizava historicamente na porta de entrada central do interior do estado de Pernambuco (Aragão, 1983a; Aragão, 1983b). Todavia, em nossas observações, apresenta dinâmicas recentes de cidade média sub-regional, com características de redes geográficas e influência regional ampliada à Mesorregião onde se insere e no contexto estratégico da rede urbana do estado de Pernambuco. Dinâmicas que começaram a ser desenvolvida ao longo da última década (2010-2020), principalmente por fatores socioterritoriais e econômicos após a infraestruturação e investimentos públicos e privados na concepção do distrito industrial no município (Silva, 2015; Santos, 2019).

Em relação aos circuitos da economia nas cidades médias duas variáveis pesam bastante na composição dos subsistemas econômicos e da divisão socioespacial do trabalho, ou seja, o circuito superior, superior marginal e circuito inferior, são eles:

- i) A absorção relativamente massiva de pessoal em condição economicamente ativa no setor industrial nas unidades integrantes dos polos industriais, complexos, distritos, etc.;
- ii) O alargamento de atividades de serviços, comércio e mesmo indústrias de pequeno porte, fomentados por agentes econômicos da localidade e por agentes da região ou mais distantes com intuito de formação e/ou agregação na cadeia de valor produtiva das grandes corporações instaladas na municipalidade. Logo é o subsistema de “interligação” dentro do circuito superior, o circuito superior marginal, que, dialética e sistemicamente, compõe a organização da totalidade urbana subdesenvolvida junto com o circuito inferior.

2.2.1 A inserção operacional do circuito superior manufatureiro

O circuito superior nas cidades médias interioranas do Nordeste apresente uma característica de inserção bastante condicionada aos avanços na constituição e consolidação dos arranjos industriais relevantes os quais mencionamos anteriormente.

Essa inserção, em análise funcional estratégica, é parte do movimento relacional de des-re-territorialização de estabelecimentos do setor secundário para outras regiões buscando as condições socioespaciais gerais de produção vantajosas já elencadas (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006; Limonad, 2007; Reolon, 2013). Enquanto as atividades de comando do capital se expandem, mas mantem-se concentradas no Sudeste, expandindo o “polígono industrial brasileiro” (Diniz, 1993; Diniz; Mendes, 2021), as atividades operacionais, de produção material direta, são territorializadas sobre as cidades médias interioranas e metropolitanas das regiões Sul, Sudeste e Nordeste (Piccoli Neto; Pires, 2012).

Logo, a divisão do trabalho nestas cidades sofreu alterações, algumas em nível estrutural na divisão demográfica da população economicamente ativa entre os setores da economia, outras em nível relativamente a ser sentido na forma de empregos gerados na indústria, mas não suficientemente para uma sobreposição deste setor ao terciário de serviços e comércio, principalmente ao trabalho informal e precarizado.

Serviços industriais e de ordem imobiliária, na dinâmica de valorização e produção do espaço urbano, também despontam em crescente nas atividades do circuito superior nestas cidades médias. O aumento de suas taxas de crescimento populacional e da diversificação da economia com a constituição de arranjos industriais acarretaram na valorização de terras periurbanas e de áreas centrais degradadas. A especulação da renda da terra e da produção imobiliária para diferentes extratos de classes e rendas cresceu nestas cidades de forma a espelhar à lógica financeira-especulativa da própria renda do solo urbano e vida no espaço urbano em contextos metropolitanos (Monte-Mór, 2006; Carlos; Volochko; Alvarez, 2015). A atração de uma gama de serviços mais sofisticados e comércios especializados para o suprimento de demandas da população em crescente ampliação de rendas e, conseqüentemente, classes sociais, também é um impacto fruto deste processo de territorialização do capital industrial nas cidades médias interioranas (Toledo; Selingardi-Sampaio, 2012; Bellet *et al.*, 2015; Melo; Paiva, 2016;).

2.2.2 Proeminência do circuito superior marginal e a estrutural dependência do circuito inferior da economia

O tal “circuito intermediador” – o circuito superior marginal – nas suas características e dimensões organizacionais de capital, técnica/tecnologia e divisão do trabalho desponta em maior quantidade e diversidade dentro dos espaços socioeconômicos urbanos das cidades médias e intermediárias. Isto é, no que tange a participação do subsistema do circuito superior

na configuração econômica dos espaços urbanos destas cidades. O circuito inferior é, assim como em todo o cenário urbano nacional, proeminentemente maior em comportar a maioria da força de trabalho ativa da população e na forma de auferir renda da grande maioria das famílias de baixa renda e classe média baixa.

Na explanação conceitual sobre os circuitos teorizados por Santos (2004) temos que dar destaque, em especial lidando com cidades de porte médio, as relações desenvolvidas pelo “*subcircuito de ligação*” o circuito superior marginal, pois este é crucial para entendermos os fatores de dinamização econômica da produção, distribuição e consumo nos espaços de urbanização interiores e difusas de nível intermediário. Em outras palavras, o circuito superior marginal é crucial para entendermos a importância econômica das cidades intermediárias e médias nas redes urbanas e como estes agentes fomentam o desenvolvimento e atratividades de estruturas do circuito inferior e suportes a demandas do circuito superior (Xavier, 2009; Silveira, 2002).

O circuito superior marginal nestas cidades engloba atividades e serviços industriais de médio a pequeno porte e de escala de abrangência local a regional imediata, serviços de logística administrativa, transportes e manutenção especializada, comércios varejistas e atacadistas de médio a grande porte (Santos, 2004; Xavier, 2009). Estão intimamente associadas as dinâmicas urbanas dos fluxos de interiorização do consumo e da (re)produção de modelos de bem estar das grandes centralidades urbanas/metropolitanas (Silveira, 2002, 2009 e 2014). São agentes dentro das relações e trocas internas ao subsistema econômico urbano do circuito superior que realizam atividades de fluxos dos bens materiais e imateriais, ainda que não sejam os detentores da propriedade de tais bens, técnicas-tecnologias, informações nem seus agentes de comando da ordem sobre as estratégias de direção dos fluxos no território. Os agentes do circuito superior marginal são cruciais para o processo de urbanização dispersa e para a dinâmica intraurbana dos pontos de entrepostos de fluxos na malha urbana (Sposito; Reolon, 2015).

Sposito e Reolon (2015, p. 60-61) conceituam “eixos de desenvolvimento” os pontos de entrecruzamento nodais ferroviários, entroncamentos rodoviários ou outras infraestruturas de transportes e de circulação de fluxos (i)materiais pelo território. Os autores descrevem bem as estratégias de uso racionalizado da localização industrial e atacadista/varejista em margens de vias rodoviárias nas zonas periurbanas de cidades médias e intermediárias, com relativo poder de centralidade urbana sobre outras municipalidades imediatas ou *hinterlands* de maior área de abrangência, como capitais regionais (Sposito; Reolon, 2015). Portanto, os espaços de territorialização dos agentes do circuito superior, na categoria dos grandes industriais, e do circuito superior marginal, quanto os atacadistas, serviços especializados à indústria, e próprios

industriais de pequeno porte, apresentam uma área de disposição geográfica aproximada sobre esses recortes zonais de vias ou pontos nodais de entroncamentos.

Os benefícios dessa antecipação espacial da expansão da malha urbana da cidade a qual estão inseridos tais agentes do circuito superior e superior marginal são também indícios concretos da tendência à urbanização extensiva, ou dispersa (Limonad, 2007). A multipolicentrada rede urbana resultante desta tendência do processo da urbanização contemporâneo é advertida por Monter-Mór (2006) da seguinte forma:

Multipolarização, hibridismo sócioespacial, reificação de diferenças, construção de heterotopias e múltiplas e por vezes surpreendentes articulações cidade-campo e cidade-região marcam este discurso e modo de pensar o espaço (pós)metropolitano contemporâneo.

Neste sentido, essa urbanização reestruturada pela (pós)metrópole é também a ‘metrópole fractal’, onde o mosaico se reestrutura, flexibiliza e se transforma em caleidoscópio, com fragmentos multi-articulados, em escalas diversas e intensidades variadas. (...) A exópolis e/ou a metrópole fractal se delineia entre nós a cada dia com maior clareza e força, na medida em que a reestruturação do espaço econômico e social se aprofunda. Não são apenas as metrópoles que assim se comportam, mas o espaço resultante da urbanização extensiva mostra também essas articulações múltiplas, na periferia das regiões mais ricas e antigas do sudeste brasileiro ou na fronteira de recursos onde cidades nascem e crescem com rapidez já em estreita interdependência, articulação e especialização complementar a outras cidades médias e pequenas na sua área de interação imediata, próxima ou mesmo remota. A existência de um serviço urbano e/ou social em outra cidade na micro-região pode significar uma opção por investir em outro tipo de serviço de seja complementar, aprofundando as articulações inter-municipais sob a forma de consórcios, associações e outros instrumentos de gestão (p. 80).

Diante disto, afinal, podemos dialogar com a teorização de Monter-Mór (2006) para o processo de urbanização atual, em escala global, como um processo dialético com seus opostos e sínteses sucessivas, mas também com processos dinâmicos replicados em diferentes contextos – regionais e sociais – e dimensionais, ou seja, da amplitude escalar da urbanização – da megalópole as pequenas cidades. A ideia de “metrópole fractal” que por consequências emergentes das novas formas de relações sociais, produção, trabalho e cultura em redes. A densificação das redes (concretas e virtuais), propiciaram o estágio atual da globalização e potencializaram a global (re)estruturação urbana que vivemos hoje (Castells, 1999; Harvey, 2008; Corrêa, 1999; Antunes, 2018).

A (re)estruturação que está dando as cidades médias aumentos de poder socioterritorial na organização hierárquica dos sistemas urbanos ao qual fazem parte. Aumento de importância que tende a retroalimentar este cenário tendente à multipolarização urbana, com a replicação extensiva de formas e conteúdos das relações das áreas urbanas metropolitanas que capitaneiam os sistemas urbano-regionais. Assim, portanto, cria-se as condições para

A cidade do espetáculo, a cidade-empresa neo-liberal, a cidade que busca se inserir no circuito do capital financeiro, do capital do entretenimento, do turismo, dos grandes

espetáculos esportivos, das grandes exposições e dos parques temáticos, da construção de novos imaginários da cidade e da vida futura, se perde também em células fechadas onde as heterotopias são impossíveis e apenas a vida entre iguais é segura. A cidade do simulacro, das simulações, das articulações distantes no espaço e no tempo é cada dia mais virtual, não apenas no sentido da representação do espaço social nas imagens ‘fotoshopadas’ das telinhas da televisão e/ou do computador, mas virtual no sentido lefebvriano, isto é, do futuro que já está contido no presente, que o informa e que lhe dá a forma atual. A modificação desse virtual, tanto no sentido do resgate da utopia quanto no processo das lutas políticas que herdamos da repolitização do espaço urbano e da vida quotidiana, implica o avanço nas reivindicações do direito à cidade e à cidadania, extensiva no país, e eventualmente, no espaço globalizado (Monte-Mór, 2006, p. 81).

Entender estes processos e como eles se relaciona em várias escalas do fenômeno urbano na modernidade tecno-científica-informacional-digital contemporânea, é saber que não se trata apenas da objetividade das formas e funcionalidades da “tecnosfera”, mas também se trata, indissociavelmente, das ações e intencionalidades que, governadas por ideologias, atualmente imperando o neoliberalismo, formam a “psicosfera” das relações socioespaciais urbanas no mundo globalizado (Santos, 2006).

Ambos circuitos são expressão socioespacial, na divisão do trabalho, nas técnicas empreendidas nessa divisão, nos espaços (estruturas espaciais) urbanos que se realizam cotidianamente da estrutural condição de (macro)economias incompletas, fragmentadas em projeto e planejamento de desenvolvimento territorial. São economias frutos de relações sociais e de produção ainda muito marcadas pelos modos de produção e divisão do trabalho ancorados nas monoculturas agroindustriais de exportação, exportação de minérios, e com mínima complexidade no desenvolvimento da industrialização de bens de consumo suficientes a atender toda a demanda interna (Furtado, 2007). Essa “trava” socioterritorial – que âncora as possibilidades potenciais do desenvolvimento estruturado, inovador e qualitativamente reconfigurador das formas (modos de produção) e da ideologia¹⁴ - tem origens no processo (projeto) de colonização que baseia nossa origem de formação sócio-territorial brasileira (Furtado, 2007; Moreira, 2014).

Moraes (2009), em obra dedicada ao estudo da geografia histórica do Brasil, afirma que o país, assim como seus países vizinhos latino-americanos, permaneceu sem uma identidade nacional e coesão política com sólida busca por uma afirmação e aceitação de soberania e de projeto nacional de desenvolvimento soberano posterior aos seus estágios emancipatórios da fase colonial (direta)

¹⁴ “Formas e ideologia” no sentido relacional, que é indissociável, entre o material do fazer/(re)produzir do trabalho e as relações de modo de produção permeado dos valores, culturais e políticos do território, ou região, com suas determinações históricas constituintes, ou seja, sua formação territorial (e regional).

Nestas formações sociais - como visto - o nacionalismo não foi contemporâneo da descolonização, emergindo tempos depois, em situações de dominação estatal já razoavelmente consolidadas, não se embasando, portanto, em processos de afirmação de uma autoridade interna pioneira (como na maior parte do mundo colonial) e sim, acoplado aos projetos posteriores de modernização. Essa característica ilumina traços significativos da particularidade histórica das vias americanas de desenvolvimento do capitalismo nos últimos dois séculos (Moraes, 2009, p. 24).

Estes últimos dois séculos (XIX e XX) que o autor conclui como marcados por essa fragilidade e baixa coesão nacional em torno da afirmação plena de um desenvolvimento territorial independente é, em termos mais justificados, a sombra persistente da “*ancoragem colonial*”. É essa manutenção de modos de relações e ideologia de desenvolvimento nacional permeada, ainda, de contradições limitadoras não superadas do colonialismo e sua lógica fundante que baseiam a conformação das relações ultra desiguais e exploratórias na divisão do trabalho e da riqueza, tanto nas relações de trocas internas (inter-regionais e intraurbanas), como nas internacionais (Moreia, 2014 e 2015).

No caso das colônias da América-Latina e do Brasil, sobretudo, a (re)produção desse sistema de desigualdade expressa-se nas classes e nas raças, indissociavelmente, visto o longo período de exploração do trabalho escravizado nas grandes empresas-latifúndio dos engenhos de cana-de-açúcar, e em todo o âmbito do trabalho braçal (em alguns casos também intelectual) que produziu o território nacional brasileiro da colônia a modernidade industrial nascente (Furtado, 2007; Moreira, 2014).

De acordo com Fernandes (2021) uma das marcas dessa condição de superexploração do trabalho (por muito tempo escravizado) e altas margens de acumulação de riqueza, resultantes dessa estrutura de exploração para exportação primária de bens primários, agrícolas e minerais, do território, é que na mudança do agente colonial/burguês do senhor de engenho para a figura do agente industrial, uma cultura de usura e pouca vontade ao investimento e desenvolvimento se cristalizou.

A combinação de terra abundante e acessível, trabalho barato e de baixa produtividade, reduzidas tarifas de importação e altas taxas de juros teria produzido nos senhores de engenho o que chamou de “rotinismo”, atitude conservadora expressa em baixa inclinação à diversificação de capital e desenvolvimento de novos produtos. Os empresários do açúcar, continua o pesquisador, não tinham conhecimento sobre benefícios que o avanço tecnológico poderia lhes trazer, o que explicaria não apenas o atraso da indústria açucareira em si, como a inexistência de uma indústria de bens de capital até então. Inovações eram introduzidas com grande dificuldade e atraso, de sorte que o nível tecnológico da indústria açucareira de Pernambuco situava-se bem atrás de outras áreas produtoras de açúcar em meados do século XIX. E quando ocorria, como verificado nas últimas décadas do século, correspondia especialmente à introdução de máquinas e equipamentos importados nos transportes do produto e na “fábrica” (Eisenberg apud Fernandes, 2021, p. 204).

Esse *rotinismo* se difundiu e enraizou-se na cultura industrial brasileira, dado exceções como o caso de São Paulo, o mesmo vindo a transformar no grande coração do desenvolvimento industrial brasileiro e mantém-se até os presentes dias. Mas de modo geral, e crônico, a classe industrial brasileira, sobretudo no Nordeste e a pernambucana aí inclusa, apresenta baixíssima propensão ao investimento e o desenvolvimento tecnológico e inovativo partindo de dentro de suas estruturas ou relacionando-se com instituições de PD&I nacionais em busca desses objetivos (re)estruturadores. O que se mostra é uma busca por assimilação dos estágios tecnológicos sucessivos através de gastos vultuosos de capital com importação de maquinário quando se atinge níveis de alerta na perda de competitividade da produção final pela venda dos bens manufaturados/*commodities*, geralmente básicos ou intermediários, ou da necessidade de substituição da força de trabalho por sistemas de automação superiores (Santos, 2022; Fernandes, 2021; Gala; Roncaglia, 2020).

Tais condições são conteúdos fundamentais para observação crítica dos mecanismos e sistemas de relações sociais (político, culturais, ideológico) (re)produtoras do nosso território, e Região (olhando o Nordeste), que historicamente continuam a se perpetuar na configuração das economias urbanas e industriais das cidades, sejam das metrópoles e suas Regiões Metropolitanas as cidades médias interioranas e pequenos núcleos urbanos. Os circuitos econômicos urbanos, no que tange a atuação do setor industrial, dadas essas determinações históricas de relação (ainda) não superadas, materializa-se como um setor pouco dinâmico e robusto e com isso torna-se instável e insuficiente de demandar e agregar maiores parcelas da população economicamente ativa¹⁵. Acabam sendo, então, responsáveis por uma desequilibrada e/ou sutil transformação qualitativa dos indicadores de emprego, renda, inovação e produtividade do trabalho onde se desenvolvem, com a reestruturação produtiva recente, em cidades intermediárias interioranas, principalmente de regiões mais pobres estagnadas, como o Nordeste (Morais, 2016; Diniz; Mendes, 2021; Sposito, 2010).

O mesmo se repete a questão terciária dos serviços mais complexos pouco desenvolvidos em circuitos de originalidade nacional, e os arranjos espaciais de serviços mais avançados (tecnológicos e inovativos) são limitados aos grandes núcleos metropolitanos; ainda que nestes (contexto metropolitano) tem-se parca solidez e complexidade na configuração das relações de PD&I entre instituições de ensino/pesquisa e empresas (Santos, 2022; Fernandes; Cozic, 2013).

¹⁵ Inclusive os bem qualificados profissionalmente.

Fragilidade relacional ainda mais evidenciada no sistema econômico e inovador nordestino, onde o crivo da desigualdade regional interna, faz essa fragmentação e desigual composição da estrutural dos circuitos da economia se torne ainda maior e com desafios de carência financeiro-institucional, política e empresarial, ambos relacionados, persistentemente pouco e mal articulados na construção equilibrada e estruturante de superação desse cenário de hora estagnação, hora disfunção produtiva com sutil crescimento e melhora das condições objetivas de desenvolvimento e qualidade de produção, da renda e do bem-estar social na Região e no estado de Pernambuco (Araújo, 2000; Araújo, 2018; Fernandes; Souza, 2018;).

Todo esse processo de fragmentação e desigual (re)produção do desenvolvimento socioeconômico, de economias subdesenvolvidas desigualmente combinadas tomada a escala de relações internacionais (divisão territorial internacional do trabalho) (Furtado, 1974), resultaram nos territórios subdesenvolvidos. Territórios (nações) que hoje são cravados por “modernizações conservadoras” no campo e de “circuitos superior e inferior da economia urbana” nas cidades; consequências diretas dessas “rugosidades” de técnicas e relações produtivas sociais e políticas não superadas que geraram à pobreza estrutural de tais países, aqui em destaque o Brasil e o Nordeste brasileiro (Moreira, 2014; Santos, 2004 e 2006; Araújo, 2000).

Já destacamos ambos os circuitos, e a especificidade importante do circuito superior marginal nas cidades médias, especialmente, porém, afinal, é importante botarmos na reflexão que Santos (2004) enfatiza que não há um dualismo na concepção dos circuitos e que são resultado dos mesmos fatores histórico-territoriais complexos interligados, pois são não só fruto da economia como de múltiplas outras variáveis:

Pois, da mesma maneira que no conjunto de um país, a oposição e mesmo o antagonismo das situações de desenvolvimento são fruto de um mesmo encadeamento de causas; a existência de dois circuitos na economia das cidades é resultado de um mesmo grupo de fatores que, com a preocupação de simplificar, chamamos de modernização tecnológica.

Assim, não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Contudo, é necessário precisar que, apesar de sua aparente interdependência, o circuito inferior aparece como dependente do circuito superior (...). (p. 56).

O autor ainda ressalta a importância de se estudar os circuitos em sua totalidade sistêmica por essência. Pois, o entendimento das redes de relações no espaço das cidades – produção, distribuição, consumo e sem deixar de lado as especificidades da divisão territorial do trabalho de cada cidade –, não seria coeso para propor alternativas à crônica (re)produção da pobreza, superexploração do trabalho e outras perversidades da própria lógica de

subalternação do circuito inferior ao superior nas relações socioespaciais urbanas de uma economia estruturada em disparidades e desigualdades cristalizadas.

O problema de uma sociedade econômica não pode ser estudado de um modo fragmentário. Ao lado dos aspectos da produção, é indispensável considerar e analisar os da distribuição e do consumo, assim como os do emprego, quer dizer, trata-se do sistema por inteiro (Santos, 2004, p. 55).

A teoria dos circuitos econômicos urbanos do mundo subdesenvolvido consiste em uma ferramenta conceitual, analítica e metodológica útil para compreensão da totalidade urbana a partir de suas relações econômicas fragmentadas e desigualmente inter-relacionadas em dois circuitos (subsistemas) de relações produtivas e de consumo. Mas intrinsecamente interligados por subordinação flexível – circuito inferior – e dependência indireta por privilégios de exploração de renda e mais valia geral – circuito superior (Silveira, 2013, 2014, 2015 e 2017).

Aprofundar as reflexões e resultados de pesquisas sobre os circuitos no contexto da modernidade no século XXI torna-se fundamental para a compreensão do estágio atual da globalização e as novas formas de precarização do trabalho –informatização-digitalização-terceirização- do trabalho, “empreendedorismo” condicionador da “autoexploração” laboral, “servidão por dívida” etc. (Silveira, 2015; Antunes, 2018; Harvey, 2018). Buscamos realizar este esforço de investigação sobre os circuitos da cidade intermediária pernambucana de Vitória de Santo Antão, com análise decorrida no capítulo seguinte.

2.3 Vitória de Santo Antão (PE) e sua economia após a implantação do Polo Industrial

O município da Vitória de Santo Antão localiza-se no estado de Pernambuco, Unidade da Federação (UF) do Brasil, dentro da Mesorregião da Zona da Mata Pernambucana, mais especificamente ao centro, onde compõe em primazia a Microrregião de Vitória de Santo Antão. O município tem uma população residente total atual estimada de 140.389 habitantes, de acordo com a pesquisa de estimativa populacional mais recente divulgada pelo IBGE (2021). Segundo o último Censo Demográfico de 2010, o município apresenta uma população condição residencial majoritariamente urbana com 113.429 habitantes em relação a 16.545 habitantes na zona rural (SIDRA¹⁶, 2022). A área urbanizada total do município é de 15,50km² em 2019 (SIDRA, 2022). Área pequena comparada a área total do município de 335,942km² (IBGE, 2021), mas com uma densidade demográfica de 349,58hab/km, segundo o último Censo de

¹⁶ SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática, plataforma de acesso público online a dados e informações do IBGE.

2010 (SIDRA, 2022), o que evidencia um relativo adensamento populacional no perímetro urbano.

A municipalidade de Vitória de Santo Antão é historicamente conhecida (Aragão, 1983b), no que tange a produtividade industrial, pela sua grande produção de destilados: aguardentes e cachaças. Durante o século XX o município vivenciou uma aquecida criação e competição de empresas de destilação de cana-de-açúcar, cada qual brigando no mercado regional para expandir o nome e as vendas de sua marca, sendo a empresa Engarrafamento Pitú Ltda. a grande destoante das demais e que nas últimas décadas do século XX conseguiu despontar a nível nacional e internacional as vendas e a expansão de sua marca.

Outro empreendimento industrial que apresentava no século passado forte destaque no cenário manufatureiro do município era CIV (Companhia Industrial de Vidros) e tinha uma estreita relação de intersetorial com o Engarrafamento Pitú, por fornecer as embalagens ao empreendimento vizinho. A CIV encerrou suas operações durante um período de tempo no começo deste século, mas a unidade fabril retomou sua operação na unidade vitoriense ao ser comprada pela multinacional estadunidense especializada na produção e comercialização de embalagens de vidro Owens Illinois (O-I) em 2010. A O-I se comprometeu com o governo do estado a investir cerca de R\$300 milhões de reais para ampliação e reforma da unidade industrial (Jatobá, 2022). Esse investimento pode ser entendido como consequência direta das transformações ocorridas na cidade sob a ótica da industrialização decorrente da reestruturação produtiva que impacta as cidades intermediárias nordestinas.

O município passou por um processo de polarização industrial rápido entre as primeiras décadas do século XXI (Andrade, 1970; Manzagol, 1985) após a inserção de unidades fabris de multinacionais do setor alimentício. Início em 2008 com a implantação da BRF (Brazilian Food processing S.A.), seguido da Mondelez International, Inc. e da Roca Sanitários Brasil Ltda. (Roca Brasil). Essas três multinacionais, uma delas de origem brasileira, no Sul do país (a BRF), ao se instalarem no município acenderam o território vitoriense para atração de outros estabelecimentos industriais interessados nas mesmas vantagens locais e políticas (incentivos e isenções fiscais) ofertadas pela articulação do poder público municipal e estadual sobre o município (Silva, 2015; Santos, 2019). A partir daí outros empreendimentos fabris fizeram acordos para instalarem seus empreendimentos na área/zona do Distrito Industrial posto as margens da BR-232 e dos entroncamentos rodoviários estaduais da PE-45 e PE-50. Estabelecimentos do setor de química de baixa sofisticação, estruturas e acessórios de construção civil, manufaturas voltadas a serviços industriais demandados pelos demais setores já instalados no município, como a produção de fardamentos.

Rápidas e hábeis foram as estratégias de atratividade e centralização sobre o território do município da Vitória de Santo Antão, tornando-se uma cidade competitiva no estado na atração de empreendimentos industriais até meados de 2014-2015 quando estourou a crise político-econômica no Brasil. Crise a qual perdura e se intensificou até os presentes dias, com país tentando reencontrar caminhos para a estabilização econômica e produtiva, equilíbrio entre os poderes do Estado e a retomada de um projeto político nacional de desenvolvimento novamente integrador regional e socialmente (Pinto *et al.*, 2019; Paulini, 2021).

O município da Vitória de Santo Antão, mesmo diante do cenário de recessão, continua a atrair empreendimentos da região imediata, da Macrorregião, mas não apresente o mesmo poder de centralização das atividades de empreendimentos de grandes firmas multinacionais e nacionais, estando estes estabelecimentos ampliando o eixo de desenvolvimento do corredor rodoviário da BR-232 e no entroncamento com as PE-45 e PE-50 se instalando sobre municípios vizinhos ao município de Vitória de Santo Antão.

Parcelas de terras públicas destinadas a doação para empreendimentos industriais em troca de compromissos condicionados a geração de emprego de residentes do município agora são destinadas a estabelecimentos atacadistas ou galpões de estocagem e logística de comercialização de firmas de médio e pequeno porte.¹⁷

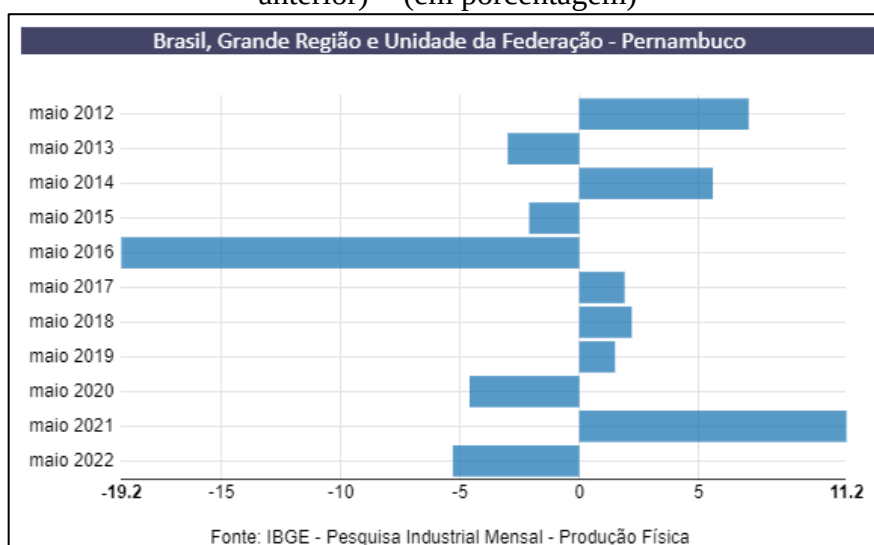
Os municípios de Moreno, dentro da Região Metropolitana do Recife (RMR), Pombos e Glória do Goitá, ambos dentro da Microrregião Geográfica de Vitória de Santo Antão, estão nos últimos anos tornando-se alvos desses empreendimentos industriais de porte nacional a multinacional para territorialização de unidades produtivas operacionais. Exemplos desse processo recente de ampliação, orientado ao interior do estado, do eixo de desenvolvimento industrial foram as implantações fabris da Nissin Food Products Co., Ltd., em Glória do Goitá, e da Fante (produtora de vinhos, sucos e destilados), em Moreno. Inserções recentes que potencialmente demonstram a perda de polarização direta do município de Vitória de Santo Antão na atratividade de empreendimentos manufatureiros do gênero alimentício e bebidas, mas com uma ampliação dessa área de polarização sobre à sua própria Microrregião e a faixa de transição com a RMR.

Após a eclosão da crise o município, como o estado de Pernambuco, a Região Nordeste e o Brasil (gráficos 1, 2 e 3), sentiram o impacto da crise diretamente afetando os empregos e a produtividade da indústria na composição econômica. As perdas ao longo dos últimos anos

¹⁷ Este assunto será tratado em maior profundidade na parte destinada a análise do circuito superior marginal em Vitória de Santo Antão.

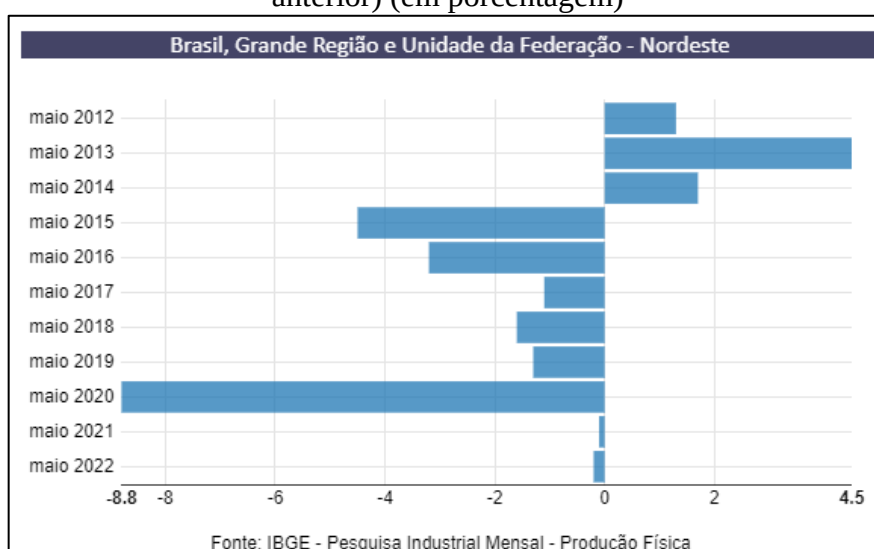
foram cumulativas, de forma geral, no setor secundário com sutil redução das taxas negativas durante 2017 a 2019, mas acentuou-se fortemente em 2020 com a pandemia da COVID-19.

Gráfico 1 - Produção Industrial Física Mensal da Indústria Geral (Extrativa + Transformação) do estado de Pernambuco, variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)¹⁸ (em porcentagem)



Fonte: SIDRA, 2022. Elaborado pelo autor.

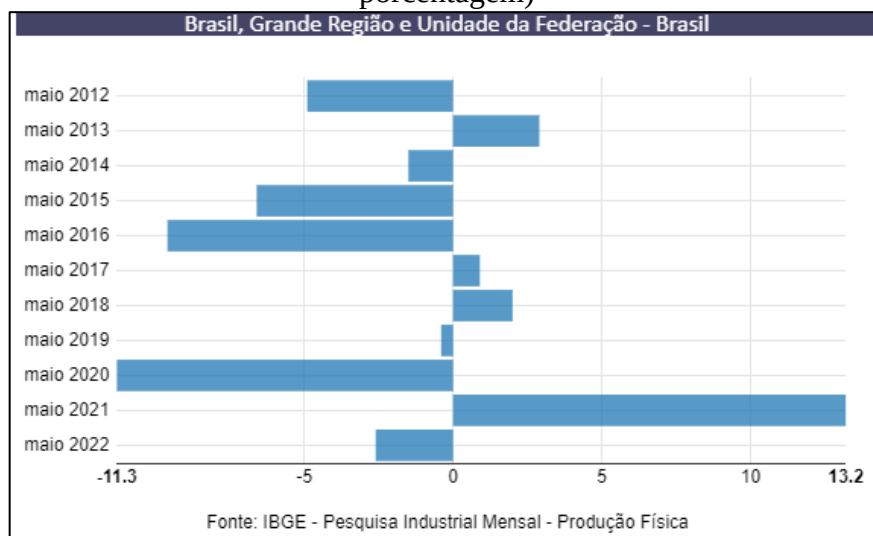
Gráfico 2 - Produção Industrial Física Mensal da Indústria Geral (Extrativa + Transformação) da Região Nordeste, variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) (em porcentagem)



Fonte: SIDRA, 2022. Elaborado pelo autor.

¹⁸ Relação baseada no acumulado nos últimos 12 meses, utilizamos o mês de maio para efeitos de padronização. Elaboração do autor a partir dos dados disponíveis na plataforma SIDRA-IBGE, em 2022.

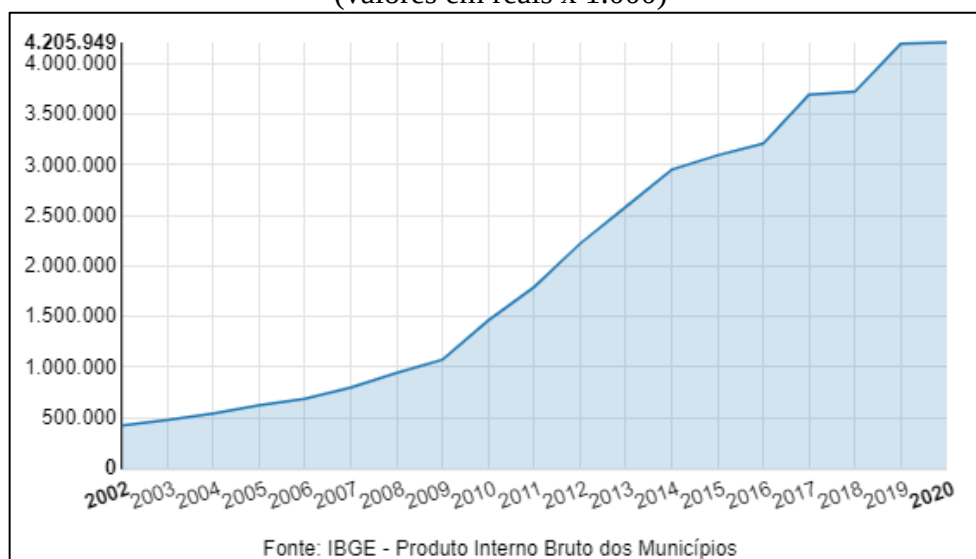
Gráfico 3 - Produção Industrial Física Mensal da Indústria Geral (Extrativa + Transformação) do Brasil, variação acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) (em porcentagem)



Fonte: SIDRA, 2022. Elaborado pelo autor.

Abaixo pode-se visualizar outro indicador da evolução do crescimento econômico do município de Vitória de Santo Antão, tomamos da temporalidade de dados disponíveis pelo IBGE na plataforma SIDRA sobre o PIB anual do município, de 2002 a 2020.

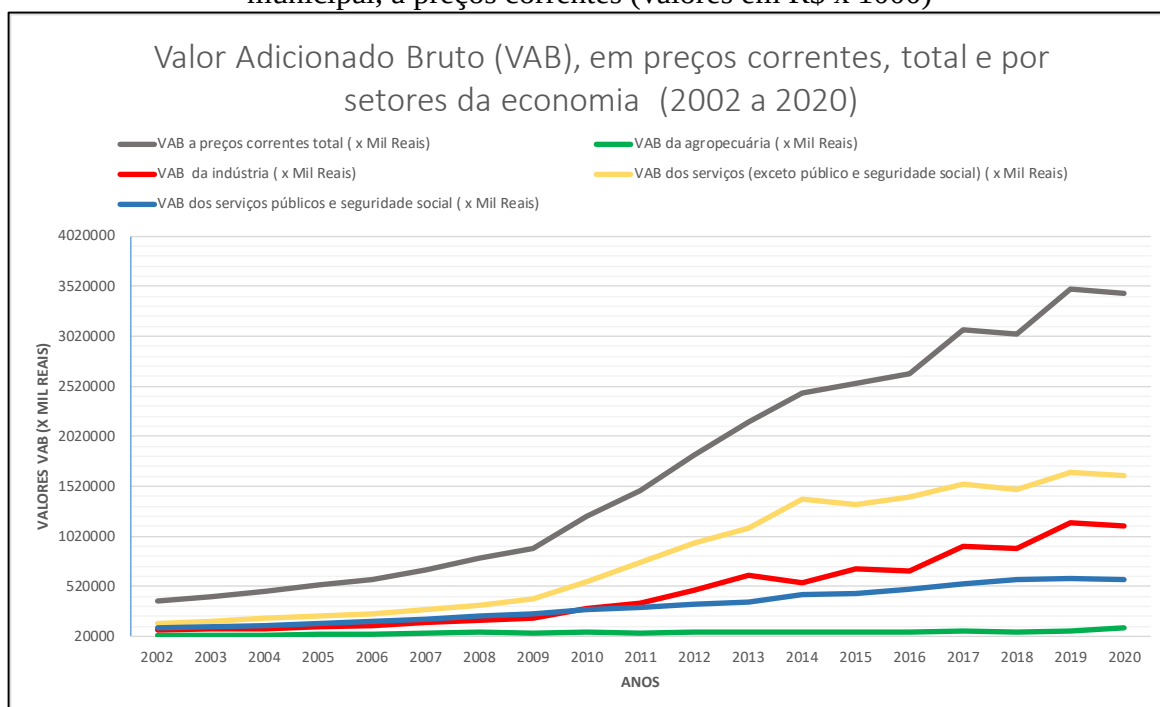
Gráfico 4 - Evolução do PIB do município de Vitória de Santo Antão de 2002 a 2020 (valores em reais x 1.000)



Fonte: SIDRA, 2022. Elaborado pelo autor.

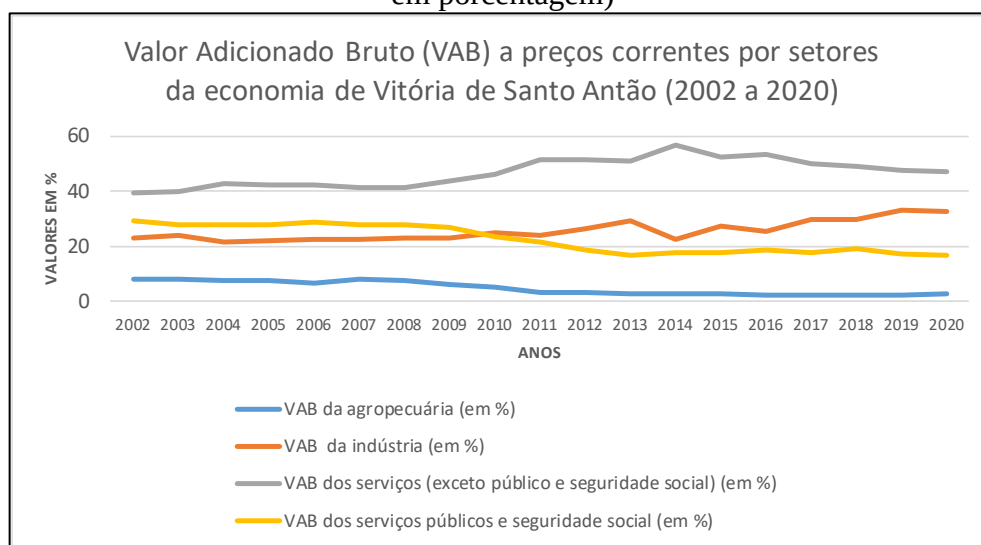
Observasse um crescimento suave do PIB municipal até os anos de 2008 a 2009, a partir daí a curva de crescimento progride de forma mais acelerada passando a ter quebras de ritmo de ascensão a partir dos anos de 2014-2015, coincidindo com o período de estouro da crise político-econômica que daí em diante se aprofundou sobre o território nacional.

Gráfico 5 - Evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) total e por setores da economia municipal, a preços correntes (valores em R\$ x 1000)



Fonte: SIDRA, 2022. Elaborado pelo autor.

Gráfico 6 - Evolução do VAB de Vitória de Santo Antão por setores da economia (valores em porcentagem)



Fonte: SIDRA, 2022. Elaborado pelo autor.

Nos gráficos 5 e 6 podemos analisar a evolução econômica do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município de Vitória de Santo Antão. O setor agropecuário no início da série já não tinha grande destaque participando com apenas 8,1% da composição do VAB municipal e decrescendo até 2020 quanto participou com 2,99% do VAB vitoriense. O setor de serviços (serviços mais comércio), excetuando neste os serviços públicos e de seguridade social, apresentava-se como o grande destaque do VAB vitoriense desde o começo do século XXI e permanecendo em primazia com quase metade do VAB municipal em 2020 (47,33%). O setor de serviços públicos e seguridade social apresenta considerável margem na composição do VAB de Vitória de Santo Antão, mas ao longo desses 19 anos vem sofrendo considerável queda na composição econômica municipal perdendo 12,37% de participação no VAB de 2002 a 2020. Já o setor industrial, em contrapartida ao da agropecuária e dos serviços públicos, foi o que apresentou forte elevação de sua participação no VAB vitoriense, indo de 23,1% para 32,73%, uma elevação de quase 10% em 19 anos, e com esse crescimento coincidindo com o período de alta na consolidação do polo industrial no município. Também neste período entre 2008 a 2011 é quando a participação do VAB industrial passa o VAB dos serviços públicos, ficando atrás apenas do VAB dos serviços e comércio.

Diante desta configuração econômica e territorial-regional, observamos o município da Vitória de Santo Antão constituído por uma cidade média de abrangência sub-regional (IBGE, 2020), em eixo de desenvolvimento industrial, atacadistas/logístico por localização nodal rodoviária estratégica no centro da Zona da Mata do estado de Pernambuco (Sposito, 2010; Sposito; Reolon, 2015; Moraes; Pereira, 2016). Todavia, Vitória de Santo Antão é um município carente de investigações atualizadas sobre os processos e problemáticas-chaves existentes nas relações intraurbana de sua economia. A investigação científica geográfica econômica com a análise dos circuitos da economia se enquadra com precisão para esta tarefa de ler – empírica e teoricamente – o espaço geográfico vitoriense, dadas as devidas atualizações teórico-metodológicas e conceituais ao presente estágio das relações de produção e trabalho numa cidade com suas características. Por isso, nossa pesquisa voltou-se para analisar a dinâmica socioeconômica urbana de Vitória de Santo Antão refletindo criticamente seu desenvolvimento produtivo e laboral, estes fatores estando diretamente relacionados a condicionantes da reestruturação produtiva no capitalismo contemporâneo indo em perspectiva de globalização com influências e participação cada vez maior das cidades médias na (re)produção do sistema, desde a escala microrregional a global.

Não é nosso intuito aqui nos aprofundar na questão de análise e validação dos parâmetros que fazem do município da Vitória de Santo Antão ter um uma cidade média sub-

regional da região Nordeste. Entretanto, fez-se necessária, a priori, uma exposição da importância das cidades médias, no contexto de suas relações atuais na organização da rede urbana, para assim entendermos a especialidade da cidade no que condiz a sua participação na divisão territorial do trabalho na região; conscientes das influências da globalização, na face da reestruturação produtiva, como elemento motor destas transformações de ordem urbana – intra e interestespaço urbano.

A partir disto, podemos analisar os circuitos da economia urbana da cidade da Vitória de Santo Antão levando em conta as diferenciações qualiquantitativas ocorridas na configuração urbano-econômica do seu espaço em decorrência desta ativa inserção do município no processo contemporâneo de reestruturação produtiva e territorial da divisão do trabalho. Aprofundaremos as análises sobre a composição e organização relacional dos circuitos da economia vitoriense no capítulo seguinte.

3 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)

3.1 O circuito superior em Vitória de Santo Antão (PE): Vitória uma cidade industrial?

O circuito superior do município de Vitória de Santo Antão historicamente era compreendido pelas poucas indústrias de grande porte em escala de produção e influência de mercado presentes na organização produtiva espacial do município, em especial a produção de bebidas destiladas e embalagens de vidro, e pelas usinas de processamento de cana-de-açúcar para produção de álcool e açúcar orientados a exportação destas commodities. Após a consolidação do polo industrial no município, com a ampliação do tecido industrial do município a partir da conformação de um parque industrial diversificado nos setores da indústria de transformação de bens mais básicos (*low tech*) e tradicionais, em destaque as fábricas de processamento e industrialização de alimentos ultraprocessados – BRF e Mondelez Internacional.

Analizamos o setor industrial na cidade como a estrutura de diversificação e ampliação do circuito superior na cidade ao longo das últimas duas décadas, isto é, em termos de agentes produtores e complexificação das relações interurbanas de trocas econômicas do município na dinâmica global de fluxos de capitais (i)materiais. A tabela 4 mostra esse aumento na quantidade de estabelecimentos industriais em Vitória de Santo Antão.

Tabela 4 - Evolução do número de estabelecimentos ativos em Vitória de Santo Antão/PE por Setor Econômico do IBGE

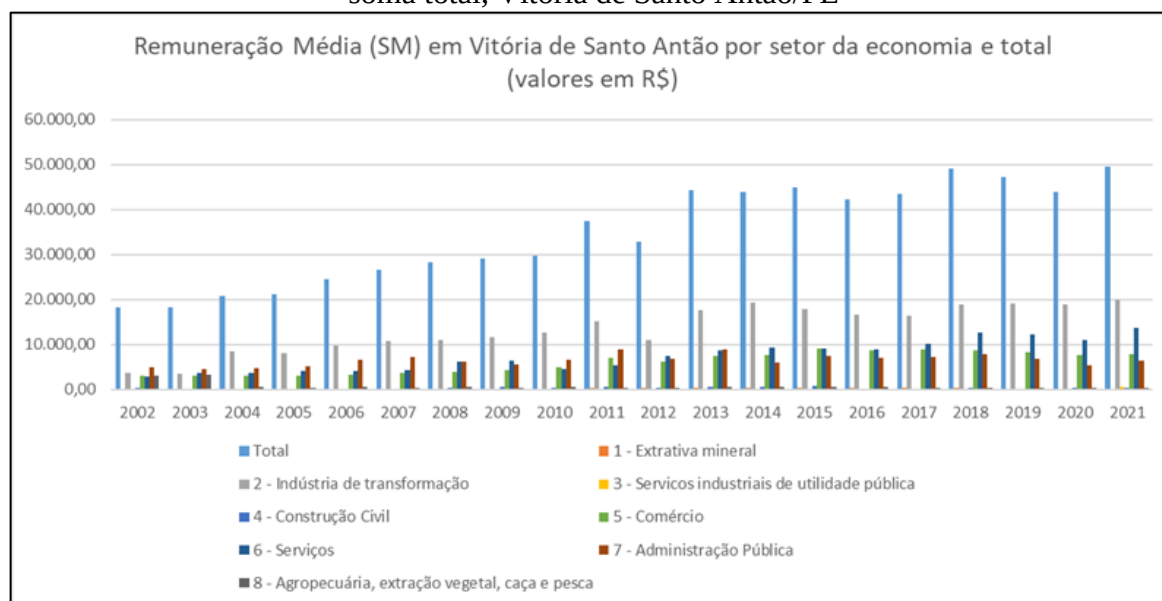
RAIS Estabelecimento Id							
Município	IBGE Setor	Ano					
		2002	2006	2010	2014	2018	2021
Vitória de Santo Antão	1 - Extrativa Mineral	2	5	4	4	4	5
	2 - Indústria de Transformação	78	85	103	149	139	147
	3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	3	2	2	3	2	4
	4 - Construção Civil	20	15	34	74	50	62
	5 - Comércio	427	510	681	935	883	796
	6 - Serviços	159	176	257	420	481	524
	7 - Administração Pública	2	3	3	4	5	5
	8 - Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	72	55	77	96	73	50
	Total	763	851	1.161	1.685	1.637	1.593

Fonte: RAIS, 2022. Organização do autor.

O setor de serviços e comércio juntos são a maior parte dos estabelecimentos ativos em Vitória de Santo Antão, mas cabe destacar a perda considerável do número de estabelecimentos comerciais ativos de 2018 para 2021, o que pode representar os reflexos das mudanças desse setor com o aumento do comércio digital via plataformas e redes sociais, muito utilizado pelos negócios de ambos os circuitos, mas com uma ponderável dominância do circuito superior no uso de plataformas digitais enquanto o circuito inferior adaptasse através do uso e das ferramentas das redes sociais (Silveira, 2013; Antunes, 2018).

De modo geral todos os setores tiveram ganhos ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, mas os maiores ganhos em termos de crescimento individual por setor foi o secundário, puxado pela indústria de transformação, e o terciário, puxado pelo comércio serviços. Mas se compararmos os rendimentos médios de salários mínimos por setores vemos que os ganhos de renda, em base média, são maiores na indústria do que nos serviços e comércio (gráfico 7). Outro ponto a consideramos o setor da indústria de transformação a estrutura de concentração de agentes e empregos característicos do circuito superior na dinâmica urbano-produtiva de Vitória de Santo Antão. Em segundo ponto ficando os serviços e terceiro o comércio, ambos, representando a maior parte da concentração de estabelecimentos com atividades, consumo e geração de renda característicos dos circuitos inferior e do superior marginal.

Gráfico 7 - Evolução da remuneração Média do salário mínimo por setores da economia e soma total, Vitória de Santo Antão/PE



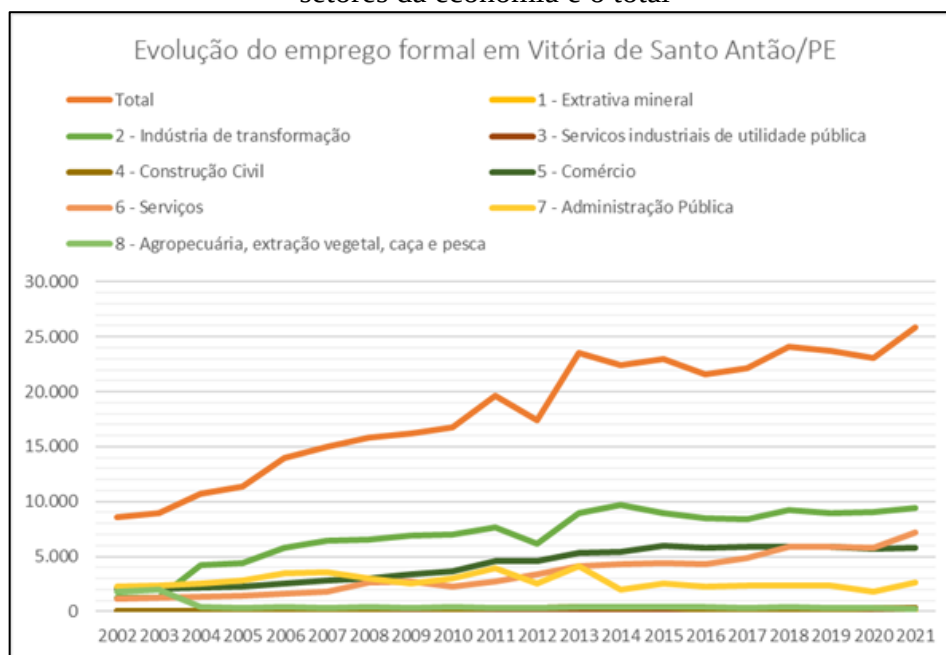
Fonte: RAIS, 2022. Elaborado pelo autor.

Uma observação quanto ao gráfico anterior (gráfico 7) deve ser elencada, pois a RAIS fornece uma média de remuneração dentro de cada setor, vide classificação do IBGE, o que distorce o real valor ganho de renda pela maioria dos trabalhadores nestas atividades, principalmente de maior média mostrada, o da indústria de transformação. Segundo a nota técnica da plataforma Dardo quanto acumulada a média salarial (em salários mínimos) está se torna uma média da massa salarial.

Salários de gerencia, corpo executivo e especialização no processo interno de produção fabril são consideravelmente maiores que o da grande maioria de funcionários operários, técnicos e prestadores de serviços industriais básicos, favorecendo a distorção da média geral. Nosso objetivo é evidenciar a concentração de capital, em forma de renda média geral, entre grandes setores da economia presentes na (re)produção econômica vitorienense, com esta concentração se dividindo em maior proporção entre a indústria de transformação e os serviços nos anos mais recentes.

Outro fator que baliza nossas análises sobre o setor industrial de transformação concentrar a maior parte das relações que conformam o circuito superior no município da Vitória de Santo Antão é sua evolução na empregabilidade formal no município (gráfico 8).

Gráfico 8 - Evolução do número empregos formais (CLT) em Vitória de Santo Antão/PE por setores da economia e o total



Fonte: RAIS, 2022. Elaborado pelo autor.

Um dos grandes fatores que levou Milton Santos (2004) a elaboração intelectual e analítica dos circuitos da economia para entender as relações desiguais de produção, consumo

e renda dentro das cidades do mundo subdesenvolvido foi a condição do emprego formal ser um privilégio dentro do quadro geral da força de trabalho economicamente ativa. Santos também predizia, em hipótese, que a tendência futura seria dessa condição de exceção do emprego formal se acentuar ao passo que as transformações estruturais do capitalismo, reagindo as suas próprias crises, levaria os países subdesenvolvidos, no século XXI, a uma condição permanente e normalizada do emprego formal para poucos e da informalidade do trabalho a situação normalizada pela sociedade neoliberal nascente; uma verdadeira banalização da pobreza e da condição de vulnerabilidade laboral e social a maior parte da população dos territórios pobres e emergentes, das suas cidades, especialmente (Santos, 2004 e 2009).

Vitória de Santo Antão apresente uma população economicamente ativa de quase 90 mil habitantes em 2010 (SIDRA, 2022), mas tem pouco mais de 25mil empregos formais¹⁹ registrados no último RAIS de 2021. Com a última estimativa da população feita pelo IBGE apontando Vitória de Santo Antão com uma população total estimada em pouco mais de 140 mil habitantes e a tendência geral da pirâmide etária brasileira estar atualmente concentrada nas faixas etárias de jovens adultos a adultos, o número de cidadão vitorienses em condições de atuar na força de trabalho potencialmente aumentou desde o último Censo Demográfico divulgado (2010) (SIDRA, 2022).

Outro ponto importante de analisarmos sobre a perspectiva geográfica econômica do circuito superior são as redes de trocas econômicas internacionais que o município do nosso estudo de caso manteve através das trocas mercantis dos agentes econômicos territorializados no município.

Segundo dados do Observatory of Economic Complexity (OEC)²⁰, em novembro de 2022 as maiores trocas mercantis do município da Vitória de Santo Antão foram com os países da República Democrática do Congo, exportação, e Países Baixos, na importação. A balança comercial internacional de novembro de 2022 apresenta as maiores remeças de valores em exportação de açúcar refinado, mandioca e bebidas destiladas. Nas importações os maiores valores foram em margarina, maquinário industrial de preparação de alimentos, maquinário industrial de embalagens de garrafas, polímeros industriais e frutas desidratadas (OEC, 2022).

¹⁹ Estes empregos formais podem (e muito provavelmente não são) ser desempenhado, em sua totalidade, por cidadãos naturais do município. Muitos destes empregos podem ser de assalariados e gestores de escalão superior, de empreendimentos de maior porte como os industriais, residentes em cidades vizinhas – da própria Mesorregião da Zona da Mata, Agreste e da RMR – envolvendo a cidade num movimento pendular e/ou sazonal para trabalho.

²⁰ Plataforma de *Big Data* vinculada ao MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) que fornece dados sobre as balanças comerciais (importações e exportações), síntese econômica e o nível de sofisticação (complexidade econômica) e diversificação produtiva entre países, por país, regiões, estados e algumas municipalidades, possibilitando análises evolutivas temporais da dinâmica de organização dos conteúdos produzidos, exportados e importados, sobre uma data base territorial. Disponível em: <https://oec.world/>.

As principais mercadorias exportadas em 2021, segundo o OEC (2022), foram combustíveis a base de álcool (etanol) (24,6 milhões de dólares), açúcar (11,9 milhões de dólares), mandioca (3,73 milhões de dólares), destilados (1,84 milhão de dólares) e temperos/especiarias (413 mil dólares). Enquanto as principais mercadorias importadas, ou seja, compradas pelos agentes econômicos no município, foi margarina (11,5 milhões de dólares), cacau em pó (2,64 milhões de dólares), maquinário de operação individual (929 mil dólares). O que, para um recorte temporal de um ano, representa as importações de insumos das principais fábricas alimentícias em operação no município e a exportação de commodities, combustível e bens manufaturados de bebidas alcólicas.

Em síntese, nas palavras da própria instituição

In November 2022 Vitória de Santo Antão exported \$6.5M and imported \$2.36M, resulting in a positive trade balance of \$4.14M. Between November 2021 and November 2022 the exports of Vitória de Santo Antão have decreased by \$-3.69M (-36.2%) from \$10.2M to \$6.5M, while imports increased by \$1.42M (151%) from \$941k to \$2.36M (OEC, 2022)²¹.

Há um balanço primário positivo, mas tem-se também um cenário de redução das exportações e aumento de importações na escala de um ano, novembro de 2021 a novembro de 2022, reflexo provável da recessão e alta inflacionária que passa o mundo desde a retomada das atividades produtivas ao passo do avanço da vacinação global contra à COVID-19 e o afrouxamento das medidas de quarentena e isolamento. A derrocada da guerra entre Ucrânia e Rússia também vieram a intensificar de forma geral esse cenário recessivo e inflacionário nas relações econômicas mundo afora e diferentes escalas.

Por fim, tratando-se das observações do circuito superior em Vitória de Santo Antão, foi a partir da força de atração de capitais diversos, incluindo o político, que o desenvolvimento e o crescimento urbano da cidade se intensificaram, portanto, os circuitos da economia urbana de Vitória de Santo Antão também se expandem pra novos setores produtivos.

Logo, velhas atividades dividem espaços no fazer laboral e no consumir diário com novas atividades, rugosidades produtivas justapõe-se com modernidades de serviços e comércio digital via plataformas (Santos, 2006; Antunes, 2018; Silveira, 2017), velhas atividades industriais no município dividem espaço com novas atividades de outros setores ou de setores da cadeia direta (como a Pitú e a O-I).

²¹ Tradução livre: “Em novembro de 2022 Vitória de Santo Antão exportou \$6,5 milhões e importou \$2,36 milhões, resultando em um saldo comercial positivo de \$4,14 milhões. Entre novembro de 2021 e novembro de 2022, as exportações de Vitória de Santo Antão diminuíram \$3,69M (-36,2%) de \$10,2M para \$6,5M, enquanto as importações aumentaram em \$1,42M (151%) de \$941k para \$2,36M” (OEC, 2022).

A estrutura de divisão social e territorial (intraurbana) do trabalho no município da Vitória de Santo Antão se amplia no sentido de atuação na dinâmica de reestruturação produtiva como cidade do “fazer produtivo” propriamente dito e não do “comandar empresarial”, coordenação centralizada nos grandes centros metropolitanos (Santos; Silveira, 2006; Reolon, 2013; Moreira, 2015). Assim Vitória de Santo Antão passa a fazer parte do que são às “cidades do fazer técnico”, cidades da especialização produtiva “braçal” ou operária (Santos, 2013; Silveira, 2002). Sejam as de especialização agrícola/agroindustrial, às tais “cidades do campo” denominadas por Santos (2013), sejam às cidades da manufatura siderúrgica, metalmecânico, têxtil, polo cultural, turístico, etc. (Sposito; Reolon, 2015; Piccoli Neto; Pires, 2012; Toledo; Selingardi-Sampaio, 2012; Alencar, 2019).

Nas relações internacionais tendo as exportações concentradas pelos agentes do setor agroexportador de commodities da cana-de-açúcar – bebidas destiladas, açúcar refinado, combustível – e também alguns outros de menor escala, como a mandioca. Embora, nas importações a compra de maquinários e insumos industriais concentram a maior parte dos gastos dos agentes econômicos no município, mostrando a dependência, a nível internacional das cadeias de valor, do tecido industrial no município por bens de capital e insumos vitais das suas etapas de produção.

O quadro, afinal, é de uma relação da indústria de transformação, especialmente dos subsetores alimentício e químico, que produz utilizando das vantagens territoriais fornecidas pelo contexto territorial vitoriense – eixo de desenvolvimento industrial em corredor rodoviário de expansão imediato a Região Metropolitana do Recife – para uma distribuição e comercialização de caráter endógeno nacional, traçado por uma lógica de ampliação e/ou disputa de mercados regionais, o próprio Nordeste ou para mais de uma Macrorregião do país.

Já no crescimento de emprego e renda, o setor industrial, com poucos anos de conformação mais estruturada, isto é, no que concerne à inserção de empreendimentos dentro do território vitoriense, apresentou ganhos relativos dentro do quadro geral do trabalho formal (CLT) para Vitória de Santo Antão. Embora, de uma perspectiva do desenvolvimento estruturado, a geração de empregos formais a ponto de reduzir a informalidade, o desemprego e as precárias atividades geradoras de baixa renda, de fato não se efetivou. A crescente abertura de fábricas, como prometido pelas campanhas discursivas políticas do governo municipal e do estado, durante as duas primeiras décadas do século XXI, não resultaram numa redução ampla e equilibrada do desemprego e da informalidade estruturalmente – historicamente – alta do município. Assim como também não se tornou, o setor industrial, o maior a comportar empregos formais se comparado ao setor de serviços e comércio agregadamente.

Logo, pode-se concluir que Vitória constituiu um tecido industrial relativo e um tanto especializado nas atividades de produção alimentícia, química pesada e construção civil, com sutil elevação gradual do emprego formal nestas atividades, mas não a ponto de representar uma significativa industrialização do município. Isto é, o crescimento do setor secundário não se deu a ponto de destoá-lo na empregabilidade e na estrutura do quadro divisório do trabalho em relação aos outros setores²² mais tradicionais na geração e composição do emprego e da renda da maior parte da população vitoriense.

A industrialização relativa de Vitória de Santo Antão pode ser analisada como a inserção do município nas dinâmicas globais e nacionais da reestruturação da divisão territorial do trabalho, logo, também, da produção. Sendo assim, o inicial processo de concentração mais representativa de agentes do circuito superior no município em sua organização econômica-espacial e regional. Concentração está que influenciou, como veremos adiante, a profusão na atratividade de empresas do circuito superior marginal à cidade, na abertura local e no crescimento correlato de empresas destas mesmas características dentro do sistema urbano-econômico vitoriense.

3.1.2 As interações entre Instituições de ensino e pesquisa e Empresas (I-E) em Vitória de Santo Antão (PE): um olhar de aproximação

O paradigma da pesquisa em geografia econômica avança paulatinamente na investigação dos complexos sistemas condicionantes à geração de inovações e subsequente produção de novas formas de geração de valor, riqueza e trabalho nos territórios, suas regiões e cidades mais dinâmicas. Um dos fatores chave na investigação dessa rede sócio-territorial dinâmica e não-linear que é a geração de inovações produtivas e tecnológicas é a atuação relacional entre instituições e empresas (I-E), na produção conjunta de PD&I, P&D de tecnologias e/ou aperfeiçoamento de modos de produções, na lapidação da formação profissional da população envolta no território/região. Onde estas instituições e empresas, em contexto virtuoso e aproximado de relações dentro do território e voltado para problemas de dentro, se desenvolvem, muito potencialmente, um sistema territorial-econômico produtor de inovações a estrutura das atividades produtivas dadas ou na emergência de novas (Fernandes, 2016; Mazzucato, 2018).

²² Exceto o setor primário – agropecuária e mineração – que desde meados do século XX seguiu o padrão do brasileiro e perdeu consideravelmente participação na composição de empregos formais.

Em diálogo com a exposição do circuito superior com sua alta concentração no setor industrial, buscaremos, através da investigação sobre a relação I-E (Instituições [Ensino, PD&I] e Empresas) em Vitória de Santo Antão, delinear reflexões que deem caminhos à uma abordagem diferenciada, na escala local (município), para uma mudança qualitativa e estruturada ao longo do tempo para o quadro econômico vitoriense. Isto é, crescimento econômico sustentado, aquecimento da empregabilidade em postos cada vez mais qualificados, crescimento estruturado da renda e da produtividade do trabalho, redução da informalidade e um verdadeiro empreendedorismo inovador e assegurado das condições dignas de trabalho e renda.

Para tal é fundamental a ampliação das inter-relações produtivas e da produção de conhecimentos conjuntos entre as instituições de ensino e pesquisa da região, os agentes industriais territorializados na cidade da Vitória-PE e da articulação ativa dos poderes governamentais na viabilização de metas e planos de incentivos ao desenvolvimento, produtividade e empregabilidade na indústria e nos serviços dinâmicos atrelados à indústria e/ou a geração de inovações tecnoprodutivas.

Todos esses aspectos, que agora são mera ousadia de interesse intelectual planejador do autor, podem encontrar contornos virtuosos ao seu alcance gradativo através do que se observa em outros cenários urbano-regionais em determinados casos mundo afora. Países que historicamente vem usando do desenvolvimento célere de inovação, a partir da virtuosa interação entre instituições e empresas, de diversas escalas, para coeso e bem planejado desenvolvimento em seus, e para seus, territórios (Fernandes, 2021; Burlamaqui, 2015; Gala, 2017; Diegues; Roselino; José, 2020).

A inovação, na perspectiva que aqui a tomamos quanto uma emergência de um sistema territorial, para discussão do cenário territorial-econômico de Vitória de Santo Antão, é

[...] o processo coletivo de desenvolvimento, melhoria, difusão de novas tecnologias materiais ou imateriais, de produto ou de processo, que promovam utilização sustentável de recursos da sociedade em benefício da melhoria da elevação da produtividade e da melhoria da qualidade de vida e das capacidades de escolha da maioria população, proporcionando-lhe crescimento econômico e desenvolvimento social de longo prazo (Fernandes, 2021, p. 216).

Ainda de acordo com o conceituado por Fernandes, um sistema territorial de inovação é a manifestação concreta de relações socioespaciais complexas e dinâmicas envoltas num imbricado quadro de relações inter agentes e estruturas institucionais (públicas, privadas, populares/civis) de diversas escalas de atuação do e no território. De acordo com as palavras da autora

[...] sistema territorial de inovação é o espaço de relações entre agentes com competências diversas e complementares, localizados em um dado território com contexto socioinstitucional específico, embora conectado com outros territórios em diferentes escalas, com vistas à produção, apropriação e difusão de inovações para melhoria de qualidade de vida das populações e soberania nacional, cuja governança envolve a constituição de arena política constituída de representantes de organizações econômicas, populares, acadêmicas e governamentais (Fernandes, 2021, P. 216).

Nossa pesquisa dos circuitos econômicos da cidade intermediária da Zona da Mata Pernambucana, Vitória de Santo Antão, não tem como delineamento investigador central o seu sistema territorial de inovação ou se a mesma encontra-se integrada a uma dinâmica de escala maior (regional) nesta linha de investigação geográfica-econômica científica das relações de produção e do desenvolvimento urbano, territorial e regional. Contudo, vê-se cada vez mais necessária a investigação mais detalhada dos conteúdos e das formas de relações entre os agentes institucionais de ensino, PD&I e profissionalização superior e técnica, de Vitória de Santo Antão, junto ao desenvolvimento e a geração de inovação das atividades econômicas dos setores econômicos manifestos empiricamente na cidade através das empresas inseridas na cidade ou sua região de influência²³ (Microrregião de Vitória de Santo Antão).

Essa abordagem – relação instituições e empresa – é fundamental para entendermos como e por quais mecanismos institucionais e sociais, materializados no território urbano vitoriense, uma reformulação qualitativa dos quadros de atividades, trabalho e renda na cidade se encontram.

Vimos, ao longo das discussões percorridas as análises dos circuitos econômicos urbano vitoriense, que o quadro geral do trabalho mais qualificado e gerador de maiores médias de renda, em Vitória de Santo Antão, é concentrado na indústria, na indústria de transformação, mais especificamente, presente no município. Serviços à saúde humana como clínicas de exames e atendimentos médicos especializados, comércios varejistas especializados e redes de atacadistas, são outros que geram na cidade o pequeno circuito de relações de produção e emprego de rendas mais significativas, dado o quadro geral de elevada informalidade e subempregos. Configuram como já salientamos as estruturas centrais, em Vitória de Santo Antão, dos capitais e relações de trabalho e consumo do circuito superior e sua margem transitória com o circuito inferior – o superior marginal.

Vitória de Santo Antão apresenta 6 grandes instituições de ensino, sendo 4 privadas e 2 públicas de ordem federal, com as seguintes subdivisões de natureza do estabelecimento/unidade (tabela 12):

²³ Ver a pesquisa REGIC – Região de Influência Geográfica das Cidades de 2018 (IBGE, 2020).

Tabela 5 - Instituições de ensino, profissionalização técnica e de PD&I em Vitória de Santo Antão/PE

Instituições privadas		Instituições públicas
Técnicas	Ensino Superior e pós-graduação	Ensino superior, técnico e pós-graduação
Grau Técnico	UNIVISA – Centro Universitário da Vitória de Santo Antão	IFPE – Campus Vitória de Santo Antão
Escola Técnica Particular - ETP	UNIFACOL – Centro Universitário FACOL	CAV (UFPE) – Centro Acadêmico da Vitória de Santo Antão (Universidade Federal de Pernambuco)

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Tratando primeiramente das instituições privadas que oferecem formação profissionalizante técnica, observamos que as mesmas são redes que não tem origem no município, tanto a Grau Técnica como a ETP. A primeira tem escala de atuação nacional sendo uma das maiores empresas de serviços de educação técnico-profissional do mercado privado nacional, já a segunda é uma rede com unidades, além da de Vitória de Santo Antão, nas cidades de Gravatá e Jaboatão dos Guararapes.

No que tange os plantéis de cursos técnico-profissionalizante oferecidos por essas instituições temos uma relativa orientação para funções da área de serviços e comércio, sobretudo nas áreas de saúde e gestão administrativa e operacional de negócios/empresas, e indústria (tabela 13).

Tabela 6 - Cursos técnicos oferecidos pelas principais instituições de ensino técnico privado em Vitória de Santo Antão/PE

CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS			
Área	ETP	Área	Grau Técnico
Saúde	Enfermagem	Saúde	Análises Clínicas
	Instrumentação Cirúrgica		Enfermagem
	Estética		Instrumentação Cirúrgica
Indústria	Automação Industrial		Farmácia
	Eletrotécnica		Radiologia
	Mecânica Industrial		Saúde do Trabalhador
	Eletricista profissional	Indústria e Comércio	Edificações
	Refrigeração e Climatização		Eletrotécnica
	Mecânica de Motos		Segurança do Trabalho
Negócios	Administração	Negócios	Administração
			Logística
			Recursos Humanos
		Tecnologia	Informática (TI)

Fonte: elaboração do autor a partir das informações constantes nos websites²⁴ das instituições referidas, 2023.

A partir da estrutura de cursos oferecidos por essas duas instituições pode-se, claramente, ver a sua orientação estratégica em expandir mercado numa cidade que recentemente vem crescendo sua participação no cenário de inserção de indústrias de transformação com uma forte demanda de força de trabalho industrial local minimamente qualificada nas funções de produção, manutenção e operacionalização da produção fabril.

Outro elemento é própria expansão urbana recente – crescimento populacional e da malha urbana – e da influência regional imediata da cidade sobre sua Micro e Mesorregião, fatores que impulsionam a demanda e a geração local de empregos e negócios de serviços básicos, mas que demandam certo nível de conhecimento técnico-científico, como nas áreas de saúde, segurança do trabalho, administração e gestão de empresas, logística, etc. Enfim, atividades técnicas que desde o período de criação e expansão do polo industrial em Vitória de Santo Antão vem alimentando, em duas frentes – a industrial e a de serviços e comércio –, a empregabilidade formal e pouco mais qualificada na estrutura do trabalho por setores econômicos mais pujantes do cenário urbano-econômico vitoriense.

Vê-se, por fim, uma relação de disputa de mercado oligopolizado por essas duas instituições privadas no que se refere à mercantilização do ensino técnico, a montante, e um direcionamento de encadeamento econômico, na formação de força de trabalho qualificado de

²⁴ Links de acesso aos websites da ETP e da Grau Técnico – Unidade Vitória de Santo Antão, respectivamente: <https://etpeducacional.com.br/cursos.php> ; <https://www.grautecnico.com.br/vitoria-de-santo-antao>.

nível técnico, para suprir, a jusante: i) na indústria – as eventuais demandas das fábricas inseridas no município ou na região imediata²⁵; e ii) no comércio/serviços – na força de trabalho de gestão e administração de negócios, logística de mercado e insumos/produtos, etc.

Esses agentes são, fazendo um paralelo entre a teoria dos circuitos econômicos urbanos e a abordagem da geografia sistêmica da inovação no território, representantes em si, na sua própria natureza de atividade, do circuito superior marginal da educação como negócio privado. Embora, também, o sejam estruturas de suporte indiretos aos requisitos necessitados pelos agentes do circuito superior (as indústrias) na sua constituição de força de trabalho local no corpo técnico-operacional. E não se pode esquecer de que muitos desses formados técnicos também representam a força de trabalho contratada por negócios comerciais e de serviços da cidade ou se tornam casos de empreendedorismo, tanto na sua vertente de micro e pequenas empresas, como os MEIs, lojas de conserto de eletroeletrônicos, smartphones, etc.; assim como numa geração de força de trabalho de reserva na configuração dos desempregados ou desalentados que sobrevivem de negócios/atividades informais. O que mostra que são agentes de extensa capilaridade sobre todas as atividades de todos os circuitos econômicos que compõem a cidade (Boraschi, 2019; Silveira, 2014).

No que se refere aos agentes institucionais de ensino superior temos a presença no município de duas instituições federais de ensino, pesquisa e extensão, o Instituto Federal de Pernambuco – Campus Vitória de Santo Antão (IFPE) e o CAV (Centro Acadêmico da Vitória de Santo Antão) da Universidade Federal de Pernambuco. Já nas instituições privadas de mesmo caráter, temos os Centros Universitários da UNIVISA e UNIFACOL, ambas instituições criadas no século passado por empresários da própria municipalidade e que apresentam histórica atuação de centralidade, junto ao IFPE (antiga Escola Agrotécnica Federal), do fornecimento de equipamento/serviço de ensino técnico-profissional e superior a população da Mesorregião da Mata bem com as vizinhas (RMR e Agreste).

Fez-se entrevistas²⁶ com 3 representantes de 3 destas instituições, duas de caráter público e uma privada.

Entrevistamos o Vice-diretor geral do CAV-UFPE, prof. José Antônio dos Santos, o coordenador do curso de Administração da UNIVISA, prof. Jonas Cabral de Barros Júnior e o

²⁵ Visto que se trata de um eixo de desenvolvimento ao qual Vitória de Santo Antão faz parte não única e exclusivamente.

²⁶ Não conseguimos entrevista com representante da UNIFACOL, não responderam as tentativas de contato via o meio de comunicação disponibilizado pela instituição via rede social online (WhatsApp).

prof. Renato Lemos, coordenador de Extensão e Pesquisa do IFPE Campus Vitória de Santo Antão.

De modo geral, nestas entrevistas, pode-se apreender que ambas as instituições apresentam relações com empresas em Vitória de Santo Antão e, principalmente, com o poder público na oferta conjunta de serviços sociais e capacitação de corpo de funcionários das secretarias e agências da estrutura governamental municipal.

Quando indagados²⁷ sobre a existência de programas de parceria conjunto com empresas no município para a geração de inovações via PD&I, P&D que fomentem o desenvolvimento localizado de novas tecnologias, padrões de operacionalização/gestão dos negócios ou da produtividade, no caso das indústrias, ambos responderam que não há programas destinados a essa finalidade. O que existe, até então, são programas de estágio curricular com esses empreendimentos, programas de extensão voltados a treinamento prático dos alunos dos cursos do CAV – Centro Universitário que foi projetado na finalidade de ser um núcleo especializado em cursos das áreas de saúde e biológicas –, práticas extensivas as quais beneficiam as empresas por fornecerem serviços de educação de saúde coletiva no trabalho, acompanhamento nutricional e da qualidade física.

No quadro de extensão e formação de parcerias com empresas e instituições outras, a UNIVISA, especialmente voltado aos programas do curso de administração, o prof. Jonas Barros Jr. pôde nos descrever que 40 empresas são parceiras da instituição e recebem certas ofertas especiais de trocas com a instituição, por exemplo, o desconto de mensalidades em todos os cursos para funcionários e filhos de funcionários dessas empresas parceiras, capacitações técnicas nas áreas de gestão empresarial, marketing, mídias digitais, logística administrativa, entre outros saberes técnico-intelectuais e práticos fornecidos pelo corpo institucional da UNIVISA, através de seus professores e alunos do curso de administração.

Observamos que as relações desenvolvidas por ambas as instituições tem semelhanças no que se refere aos âmbitos pelos quais se relacionam com as empresas (e a prefeitura). Elas apresentam muita concentração de atividades e parcerias no campo extensivo e de estágios, mas muito pouco ou nenhum desenvolvimento, direto, de PD&I para ou com a participação das empresas, desde os presentes no polo industrial as pequenas e microempresas. O que mostra uma sistemática relacional no território muito mais voltada a formação de profissionais com alto potencial de serem efetivados no quadro laboral intermediário de gestão ou funcional-

²⁷ Ver as perguntas que delinearam a temática das entrevistas nos Apêndices.

fiscalizador das indústrias, do que um corpo de pesquisa e desenvolvimento de inovações bem imbricado entre as empresas e essas instituições.

No caso da UNVISA, o próprio professor entrevistado (Jonas Barros Jr.), salientou o caráter norteador da instituição privada é nessas parcerias aumentar a visibilidade da empresa e consequentemente atrair mais indivíduos para realizarem cursos ou formações complementares, assim aumentando a lucratividade da empresa e possibilitando-a elevar-se de nível na oferta de outros cursos e na abertura de novas especializações. Inclusive, o planejamento atual é o de crescimento para elevar-se do patamar de Centro Universitário para o de Universidade plena, mas para isso o entrave da falta de cursos de pós-graduação *strictu sensu* é um dos grandes desafios desta instituição de ensino privada.

Logo, a UNIVISA, oferece uma formação superior e especializações, no que se refere a área de administração, um sistema de trocas relacionais mais parecida com os dos cursos técnicos profissionalizantes das instituições anteriormente destacadas (ETP e Grau Técnico). Porém, há diferenças importantes, enquanto a ETP e o Grau Técnico oferecem um nível técnico, os cursos da UNIVISA e suas especializações oferecem uma força de trabalho com um patamar mais qualificado e mesmo especializado, em aspectos do *know-how*, das áreas de gestão e coordenação de empresas ou do processo produtivo em fábricas. Diferença que se reflete na composição de rendas do trabalho e produtividade do trabalho, potencialmente, mais elevadas.

Um dado interessante, na entrevista com vice-diretor do CAV, foi o reconhecimento do mesmo que a instituição, com início de atuação na cidade/região a partir de 2006, ou seja, dois anos antes da criação e início da constituição do polo industrial do município, não apresenta cursos e respectivas especializações/pós-graduações que estrategicamente facilitem a interação com os estabelecimentos industriais na produção de pesquisas para aperfeiçoamento de tecnologias ou inovações. O fato de os cursos serem concentrados nas áreas de saúde e biológicas fez com que suas relações com essas empresas fossem muito mais no sentido de práticas extensivas (estágios, por exemplo) e na oferta, não tanto demandada assim, de profissionais da área de nutrição (egressos do curso).

Isso não significa que a inserção dessa instituição federal (CAV) não tenham e venham gerando efeitos virtuosos crescentes sobre a dinâmica econômica urbana da cidade. Um dos informes importantes trazidos pelo prof. José Antônio dos Santos foi a grande abertura de empresas, por alunos egressos, de academias de musculação, crossfit e outros serviços de condicionamento e aperfeiçoamento físico que necessitam diretamente da atuação de profissionais de educação física (curso ofertado no CAV). Então, pode-se perceber uma geração do empreendedorismo, especializado em serviços de lazer e aperfeiçoamento físico, resultado

da inserção do centro federal no intuito de interiorização do equipamento/serviço de educação, pesquisa e extensão de nível superior. No que se refere ao curso de enfermagem, a grande demanda da Secretaria de Saúde do município, faz com que boa parte dos vínculos de estágio sejam com o poder público municipal e a contratação de profissionais (recém egressos) também vem sendo elevada através das relações de parceria entre as instituições – prefeitura e CAV.

Quanto da entrevista do representante do IFPE no município, podemos aferir uma maior capilaridade e desenvoltura da instituição com agentes privados transnacionais e *big players* nacionais do setor agropecuário e da agroindústria. O prof. Renato Lemos tal como os demais entrevistados representado suas instituições afirmou que a maior relação com empreendimentos produtivos locais é via estágio de formação de docentes. Todavia, muitos deste quase formados profissionais técnicos agropecuários, agroindustriais e agrônomos são cooptados por empreendimentos do alto circuito da fronteira agrícola internacional, principalmente os que participaram de projetos em P&D ou CT&I desenvolvidos via interação entre empresas e a instituição.

Um elemento de grande distinção em relação as outras duas instituições com representantes entrevistados é a especialidade do IFPE no setor agro com as formações técnicas e superior em ciências agrárias. Isto significa que para o foco mais econômico-urbano da nossa pesquisa, a instituição, em tese, traria pouco a agregar quanto a problemática dos circuitos econômicos da cidade de Vitória de Santo Antão. Mas não se mostrou desta forma, pois foi nesta entrevista que pudemos escutar um maior nível de desenvolvimento local/regional de geração de inovações tecnológicas e produtivas para o território tanto do município, principalmente sua zona rural, quanto para diversos municípios vizinhos. Desde pequenas invenções tecnoprodutivas para pequenos produtores locais ou da região quanto na geração de tecnologias agrícolas sofisticadas em parceria com empresas transnacionais. Programas como de Arranjos Produtivos Locais estão apresentando bom desenvolvimento de modernização de práticas e manejos de culturas e animais de produção, na localidade e região. O comércio agropecuário e serviços especializados ao campo (veterinária, agronomia, zootecnia, técnicos) já apresentam significativo polo em Vitória de Santo Antão, resultante em boa parte da formação profissional na área de atividades do setor primário proporcionada pela instituição federal na zona rural do município.

Ademais, retornando ao entrevistado da instituição privada (UNIVISA), prof. Jonas Barros Jr., a título de comentário final, sobre o cenário da interação entre as instituições de ensino superior e empresas na cidade da Vitória de Santo Antão. O professor, próximo do final da entrevista, comentou que os executivos-chefes do Engarrafamento Pitú questionaram a falta

de profissionais naturais da municipalidade mais especializados em sua formação, na área de administração, para poderem ocupar cargos mais elevados dentro do quadro de gestão operacional e executiva nas indústrias presentes no polo industrial, incluindo a própria Pitú empresa criada no município e símbolo de sua industrialização. Tais executivos afirmaram a necessidade de, em Vitória de Santo Antão, ter-se nas instituições de ensino superior que oferecem o curso de administração, entre elas a UNIVISA, uma pós-graduação em Gestão da Produção Industrial.

Assim, em conclusão, podemos perceber, mesmo que ainda falte a realização de entrevistas com representantes das outras grandes instituições em Vitória de Santo Antão, que não há um sistema territorial de inovação no município, pelo menos não o é existente entre as instituições entrevistadas e os seus parceiros (empresas) os quais desenvolvem relações efetivas. O que se pode identificar são relações de trocas com benefícios mútuos concentrados em ações e programas de extensão e estágio, na formação de força de trabalho mais qualificada (a nível superior) e na realização de atividades socioeducativas à população periférica do município através de capacitações e programas educacionais extensivos em parceria com o poder público municipal. Mas, se tratando da produção de inovações locais via financiamentos ou programas de parceria na produção de CT&I e P&D, sobretudo na relação entre empresas do polo industrial em associação com as instituições e ensino superior, vê-se uma falta de políticas, projetos ou planejamentos presentes ou futuros destinados a esse objetivo.

Vitória de Santo Antão, podemos finalizar, enquadra-se, até então, no que Santos e Silveira (2006) qualificam como “*idades do fazer*” em detrimento as “*idades do “comandar”*”, onde nestas a existência de um *sistema territorial de inovação é atuante*, ou *no mínimo existente* mesmo que com fraca e desequilibrada dinâmica de relações I-E e sociedade, enquanto nas “*idades do fazer*” temos as unidades de produção/execução industrial e não as de pesquisa e desenvolvimento de conteúdos industriais novos. Logo, Vitória de Santo Antão, encontra-se numa relação com a rede urbana a qual faz parte enquanto uma *centralidade intermediária em eixo de desenvolvimento industrial* (Sposito; Reolon, 2015; Sposito, 2010) numa *lógica empresarial-produtiva de uso do território e não de desenvolvimento com e para o território* (com sua região de influência aí inserida).

3.2 O eixo estratégico: centralidade urbana e o circuito superior marginal da economia da Vitória de Santo Antão (PE)

O circuito superior marginal apresenta uma singularidade de natureza fronteira entre grande capital e pequeno capital/trabalho informal, precário, que a coleta de dados, tratamento, exposição e análise de sua organização em qualquer cidade, ou em escalas diversas de recorte espacial, torna-se bastante trabalhosa. Procuramos dados na base de informações da RAIS e do SIDRA sobre os estabelecimentos, vínculos empregatícios (formais) e remuneração média (em massa salarial) de atividades econômicas e laborais que mais se enquadram nas características do circuito superior marginal, assim como o mesmo é definido e analisado por Santos (2004), Silveira (2013, 2014, 2015 e 2017) e Xavier (2009).

Os setores atacadistas, grandes e médios varejistas, transportes e logística, técnico-científico profissional, serviços de marketing, gestão e administração de empresas, serviços médicos e laboratoriais, franquias de escala regional e instituições de ensino privados, são algumas das atividades que concentram boa parte dos agentes com elementos que os categorizam no circuito superior marginal. São atividades econômicas e laborais que demandam considerável nível de formação profissional de seus trabalhadores, capital técnico e monetário, atuação na estrutural social e econômica do território de modo a atender demandas de empreendimentos tanto do superior como do inferior, em condições de formalização ou informais. Portanto, buscamos, de forma seletiva, trazer dados sobre a evolução recente destas atividades no município de Vitória de Santo Antão (tabela 5 e 6).

Todavia, de antemão, a exposição dos dados a seguir, por sua característica de nível de agregação ser maior, e por não haver na plataforma DARDO e no SIDRA maior disponibilização de informações/dados desagregadas em nível geográfico municipal sobre emprego e estruturação de atividades informais, os dados nos gráficos a seguir contém tanto informações de agentes e estruturas produtivas do circuito superior marginal como do inferior, possivelmente algumas do circuito superior também.

Embora haja estas limitações de nível de detalhamento do dado para uma classificação e análise mais precisa de cada circuito, não deve-se perder de vista o principal que é a indissociabilidade relacional dialética entre os circuitos quanto subsistemas do próprio movimento histórico-espacial de (re)produção do trabalho, das técnicas e do capital, materializados nas dinâmicas (inter e intra) urbanas das cidades (Santos, 2004; Silveira, 2014). Outrossim, nosso objetivo principal é analisar os circuitos da cidade e suas relações entre si e com a própria dinâmica de (re)produção urbano-econômica do município de Vitória de Santo Antão, não sendo o foco um detalhamento minucioso de classificação de estabelecimento por estabelecimento em cada circuito que o mesmo se enquadraria.

Tabela 7 - Número de estabelecimentos ativos em Vitória de Santo Antão/PE com alta concentração de empreendimentos do circuito superior marginal, por anos selecionados entre 2006 a 2021

RAIS Estabelecimento Id						
Município	CNAE 2.0 Seção	Ano				
		2006	2010	2014	2018	2021
Pe-Vitoria de Santo Antao	Construção	17	40	79	54	65
	Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	506	678	927	876	790
	Transporte, Armazenagem e Correio	11	19	52	63	66
	Informação e Comunicação	4	3	5	7	12
	Atividades Imobiliárias	1	2	7	6	15
	Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	14	21	31	32	39
	Atividades Administrativas e Serviços Complementares	9	20	41	44	45
	Educação	27	30	46	58	56
	Saúde Humana e Serviços Sociais	25	35	57	78	95
	Outras Atividades de Serviços	4	2	7	8	7
	Total	618	850	1.252	1.226	1.190

Fonte: RAIS, 2022. Organizado pelo autor.

Tabela 8 - Número de vínculos empregatícios ativos em Vitória de Santo Antão/PE por setores com alta concentração de empreendimentos do circuito superior marginal, por anos selecionados entre 2006 a 2021

RAIS Vínculo Id						
Município	CNAE 2.0 Seção	Ano				
		2006	2010	2014	2018	2021
PE-VITORIA DE SANTO ANTAO	CONSTRUÇÃO	70	277	557	184	287
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	2.543	3.656	5.449	5.833	5.765
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	33	215	717	1.083	1.032
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	78	50	61	165	391
	ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	93	145	202	168	209
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	5	9	82	40	148
	ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	76	95	116	130	174
	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	22	103	403	339	484
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	3.490	3.010	2.019	2.392	2.602
	EDUCAÇÃO	622	621	607	1.048	1.080
	SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	415	505	1.056	1.158	1.385
	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	152	236	275	1.236	1.743
	Total	7.599	8.922	11.544	13.776	15.300

Fonte: RAIS, 2022. Organizado pelo autor.

A relação entre estabelecimentos e vínculos empregatícios apresentou, de modo geral crescimento positivo, principalmente entre os anos de 2010 e 2014. O setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas é o que concentra o maior número de estabelecimentos e o segundo a concentrar empregos, ficando atrás apenas da administração pública, defesa e seguridade social. O setor de construção civil apresentou uma considerável alta no seu quadro de estabelecimentos e empregos entre 2010 e 2014, mas reduziu esse crescimento nos anos seguintes, possivelmente reflexos da desaceleração da economia de modo geral a partir da crise de 2015. Atividades como do setor financeiro, seguros e serviços correlatos, educação, saúde pública e serviços sociais apresentaram forte ampliação

considerando os valores iniciais em 2006 e os valores de referência em 2021. Isto expõe que a máquina pública municipal cresceu na sua composição orçamentária e complexidade de gestão, fruto do crescimento urbano e produtivo no município levando ao aumento das arrecadações, como mostrado no gráfico 4 da seção 3.1 deste capítulo. Já no que tange os serviços de saúde e educação, Vitória de Santo Antão ao longo das últimas duas décadas se consolidou como centralidade regional, para sua Microrregião, na Mesorregião e, em menor força de atração, para as Mesorregiões imediatas, o Agreste principalmente, no fornecimento de estruturas educacionais de ensino superior e técnico profissional e de serviços médicos e laboratoriais especializados (figura 1 e 2).

Figura 1 - Fotografia da unidade regional da Grau Técnica em Vitória de Santo Antão/PE ao lado de outros estabelecimentos característicos do circuito superior marginal



Fonte: acervo do autor, 2022.

Figura 2 - Fotografia de estabelecimentos de serviços médicos e laboratoriais em Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: acervo do autor, 2022.

Nesta foto podemos observar da paisagem não somente a concentração de estabelecimentos médicos e laboratoriais privados, mas a verticalização imobiliária que se mostra crescente pontualmente no município, isto ao lado da refuncionalização dos usos das edificações urbanas antigas na área central do município, transformando-as de lares habitacionais em ambientes de comércio e serviços.

Um importante elemento de análise geográfica urbana, entre a relação das formas e funções urbanas, é a padronização crescente das edificações comerciais e de serviços de maior porte em Vitória de Santo Antão no uso de galpões pré-moldados (figura 3). Em trabalho anterior (Santos, 2019) identificamos que uma das empresas mais recentes a se instalar no polo industrial do município foi uma relacionada a construção civil industrial na fabricação de pré-moldados para edificações, a relação dessa empresa com a (re)produção do espaço do comércio e serviço nas áreas de especialização de agentes de capital mais elevado é evidente ao longo das margens da Av. Henrique de Holanda (antiga via da BR-232).

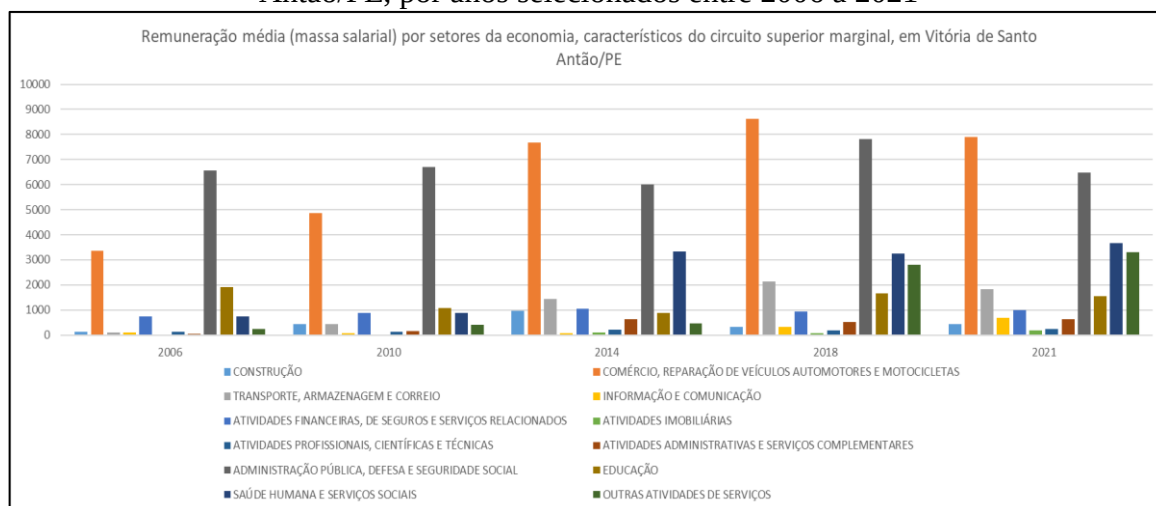
Figura 3 - Fotografias galpões lado a lado com funcionalidades diversas em relação as atividades de seus empreendimentos, Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: acervo do autor, 2022.

Outro elemento ponderável quanto ao crescimento do circuito superior marginal na cidade de Vitória de Santo Antão é a evolução da remuneração por setores da economia que mais enquadram-se por terem atividades nesta parcela de agentes econômicos do circuito superior. Abaixo vê-se o gráfico 9 com as mudanças quantitativas da massa salarial entre os setores da economia que mais concentram atividades do cunho do circuito superior marginal.

Gráfico 9 - Remuneração média (massa salarial) por setores da economia com alta concentração de empreendimentos do circuito superior marginal em Vitória de Santo Antão/PE, por anos selecionados entre 2006 a 2021

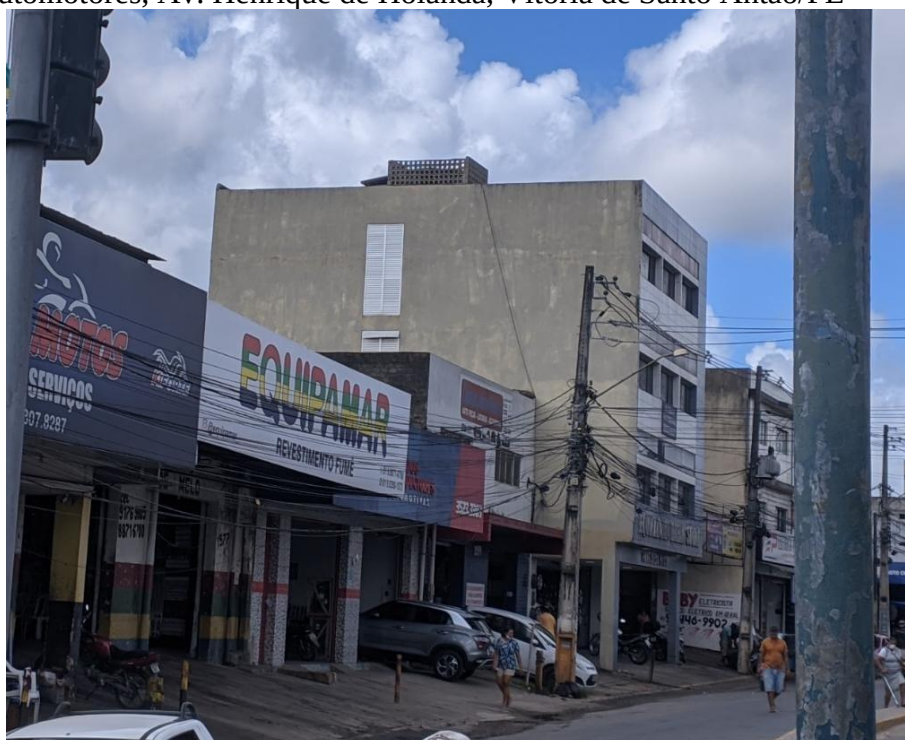


Fonte: RAIS, 2022. Elaborado pelo autor.

Com o gráfico podemos observar a perda de liderança na média de valores mais elevados da massa salarial do setor público para o comércio, serviços de reparação em veículos

automotores. Este setor concentra bastante estabelecimentos do circuito inferior – micro e pequenas empresas – nas margens das principais vias de circulação do centro para as áreas periféricas da cidade (figura 4). Mas na principal via de circulação da cidade a Av. Henrique de Holanda, desde a conclusão da duplicação da BR-232²⁸, concentra a maior quantidade e diversidade deste setor de comércio e serviços para automóveis, alguns deles com estabelecimentos em municípios de outras Mesorregiões do estado, como DAU Autopeças.

Figura 4 - Fotografia de estabelecimentos de comércio e serviços de reparação para veículos automotores, Av. Henrique de Holanda, Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: acervo do autor, 2022.

Outras variáveis interessantes de observar o crescimento recente é o de transportes e armazenagem, serviços médicos e laboratoriais e educação dentro da organização interna do espaço urbano de Vitória de Santo Antão.

Nas principais vias dos seus dois bairros centrais históricos, Matriz e Livramento, tem-se as ruas centrais com alta concentração de negócios médicos e laboratoriais, a fotografia da figura 2 foi tirada no bairro da Matriz em uma dessas vias. Embora os serviços de saúde privada apresentem essa aglomeração, alguns pontos até com concorrência com justaposição espacial, os serviços educacionais privados estão bem dispersos pela malha urbana do município. Nos bairros onde estão algumas das instituições de ensino superior de maior porte há também a

²⁸ Agora passa margeando a cidade pelo seu perímetro periurbano sul.

concentração de atividades do circuito inferior como lanchonetes, serviços de transporte informal como pontos de mototáxis, gráficas etc. O que corrobora com os efeitos de arrasto ou criação de atividades do circuito inferior próximas ou voltadas para receber demandas não supridas ou não supridas totalmente por agentes do circuito superior marginal, especialmente do tipo de prestação de serviços (Montenegro, 2011; Alencar, 2019; Xavier, 2009, Salvador, 2016).

O circuito superior marginal por ter esta condição de trânsito de funções, bens e qualificação técnico-produtiva entre ambos circuitos apresenta sua disposição na organização do espaço urbano também espelhada a essa posição. Destarte, a espacialização dos agentes e estruturas deste agrupamento singular de atividades do circuito superior encontra-se obedecendo lógicas de ocupação geográfica tanto do circuito superior como do inferior.

Xavier (2009) em sua tese discorre com precisão como os agentes atacadistas de maior porte (regional a nacional) buscam localizar-se em cidades com nível de centralização e entroncamentos nodais sob uma abrangência (sub)regional que possam usufruir dos efeitos de centralização destes espaços. Assim como, por outra perspectiva não discordante, sim complementar, Salvador (2016) em sua tese levanta as evidências da consolidação da difusão acelerada de empreendimentos característicos de ambos os circuitos em eixos viários de circulação com posicionamento privilegiado e/ou com alto fluxo de pessoas e mercadorias.

Assim observamos que com o adensamento gradativo de estabelecimentos industriais as margens da BR-232 margeando o perímetro urbano da cidade de Vitória de Santo Antão, acarretou, em consequente, a atratividade para estas mesmas margens empreendimentos de características do circuito superior marginal. A antiga via da BR-232, a atual Av. Henrique de Holanda, também apresenta uma crescente remodelação por empreendimentos característicos do circuito superior marginal, com uma diversificação abrangente destes negócios atacadistas/atacarejos, a pequenos industriais, logística, franquias de comércio especializado (farmácias e redes de *fast-food*), serviços educacionais e comércio especializados, principalmente no setor automotivo.

Este gradativo processo de constituição de nova centralidade “nas margens” dá-se de forma mais lenta nas margens da BR-232, onde o poder público municipal mostra-se mais seletivo, quanto ao tipo e porte de estabelecimento, nas doações de terras públicas do município para empreendimentos dentro da área destinada as atividades industriais no território vitorienense. Enquanto que nas margens da antiga via da BR-232 que contava a cidade de Vitória de Santo

Antão ao meio apresenta aquecida produção espacial de empreendimentos²⁹, requalificações espaciais e/ou funcionais de edificações pregressas (figura 5).

Figura 5 - Fotografia da construção de uma segunda unidade da Drogasil, Av. Henrique de Holanda, cidade de Vitória de Santo Antão/PE

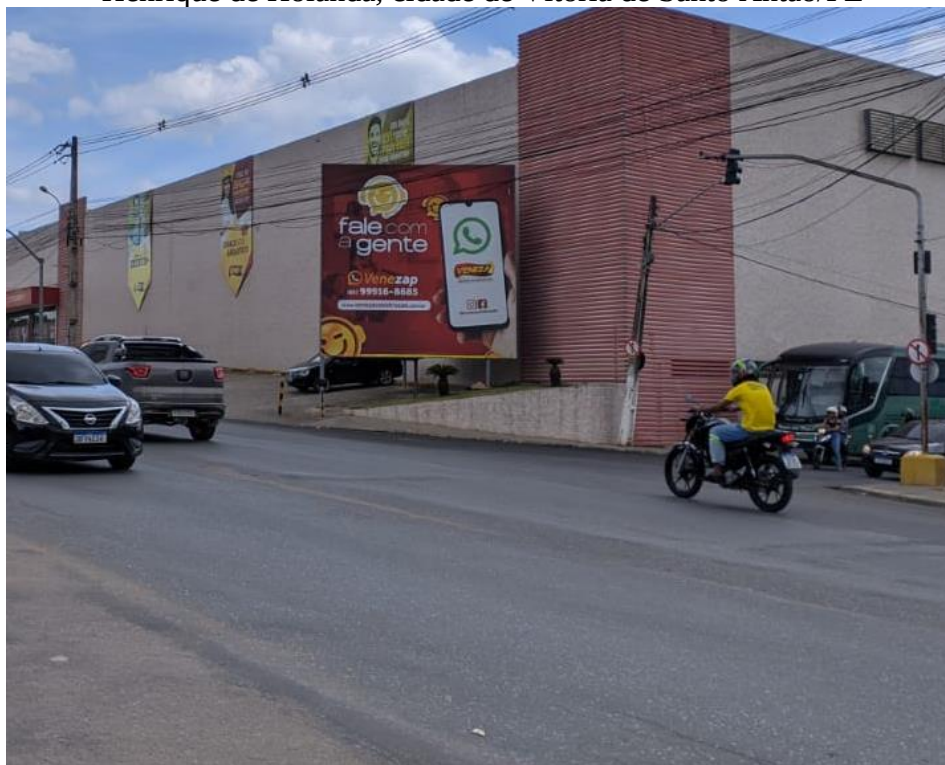


Fonte: acervo do autor, 2022.

Outra característica desses estabelecimentos comerciais e de serviços do circuito superior marginal na cidade são a sua integração, pelo menos parcial, aos meios da era do capitalismo digital. Um exemplo deste processo e como ele é amplamente estetizado pelos empreendimentos na busca de conquistar mais o mercado é esse *outdoor* da Veneza Materiais de Construção em frente a sua maior unidade comercial em Vitória de Santo Antão, também na Av. Henrique de Holanda (figura 6).

²⁹ Para uma visualização especializada geral deste processo, ver o mapa na página XX com a espacialização de alguns dos empreendimentos dos circuitos superior e superior marginal nos principais eixos viários que percorrem a cidade da Vitória de Santo Antão.

Figura 6 - Fotografia do outdoor comercial da Veneza Materiais de Construção, Av. Henrique de Holanda, cidade de Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: acervo do autor, 2022.

A posição do negócio nas margens da via de maior fluxo de pessoas dentro da cidade mostra seu conteúdo de (nova) centralidade estratégica a esses agentes não apenas como ponto de parada e consumo em loco, presencial, mas possibilidade de ampliar os alcances do empreendimento e a visibilidade de seus produtos anunciados via comunicação e compra pelas redes digitais. A centralidade em eixo rodoviário ganhar proeminência em relação ao centro tradicional (Whitacher, 2007; Salvador, 2016).

Destarte, fechando as proposições de análise da organização do circuito superior marginal em Vitória de Santo Antão, os agentes atacadistas e varejistas de produtos e serviços agropecuários tem forme inserção na cidade de Vitória de Santo Antão. Tanto no eixo de nova centralidade de empreendimentos que se tornou a Av. Henrique de Holanda como na principal Avenida da área central comercial tradicional da cidade, os estabelecimentos voltados ao comércio de gêneros agropecuários e serviços, como vacinação, reparação de máquinas, implementos e ferramentas, tem forte presença de centralização de demandas de produtores locais a regionais de diferentes níveis de produção (figuras 7 e 8).

Figura 7 - Fotografia estabelecimento de comércio e serviços agropecuários na Av. Henrique de Holanda, cidade de Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: acervo do autor, 2022.

Figura 8 - Fotografia estabelecimento de comércio e serviços agropecuários na Av. Mariana Amália, cidade de Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: acervo do autor, 2022.

Esses agentes são diretamente ligados aos agricultores familiares, pequenos, médios e grandes produtores agroprodutores da região. Na seção 3.1 ressaltamos a importância das commodities para agro exportação na balança comercial internacional do município de Vitória de Santo Antão, a relação das atividades de comércio e serviços agropecuários do circuito

superior marginal, neste contexto espacial, configuram-se centrais agentes fornecedores de insumos e mercadorias para realização dessas relações de produção e comercialização de produtos primários feitos em Vitória de Santo Antão ou região. Desde os feirantes na tradicional feira semanal no centro da cidade aos agros negociantes exportadores de commodities, ou seja, materializam um poder de intermediação na cidade tal qual os agentes dos grandes estabelecimentos atacadistas e ratificam o destaque proeminente das estruturas do circuito superior marginal em cidades de porte médio (Silveira, 2014; Xavier, 2009).

Na seção seguinte trataremos dos resultados e discussões referentes ao circuito inferior da economia vitoriense. Nele buscamos trazer não uma exaustiva descrição de todas as atividades desempenhadas pelos residentes vitorienses em contexto de atividades e consumo de natureza do circuito inferior mais uma análise das principais atividades e processos urbano-econômicos envolvidos diretamente na existência e (re)produção deste subsistema de relações socioeconômicas dos extratos mais pobres e vulneráveis entre as classes sociais de Vitória de Santo Antão.

3.3 Da “cidade industrializada” a realidade socioeconômica: uma visão geral do circuito inferior da economia da cidade de Vitória de Santo Antão (PE)

Para iniciar esta seção procuramos expor alguns dados gerais sobre setores da economia que convencionalmente abarcam mais estabelecimentos ou cidadãos em condição de trabalho e consumo do circuito inferior da economia. A partir da CNAE 2.0 (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), no nível Divisão³⁰ na classificação de atividades, encontramos um nível de detalhamento maior o qual podemos visualizar ao longo dos anos das duas primeiras décadas deste século a dinâmica de estabelecimentos, empregos e média de remuneração registrados pela RAIS (tabelas 7, 8 e 9). Em seguida, nossas análises são voltadas ao panorama da formalização dos informais em Vitória de Santo Antão, trataremos do perfil dos Microempreendedores individuais seu crescimento, setores de atividades e a forma de atuação no espaço. Por fim, expomos algumas fotografias com recortes do espaço urbano vitoriense onde pode-se identificar, no espaço empírico, as configurações do circuito inferior na organização produtiva e do consumo contemporâneos, bem como na sua adaptação constante aos novos sistemas de relações urbano-econômicas balizadas pela dominância do circuito superior (e superior marginal).

³⁰ Este nível apresenta uma profundidade intermediária de detalhamento sobre as classes de atividades, permitindo uma visualização mais detalhada e especializada de atividade por atividade dentro de um setor.

Assim como nas tabelas 5 e 6, voltadas para analisar os números de estabelecimentos (CNPJ) e empregos (formais, CLT) do circuito superior marginal da economia de Vitória de Santo Antão, as tabelas 7 e 8 abaixo também procuram trazer dados quanto a essas variáveis para o circuito inferior. Entretanto, como já havíamos elencado na seção referente ao circuito superior marginal, a classificação dada pelo IBGE para setores e subsetores tem um nível de agregação de atividades, em um mesmo setor ou subsetor, que torna mesclada em um mesmo valor quantitativo empreendimentos que são tanto do circuito superior marginal como do inferior (em condição de formalidade). Portanto, sob tal limitação metodológica, para o circuito inferior utilizamos de um nível de fragmentação maior de setorização de atividades de serviços, comércio e pequena manufatura, optando-se pelo uso de dados do nível Divisão de atividades econômicas da CNAE 2.0. Nesse nível, por exemplo, podemos visualizar até quando Vitória de Santo Antão teve estabelecimentos que prestavam serviços domésticos, a desfragmentação entre comércio varejista e do comércio varejista especializado em vendas de peças, utensílios e serviços de reparação para automóveis.

Tabela 9 - Evolução do número de estabelecimentos (CNPJ), segundo a CNAE 2.0 – Divisão, de atividades com alta concentração de empreendimentos do circuito inferior em Vitória de Santo Antão/PE

RAIS Estabelecimento Id		Ano				
Município	CNAE 2.0 Div	2006	2010	2014	2018	2021
Vitória de Santo Antão/PE	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	7	9	13	12	12
	Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	0	3	1	0	0
	Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	1	2	7	5	4
	Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	54	84	118	98	87
	Comércio Varejista	411	548	748	723	650
	Alimentação	24	42	93	97	92
	Atividades de Organizações Associativas	20	27	21	28	36
	Reparação e Manutenção de Equipamentos de Informática e Comunicação e de Objetos Pessoais e Domésticos	4	2	7	8	7
	Outras Atividades de Serviços Pessoais	8	8	18	14	15
	Serviços Domésticos	4	4	1	0	0
	Total	533	729	1.027	985	903

Fonte: RAIS, 2022. Organizado pelo autor.

Os estabelecimentos de comércio varejista somado ao de alimentação, organizações associativas (cooperativas, por exemplo) são os que detêm maior parcela de cadastros ativos de CNPJ, com larga margem de crescimento e predomínio do comércio varejista. Um ponto a se refletir, ainda sobre a evolução do número de estabelecimentos ativos, é a retração do setor de comércio e serviços de reparação de veículos automotores o que em nossa visão pode

representar dois fatores: consequências da crise econômica iniciada em 2015 afetando as cadeias de insumos e demanda do setor e uma possível concentração de mercado na cidade pela competição de agentes do circuito superior marginal e inferior neste setor do varejo e serviço especializados em automóveis.

Tabela 10 - Evolução do número de vínculos empregatícios (CLT), segundo a CNAE 2.0 – Divisão, de atividades com alta concentração de empreendimentos do circuito inferior em Vitória de Santo Antão/PE

RAIS Vínculo Id						
Município	CNAE 2.0 Div	Ano				
		2006	2010	2014	2018	2021
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE	CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	193	201	273	205	81
	PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS	0	5	10	0	0
	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2	50	134	130	32
	COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	294	423	478	388	353
	COMÉRCIO VAREJISTA	1.942	2.709	4.059	3.833	4.063
	ALIMENTAÇÃO	93	143	1.048	467	454
	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	133	217	215	1.187	1.672
	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	9	4	7	7	23
	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS	10	15	53	42	48
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	7	7	3	0	0
	Total	2.683	3.774	6.280	6.259	6.726

Fonte: RAIS, 2022. Organizado pelo autor.

Na evolução dos empregos formais temos, para estas mesmas divisões de atividades, uma já esperada concentração no comércio varejo e no comércio e serviços de reparação de automóveis. Porém, o setor de alimentação, que não apresenta uma quantidade tão expressiva de estabelecimentos comparado aos valores dos de comércio de varejo e o comércio e serviços especializados em automóveis, tem um quadro de vínculos formais pouco maior do que o do comércio e serviços para automóveis, sendo até maior que este em número de empregados no ano de 2014, embora a recessão nos anos seguintes se mostre evidente também como nas demais atividades.

Tabela 11 - Evolução da remuneração média em Salários Mínimos (SM) ou massa salarial, segundo a CNAE 2.0 – Divisão, de atividades com alta concentração de empreendimentos do circuito inferior em Vitória de Santo Antão/PE

RAIS Vínculo Id						
Conteúdo: VI Remun Média (SM)						
Município	CNAE 2.0 Div	Ano				
		2006	2010	2014	2018	2021
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE	Total	3.501,82	5.037,25	8.647,28	9.547,64	9.430,63
	CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	212,31	216,6	314,13	242,61	87,89
	PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS	0	6,03	10,83	0	0
	MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2,02	117,75	369,53	435,23	61,46
	COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	471,3	628,3	698,29	532,95	460,57
	COMÉRCIO VAREJISTA	2.448,31	3.475,20	5.373,87	4.982,39	5.007,87
	ALIMENTAÇÃO	114,47	169,47	1.428,57	544,23	502,94
	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	223,6	395,78	374,66	2.749,96	3.231,21
	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	8,94	4,72	7,16	8,49	25,87
	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS	12,19	16,36	66,91	51,78	52,82
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	8,68	7,04	3,33	0	0

Fonte: RAIS, 2022. Organizado pelo autor.

Em última ponderação analítica quanto aos dados da RAIS que selecionamos para discussão sobre os agentes do circuito inferior da economia em Vitória de Santo Antão, vemos acima (tabela 9) a evolução da massa salarial, para os empreendimentos com maior número de vínculos empregatícios, ou rendimento médio, em números de salários mínimos, para as dez atividades com dados coletados. A maior proporção evolutiva vê-se o destaque da atividade de maior concentração e crescimento, o comércio varejista, embora é também notável o crescimento da massa salarial para um setor que não tem tantos números de estabelecimentos e empregos formais registrados, o setor de atividades de organizações associativas. Os baixos valores no setor de comércio e reparação de automotores é outro ponto a se observar, o que demonstra a baixa remuneração média paga aos trabalhadores nestas atividades. O setor de alimentação seguiu o ritmo parecido ao da evolução de vínculos empregatícios e estabelecimentos, sofrendo grande baixa em relação ao patamar alcançado no ano de 2014.

Destarte, esse quadro evolutivo possibilita visualizar, em números, a choque da recessão que foi para as atividades econômicas mais tradicionais e de médio a pequena escala de mercado nas cidades nordestinas (Pinto *et al.*, 2019; Paulini, 2021; Diniz; Mendes, 2021), neste caso para Vitória de Santo Antão. Outrossim, esse abatimento na curva de crescimento também pôde ser percebido nos dados expostos para os circuitos superior, com a recessão da curva de crescimento do VAB industrial, das massas salariais dos setores de indústria de transformação

e de construção. O Aglomerado Industrial Relevante centralizado em Vitória de Santo Antão sentiu, assim como os demais AIRs da Região, os choques da mudança virtuosa de crescimento e das políticas de austeridade partidas do governo federal a partir de 2015-2016.

A questão do circuito inferior da economia perpassa por entender os novos condicionantes sobre o mundo do trabalho contemporâneo no que tange ao emprego informal ou precariamente desenvolvido quanto a seguridades sociais expressas nas leis do trabalho e da Constituição Federal. Desde 2009 quando foi criada a lei do Microempreendedor Individual (MEI)³¹ uma mudança das formas de relação e entendimento normativo entre Estado e trabalhadores em pequeno negócio autônomos e/ou com poucos funcionários deu início. O Estado passou a tratar a questão da superação da informalidade³² pela via da política do incentivo à transição via formalização na qualificação dos negócios/trabalhadores informais em MEIs.

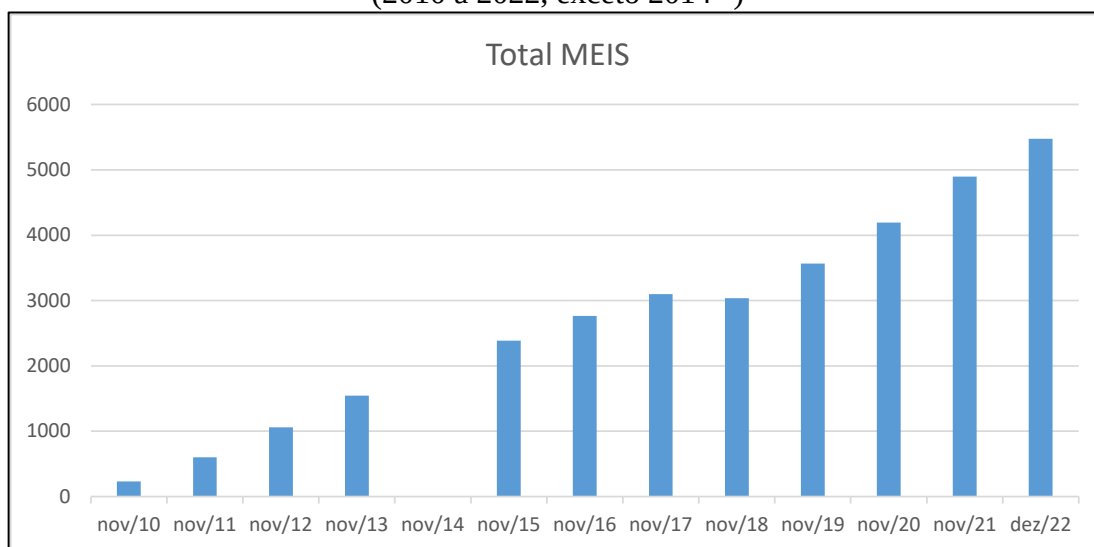
Diante disto, os incentivos para à formalização, via abertura do cadastro de MEI, de trabalhadores em situação de vulnerabilidade e despossuídos dos mais básicos direitos do trabalho e seguridade social só vem aumentando no país ao longo de pouco mais de uma década de criação legislativa e regulamentar do trabalho em sistema de MEI. Segundo o DataSebrae (2022) a maioria dos MEIs do Brasil são pessoas negras, homens e com uma concentração de quase 40% do total na faixa etária entre 20 a 49 anos de idade. São pessoas que em sua maioria já trabalharam ou tiveram relação com meio formalizado de trabalho que perderam o emprego e não conseguiam regressar ao mercado de trabalho ou que ao saírem do emprego buscaram na atividade de próprio gerenciamento pessoal uma forma de autonomia na aquisição de renda pessoal e familiar.

Vitória de Santo Antão segundo a base de dados disponível da Receita Federal do Brasil (2022) começou a registrar atividades sob o cadastro do sistema do MEI a partir de 2010, com o crescimento do número de registros ativos sendo escalonadamente rápido (gráfico 10).

³¹ Lei complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm.

³² Este compreende-se como os mais simbólicos representantes da condição subalterna e precarizada do trabalho no mundo subdesenvolvido, expresso conceitualmente como circuito inferior da economia urbana (Montenegro, 2006 e 2011; Santos, 2004 e 2009).

Gráfico 10 - Evolução do número de cadastros ativos de MEIs em Vitória de Santo Antão/PE (2010 a 2022, exceto 2014³³)



Fonte: Receita Federal, 2022. Elaboração do autor.

O crescimento do número de MEIs é sustentado, sofrendo leve baixa em 2018 e retomando o crescimento de 2019 em diante, com a margem de crescimento entre 2019 ao final de 2022 apresentado uma curva de crescimento bem acentuado ano a ano. O que sinaliza uma tendência cada vez maior de formalização de atividades do circuito inferior dentro do sistema de relações e normativas entre Estado e trabalhador pobre via MEI.

A banalização da pobreza e do subemprego adaptado as condições territoriais impostas por lógicas e técnicas recorrentemente atualizadas pela era da globalização (agora digital) adquire, atualmente, uma mínima atuação do Estado em promover uma visibilidade institucional e social a essa grande parcela da população na força de trabalho economicamente ativa (Antunes, 2018). Mas os problemas estruturais da divisão social e territorial do trabalho estão muito longe de serem superadas apenas com a possibilidade dada pela criação da lei de trabalho/economia via MEI; passasse de uma informalidade pura aos direitos e deveres do mundo desigual do capitalismo contemporâneo para uma formalização onde margens de subemprego, baixa geração de rendas, baixa produtividade do trabalho de maior qualificação, da precarização e da superexploração da mais-valia do trabalho – agora vias implícitas da organização multiescalar da divisão territorial do trabalho e dos meios de acumulação do capital via redes financeiras livres pelos territórios (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006; Silveira, 2017; Harvey, 2018).

³³ O portal da Receita Federal não apresentava o dado referente ao ano de 2014.

As ações do Estado apresentam uma ação muito mais individualista e setorializada de lidar com a situação, apresentando apenas o sistema MEI aos informais e desempregados, do que numa perspectiva conjuntural integrada social e territorialmente para uma superação estrutural das mazelas da (re)produção da miséria e da pobreza urbana: o neoliberalismo e a priorização do rentismo do sistema financeiro assume neste ponto a lógica condutora de manutenção do status quo (Santos, 2009; Paulini, 2006; Andrade, 2019; Carlos; Volochko; Alvarez, 2015; Klink; Souza, 2017).

As atividades que são desenvolvidas pelos MEIs também são marcas dessa (re)produção adaptativa à sobrevivência nas condições materiais urbanas do presente, são serviços e comércios que como Gala e Roncaglia (2020) apontam não comportam complexidade na sua elaboração ou prestação, não produzem a geração de grandes rendas per capita, não são grandes geradores de conteúdos tecnológicos de vanguarda ou inovações ao sistema territorial produtivo. Geralmente são serviços pessoais, de alimentação caseira ou cotidiana diária, transportes alternativos, comércios de bens de pequenas manufaturas ou revendas de grandes redes atacadistas ou marcas de abrangência nacional a internacional (tabela10), ou seja, uma economia que gira entorno de serviços cotidianos básicos e da revendo final de mercadorias que na ponta são produzidas por estruturas do circuito superior e na intermediação são adquiridos em estruturas do circuito superior marginal (atacadistas).

Tabela 12 - Principais atividades realizadas pelos MEIs cadastrados em Vitória de Santo Antão/PE no SIMEI (100 ou mais)

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE (2022)		
Código CNAE 2.0	ATIVIDADE	TOTAL
4781400	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	394
9602501	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE	292
7319002	PROMOÇÃO DE VENDAS	184
4923001	SERVIÇO DE TÁXI	177
4399103	OBRAS DE ALVENARIA	175
5611203	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES	148
4723700	COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS	140
5611201	RESTAURANTES E SIMILARES	139
5620104	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEN	123
5612100	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	112
4772500	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARI	110
8599699	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIOR	109
8230001	SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÃO	103
4724500	COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	100

Fonte: Receita Federal, 2022. Elaborado pelo autor.

Na tabela 10 podemos ver na prática a questão discutida na página anterior, as atividades que mais tem número de registros ativos de MEIs em Vitória de Santo Antão são de comércio de itens básicos ou manufaturáveis não duráveis de produção artesanal ou revenda para cliente final, transportes de pessoas, construção civil leve, serviços de alimentação, ensinos alternativos, organização de eventos. O panorama do circuito inferior vitoriense é reflexo dessas formas contemporâneas de adaptação ao mundo subdesenvolvido sem geração estruturada de empregos formais de maior qualificação e geração social superior de produtividade do trabalho. Um subsistema fruto e indissociável de uma supra e infraestruturação incompleta, fragmentada e desigual territorial e regionalmente das vanguardas técnico-produtivas do desenvolvimento industrializado do capitalismo contemporâneo (Cano, 2014; Gala; Moreira, 2015; Gala; Roncaglia; 2020).

A forma que podemos chamar de “espacialidade dos MEIs” em sua maneira de realização profissional do negócio é dada quantitativamente na tabela 11 a seguir. A Receita Federal fornece esse dado da forma que cotidianamente os MEIs prestam sua atividade laboral em fração percentual sobre as formas de atuação definidas na tabela em relação ao total de atividades.

Tabela 13 - Formas de atuação no espaço dos MEIs em Vitória de Santo Antão/PE

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE (2022)			
FORMA DE ATUAÇÃO	% EM RELAÇÃO A UF	% EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO	No. MEIs
Estabelecimento fixo	0,48%	43,35%	3.431
Em local fixo, fora da loja	0,09%	8,15%	645
Porta a Porta, postos móveis ou por ambulantes	0,27%	23,84%	1.887
Máquinas automáticas	0,01%	0,91%	72
Internet	0,18%	16,14%	1.277
Correios	0,03%	2,27%	180
Televendas	0,06%	5,33%	422
Total	1,12%	100%	7.914

Fonte: Receita Federal, 2022. Elaborado pelo autor.

A maioria dos MEIs em Vitória de Santo Antão atuam em ponto fixo no espaço do município com estabelecimento para tal, seguido da forma móvel pelo espaço do porta a porta, postos móveis ou por ambulantes. Em terceiro maior forma de atuação temos a internet, o ciberespaço das redes sociais cada vez mais comporta e tornou-se ambiente fundamental para o desenvolvimento de atividades econômicas.

Destarte, nessas diferentes formas de atuação, de verdadeiras (ciber)espacialidades produtivas dos negócios dos MEIs, em nossa cidade de estudo de caso, podemos compreender como no espaço material ou no das redes digitais de informação e comunicação na era do capitalismo digital, o circuito inferior mantém-se atrelado, agregado ou justaposto na

competição e na (re)produção cotidiana das relações de produção e consumo diante das estruturas hegemônicas do capital – circuito superior e sua classe marginal (Silveira, 2013; Montenegro, 2011; Salvador, 2016).

Ademais, ainda analisando a forma de disposição dos estabelecimentos e negócios informais do circuito inferior pela cidade da Vitória de Santo Antão, algumas observações em campo foram registradas por fotografia. A versatilidade de usos e formas espaciais ao qual uma atividade do circuito inferior pode ocupar na configuração da cidade parece ser ilimitada, os recortes de imagem dessa paisagem urbana – das formas de produção/trabalho e consumo dos micros e pequenos negócios – são fundamentais para a consciência geográfica da manifestação dessas relações no campo empírico do estudo (Montenegro, 2006 e 2011; Gomes; Berdoulay, 2018).

Como sintetiza Gomes e Berdoulay (2018, p. 367)

[...] na construção da Geografia, algumas vezes, a imagem se exprime pela palavra, ou seja, o discurso geográfico se faz imagem. Nesse sentido, há uma forte interação do leitor na construção do raciocínio geográfico. Como tal, entendemos que o ambiente se torna imagem quando é fotografado, pintado, cartografado ou em palavras.

Na fotografia abaixo (figura 9) registramos imagens de uma paisagem “tradicional” de estabelecimentos do circuito superior: área central da cidade, estabelecimentos situados dentro de edificações com vários parcelamentos compactados destinados ao uso comercial e de serviços os quais já mencionamos a maioria nas tabelas anteriores.

Figura 9 - Colagem de fotografias de estabelecimentos característico do circuito inferior, Centro da cidade de Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: acervo do autor, 2022.

Uns detalhes são interessantes de se observar em ambas as fotos. Na primeira, o estabelecimento com a faixa destacando “TUDO 18” em clara alusão aos populares estabelecimentos de comércio varejista do final dos anos 90 e começo dos anos 2000 de pequenas manufaturas de baixa composição tecnológica, pouco a médio durável, que ficaram populares pelas nomenclaturas referentes ao preço baixo padronizado em todos os produtos, as famosas lojas de 1,99. O estabelecimento usa da referência famosa como estratégia de atração do consumidor, mas o valor já não é tão baixo como nas décadas passadas expondo assim, de forma simplista e direta, como as mudanças no cenário da macroeconomia afetam diretamente as formas da microeconomia local, realizada principalmente nas relações de produção e consumo do circuito inferior. Quanto a segunda fotografia destacasse a quantidade de estabelecimentos especializados em consertos, vendas de acessórios e celulares smartphones, geralmente com nome próprio do técnico/dono responsável pelo estabelecimento ou com a terminologia “cell”. Isso sugere a crescente qualificação técnica especializada também em micro e pequenos negócios (Boraschi, 2019). Sendo estes, muitas vezes, voltados a atender as necessidades das parcelas mais pobres da população que não tem condições frequentes de trocar

de smartphones e buscam nesses suportes técnicos não oficiais, em sua maioria, formas de conserto e manutenção dos aparelhos.

Abaixo temos outras perspectivas espaciais na forma de realização cotidiana dos trabalhadores do circuito inferior. Na figura 10 registramos um comerciante informal vendendo redes de deitar/dormir as margens da Av. Henrique de Holanda, usando-se do espaço público dessa via principal da cidade para dividir espaço com agentes do porte do circuito superior e superior marginal, como bem discorreremos sobre estes na seção anterior.

Figura 10 - Fotografia de um comércio informal ambulante na margem da Av. Henrique de Holanda, Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: acervo do autor, 2022.

Já na figura 11 registramos a paisagem da tradicional feira livre que historicamente acontece em Vitória de Santo Antão semanalmente, de sexta a sábado, ocupando ruas, becos e vielas do Bairro da Matriz (Aragão, 1983b).

Figura 11 - Colagem fotografias da feira livre de Vitória de Santo Antão/PE, bairro da Matriz



Fonte: acervo do autor, 2020.

A feira livre da cidade é uma das estruturas de comércio mais antigas da formação econômica e territorial do município e representa uma agregação contundente de famílias e trabalhadores individuais, em condição de associação ou informalidade, este segundo sendo predominante em relação aos associados. Em suma, uma tradicional atividade do circuito inferior da economia vitoriense que pela sua abrangência histórica e impacto regional, também histórico³⁴, merece estudos aprofundados sobre ela.

Uma dinâmica muito estudada na geografia econômica e urbana é a financeirização do solo urbano e da especulação imobiliária. Uma das grandes consequências dessa supervalorização espacial urbana manifesta sobre a forma da organização e da produção do espaço urbano é a utilização multifinalitária de uma mesma edificação urbana. Para os agentes do circuito superior marginal em cidades médias, geralmente prestadores de serviços especializados, utilizam edificações antigas – casarões, casas e edifícios antigos – em vias da área central das cidades, reformam ou modificam parcialmente as estruturas prediais para comportar os parâmetros técnico-funcionais e estéticos nos padrões atualizados destas atividades (figura 12, fotografia superior). Por outro lado, as atividades do circuito inferior que

³⁴ Ver Aragão 1983a e 1983b.

se encontram nesta mesma situação conjuntural da financeirização e supervalorização do espaço urbano também encontram alternativas para otimizar o uso do espaço. Uma das principais alternativas executadas é a transformação de parte das residências de morada em espaços de realização das atividades laborais ou no próprio ponto de comércio e/ou prestação de serviços (figura 12, fotografia inferior).

Figura 12 - Fotografia de residências com híbridas funções (morada, trabalho e comércio) em Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: acervo do autor, 2022.

A valorização do espaço urbano em Vitória de Santo Antão também apresenta recentes intervenções urbanísticas por parte da prefeitura, na figura 13 pode-se observar a nova configuração da Travessa Capitão Fagundes (Beco do Cornélio) após o projeto de requalificação da via e das infraestruturas urbanas desse trecho de grande fluxo diário de cidadãos no comércio vitoriense. O importante a ser ressaltado quando a esta obra é que os comércios e serviços que ficam nesta via são de pequenas e microempresas, ou seja, são agentes do circuito inferior da economia vitoriense. Esses estabelecimentos obtiveram da prefeitura os efeitos virtuosos dessa requalificação da via para que também requalificassem suas fachadas e

visual das edificações de seus negócios, tornando-se um caso não muito usual de uma atuação do poder público municipal investindo recursos na reforma urbana de áreas que há uma concentração massiva de pequenos e micro negócios. Esta ação pode resultar em futuro mais ou menos próximo em efeitos negativos de sobrevalorização imobiliária do solo urbano no local e aquelas atividades que ali estão em situação de aluguel podem ser prejudicados.

Figura 13 - Fotografia da nova paisagem da Tv. Capitão Fagundes (Beco do Cornélio) após a reforma urbanística, Centro, Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: acervo do autor, 2022.

Um último aspecto relevante que deve ser ressaltado quanto ao circuito inferior da economia da nossa cidade de estudo de caso é a concentração e diversificação crescente de estabelecimentos de preparação e comercialização de alimentos (figura 14). Vitória de Santo Antão passa nos últimos anos por um processo de expressar-se regionalmente também como um centro de consumo e lazer em bares, restaurantes e lanchonetes, uns com caráter temático ou especializado em determinada culinária.

Figura 14 - Fotografia de estabelecimentos locais de restaurantes ao lado de uma franquia de sorvete de rede regional, Vitória de Santo Antão/PE



Fonte: acervo do autor, 2022.

Na organização intraurbana do espaço essa expressividade comercial de alimentos significa que agentes do circuito superior e superior marginal estão inserindo-se na cidade ao passo que novos estabelecimentos de iniciativa local também surgem no cenário comercial alimentício da cidade, tal como mostra a tabela 10 referente as principais atividades por número de MEIs cadastrados em Vitória de Santo Antão/PE.

Em suma, o que se conclui do quadro geral da economia “dos de baixo” em Vitória de Santo Antão é que além de serem a maioria na quantidade de empregos formais e no de estabelecimentos, também o são, de maioria ainda mais expressiva e preocupante, os informais, os MEIs, os que sobrevivem de “bicos”, e os que fazem de tudo um pouco nas condições mencionadas, dada a necessidade diária pelo sustento. Sustento que, quase sempre, é advindo da renda penosamente conseguida pelo trabalho nestas condições de subemprego, emprego por conta próprio no fornecimento de serviços básicos, a própria vizinhança na maioria das vezes, ou mais recentemente com a difusão do acesso e das facilidades das relações e comunicação por redes sociais na internet, também usam destes meios para anunciar, vender ou prestar serviços.

Nosso trabalho neste capítulo esbarrou na limitação de fornecimento de informações oficiais dos órgãos públicos relacionados a composição, condição e dinâmica do trabalho e da renda da população no que se volta ao conhecimento sobre os informais, microempreendedores (MEIs) e subempregados, em escala municipal de detalhamento. Como nosso objetivo desde o início era dar ênfase a uma visão de totalidade entre todos os circuitos da economia urbana

vitoriense, não buscamos fazer questionário com trabalhadores de uma atividade específica ou de um grupo de atividades específicas.

O intuito de dar uma visão sistêmica relacional entre os circuitos demandaria, para alcançar maior profundidade de análise, uma coleta primária de entrevistas com pelo menos dezenas de trabalhadores em cada conjunto de atividade relativamente significantes de cada setor econômico e de cada circuito da economia urbana da análise teórico-metodológica empregada. Isto se mostrou inviável para o prazo e escopo de uma pesquisa de mestrado, o mesmo podendo-o ser para uma pesquisa de doutorado, o que configura que está é uma carência de dados histórica³⁵ que demanda uma força de investimento e aparato de coleta do Estado para uma ampliação qualiquantitativa das informações sobre a estrutura e a dinâmica da informalidade, dos subempregos (bicos) e recente e já crescente quadro de Microempreendedores Individuais (MEIs) nas cidades brasileiras.

Ademais, apesar desta limitação ao corpo analítico de resultados e discussão sobre o circuito inferior, no capítulo seguinte empenhamo-nos a entregar ao leitor uma visão espacializada da disposição espacial dos agentes e da estrutura dos circuitos econômicos urbanos em Vitória de Santo Antão. Nesta última seção de resultados e discussões, a seguir, trataremos também um ponto chave da pesquisa destinado aos meios de ensino, pesquisa/inação e profissionalização e suas relações com as empresas em Vitória de Santo Antão. Com isso, possibilitar uma inicial reflexão quanto a como estes agentes – Instituições de Ensino Superior e Profissionalização³⁶ e Empresas – fundamentais no potencial (re)qualificação virtuosa e estruturada das relações de desenvolvimento da economia, do trabalho/emprego e da renda para o município e o estado estão.

³⁵ Na sua obra basilar sobre os circuitos da economia urbana, datada de 1979 (a 1ª edição), Milton Santos já advertia a falta e a dificuldade de se obter dados sobre a divisão do trabalho na informalidade e dos micros e pequenos negócios, a nível territorial de cidade, em bases de informações oficiais do Estado.

³⁶ O termo Profissionalização aqui será empregado para as empresas privadas no município que ofertam cursos profissionalizantes de nível técnico, mas não são instituições de ensino superior.

4 UMA VISÃO DE SÍNTESE DOS CIRCUITOS ECONÔMICOS URBANOS: A CENTRALIDADE (URBANA) E O DESENVOLVIMENTO EM EIXO

You're a rainbow in the dark

Just a rainbow in the dark.

(Ronnie James Dio – Rainbow in the dark)

Neste último capítulo vamos fazer o esforço de um poder essencial a maioria dos estudos que se voltam ao campo geográfico do pensamento e da objetivação dos problemas e questões do mundo vivido. Na medida em que elencamos, discutimos e refletimos criticamente isolada cada circuito da economia vitorienne, agora o faremos num esforço de síntese relacional espacializada destes na organização urbano-econômica de Vitória de Santo Antão.

Analisar a disposição espacial dos agentes dos circuitos econômicos sobre a malha urbana de Vitória de Santo Antão sob a forma de mapeamento temático (mapa 5), de modo genérico, foi um dos principais elementos de diálogo e reflexão entre o empírico observado e o embasamento teórico-metodológico guia deste trabalho. De modo genérico, plotamos a localização dos principais empreendimentos econômicos que conformam os circuitos superior e superior marginal no território do município. Com o suporte do mapeamento pôde-se visualizar algumas das tendências recentes da dinâmica urbano-regional e econômica pela qual a cidade da Vitória de Santo Antão passou e está passando. Podemos, então, elencar as seguintes análises:

- A disposição oficial, pela demarcação da prefeitura, do polo industrial é dada sobre terras públicas, a maior parte de antigos engenhos de cana-de-açúcar³⁷, que estão estrategicamente dispostas as margens da atual via duplicada da BR-232, infraestrutura construída com financiamento do Estado (governo federal e estadual) durante a primeira década dos anos 2000. Coincidindo diretamente aos interesses geográficos de facilitação locacional a mobilidade dos fluxos logísticos, variável altamente caro aos condicionantes de inserção territorial de industriais de grande a médio porte;
- As áreas de maior aglomeração de estabelecimentos industriais estão na Zona Leste da faixa periurbana do município, onde encontra-se o entroncamento nodal entre a BR-232 e a rodovia estadual da PE-050. O maior agente atacadista no município, representante do circuito superior marginal, encontra-se estrategicamente posicionado sobre esse encontramento nodal rodoviário, assim como o equipamento urbano privado de alta centralização de fluxos, o shopping da cidade (Vitória Park Shopping), encontra-se na entrada da cidade em mesma proximidade estratégica;
- Sobre as margens da Av. Henrique de Holanda, o antigo trecho que fazia a BR-232, cortando a cidade de Vitória de Santo Antão ao meio, após a requalificação para uma dinâmica viária mais estrutural de mobilidade intraurbana, ganha destoante atratividade na espacialização de empreendimentos diversos. Os novos estabelecimentos, em geral, com características de dinâmica econômica e laboral do circuito superior marginal, quanto aos antigos (do tempo que a via ainda detinha status de rodovia federal), geralmente pequenas oficinas e negócios varejistas de familiares locais, constituem os agentes do circuito inferior.
- Outro ponto a se destacar é a concentração de unidades de ensino superior e técnico profissionalizante na cidade. Tais instituições podendo representar, nas privadas, agentes do circuitos superior marginal, com consolidada atuação na localidade e influência na Mesorregião da Mata e imediatas a esta, no caso da UNIVISA e da UNIFACOL, e os externos, há pouco chegados com unidades na cidade, no caso da Grau Técnico e da ETP –Escola Técnica Particular. Com exceção do Campus do IFPE que se encontra em zona rural, dada também sua histórica especialidade educacional no campo das ciências agrárias, as demais instituições, principalmente o CAV-UFPE;
- E, por fim, quanto último ponto analítico observável como mapa, dois estabelecimentos industriais de grande porte, o Engarrafamento Pitú e a O-I do Brasil, se diferenciam dos demais

³⁷ Antigos Engenho Bento Velho e Fazenda Santa Cristina, terras atualmente em zona periurbana do município, em frentes de crescente atenção da especulação do solo urbano por agentes imobiliários locais e regionais (Santos, 2019) dada o crescimento paulatino acelerado da malha urbana do município.

por não estarem dentro das áreas destinadas ao polo industrial, ou distrito industrial como denominação oficial pela prefeitura, nem estão na zona de corredor da BR-232. Contudo, estas empresas, a primeira de origem na cidade e com fortes laços com região canavieira do entorno e a segunda que até começo do século XXI operava sob propriedade do Grupo Brennand, localizam-se as margens da antiga via da BR-232, hoje principal avenida da cidade já mencionada. Ambas mantêm histórica justaposição devido ao fato de terem encadeamento produtivo direto, mas também representam espacialmente e mesmo historicamente, podemos dizer, a lógica do espaço do agente industrial do passado (séc. XX) em Vitória de Santo Antão, agora mais voltado a feixe do espaço na cidade.

Em suma, correlacionando essas observações urbano-econômicas, podemos concluir que o espaço de disputa, de acelerada remodelação das formas espaciais e da dinâmica de especulação fundiária/imobiliária pela constante inserção/construção de estabelecimentos produtivos, de todos os setores da economia, em Vitória de Santo Antão, são nas suas margens de vias rodoviárias estruturais BR-232 (federal), PE-050 e PE-045 (estaduais) e na principal via de corrimento intraurbano local, Av. Henrique de Holanda.

Embora, diferenças do tipo e porte dos agentes econômicos seja visível a partir da dimensão hierárquica de fluxo, na rede urbana, a qual via de fluxos se observa. Tal como teorizou Eliseu Sposito, algumas das características principais da atratividade das cidades médias interioranas à industrialização se designa por sua posição geográfica estratégica, privilegiada pelo recorte viário nodal que as mesmas são perpassadas. O crescimento de aglomerados industriais nessa forma espacial foi denominado pelo geógrafo de “desenvolvimento em eixo” (Sposito; Reolon, 2015).

Vitória de Santo Antão-PE, assim, indo de acordo a esta teorização de Sposito e Reolon (2015), conformaria uma centralidade privilegiada e crucial para o avanço da interiorização do desenvolvimento industrial no estado de Pernambuco, localizando-se num entroncamento nodal rodoviário (federal e estadual) no qual o uso das condições espaciais e sociais se fez altamente vantajoso ao capital industrial migrante da RMR, da Região Concentrada do país e para algumas transnacionais que almejavam inserir planta produtiva no estado de Pernambuco.

Porém, em escala de visão estratégica mais comercial orientado ao espaço intraurbano, a mesma lógica é replicada dos agentes do circuito superior – na face dos industriais em Vitória de Santo Antão, ao se instalarem nas margens da BR-232 – pelos agentes do circuito superior marginal, comércios atacadistas e varejistas ou de serviços especializados, na remodelação e produção do espaço da atividade econômica sob as margens da Av. Henrique de Holanda ou em adjacências próximas a mesma. O que representa uma recentralização na cidade orientado

agora a partir da forma espacial disposta em eixo, corredor viário centralizado e distendido de ponta a ponta na extensão do perímetro urbano da cidade.

Com isto podemos inferir duas reflexões: uma, que a fluidez das formas de novas centralidades, em cidades médias, perpassa a lógica do movimento rodoviário acessível e da própria fluidez em rede como ponto especulado a melhor localização espacial da atividade econômica contemporânea (Whitacker, 2007); a outra é que os agentes econômicos mais vulneráveis à competição espacial e comercial, ou seja, o circuito inferior, presentes nesses eixos viários tornados espaços-rede centralizadores vão perdendo espaço e fôlego para manutenção e sua (re)produção nestes espaços marginais das rodovias e avenidas centrais.

Um exemplo deste fenômeno acima discorrido, em Vitória de Santo Antão, é o constante fechamento de estabelecimentos tradicionais de pequenos comércios e serviços na Av. Henrique de Holanda seguido, na mesma edificação ou área, após reformas estruturais ou pontuais, pela abertura de novos empreendimentos de porte (capital, escala de atendimento) superior. Enfim, uma substituição da presença, outrora significativa, do circuito inferior³⁸ nesses eixos por agentes dos circuitos de capital superior e superior marginal.

³⁸ Não fizemos uma identificação de agentes do circuito inferior no mapeamento (mapa 5) da mesma forma que pontuamos a localização de alguns agentes do circuito superior (e marginal) por: primeiro, questões de limitação de execução metodológica em tempo hábil da coleta minuciosa de estabelecimentos ou locais, ponto a ponto, de atividades onde se realizam diariamente relações de trabalho e consumo característicos do circuito inferior, assim, o mapeamento teria um caráter urbanístico mais censitário, o que fugiria do escopo delineado para esta pesquisa. Quanto segundo fator, esse circuito (o inferior), como já dito anteriormente ao longo do texto, tem por natureza uma espacialização fluída e quase que totalmente dispersa sobre a cidade e seus conteúdos – relações econômicas socioespaciais – apresentando maiores concentrações na área central tradicional da cidade e nas vias coletoras e arteriais dos bairros pobres e favelas.

Destarte esses condicionantes, nossa exposição visual dos agentes do circuito inferior buscou ser maior no sentido das descrições, fotografias e análises no tópico voltado aos resultados e discussões sobre o mesmo em Vitória de Santo Antão (tópico 3.3).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação produtiva e os novos condicionantes do mundo do trabalho no atual estágio da globalização e do capitalismo neoliberal financeirizado, orientado a digitalização do trabalho, transformaram as relações de produção, reconfigurando as dinâmicas interurbanas, intraurbanas, desde as pequenas cidades as grandes metrópoles globais. As relações produtivas territoriais nacionais e regionais no que tange à orientação dos fixos e fluxos das estruturas e agentes produtivos se desconcentraram de regiões que se adensaram industrialmente nos estágios do capitalismo do século XX. A busca por novos mercados regionais, condições espaciais gerais de produção mais vantajosas a maximização das taxas de lucro levou a expansão, no Brasil, do eixo denso do desenvolvimento industrial brasileiro e a emergência de novos arranjos industriais em regiões desfavorecidas, ao longo do século XX, no processo de industrialização e desenvolvimento de infraestruturas territoriais produtivas. No Nordeste brasileiro, assim como no Sul e na desconcentração interna das Regiões Metropolitanas das capitais da Região Concentrada, as cidades médias foram as principais favorecidas com esta migração e fomento de unidades produtivas em tecidos urbanos intermediadores dentro de regiões pouco dinâmicas nas atividades do setor secundário da economia.

O resultado desta reestruturação no sistema econômico urbano interno (intraurbano) e regional (rede urbana) destas cidades médias interiores está se dando na forma de uma complexificação de relações de produção, na diversificação da estrutura do trabalho formal e não formalizado, na reorientação das forças de influência regional e papel urbano-regional desempenhado entre cidades de pequeno, médio e grande porte.

Sob a perspectiva teórico-metodológica dos circuitos da economia urbana podemos analisar as dinâmicas setoriais produtivas em Vitória de Santo Antão a partir do começo do século atual até os presentes dias, quando o município se tornou um foco participante das transformações propiciadas pela reestruturação produtiva no contexto brasileiro.

Concluimos que a territorialização de uma gama de indústrias na cidade, a maioria delas nacionais e algumas multinacionais, elevou o quadro de empregos formais na área do setor secundário, na indústria de transformação especialmente. Todavia, esta mudança até então foi de perfil setorial do emprego formal e este ainda concentrando a maioria dos empregos formais no setor terciário (comércio e serviços), não se gerou uma quantidade significativa e estruturada de empregos formais nas indústrias e serviços à indústria que se pudesse afirmar Vitória de Santo Antão como uma “cidade industrializada” a parâmetros do que se observa em contextos de cidades médias interiores da Região Concentrada. A força de trabalho ativa do município

continua bastante concentrada na informalidade, desemprego ou subemprego, com uma parcela pouco maior de 10 mil habitantes dentro do quadro do regime formal de trabalho somando os setores de comércio e serviços.

O polo industrial foi o atrator de agentes do circuito superior para o município, consolidando neste setor a maior parte das estruturas e agentes que analisamos como do subsistema do capital hegemônico no município da Vitória de Santo Antão. Correlata a essa requalificação espaço-produtiva regional do município dada a consolidação de sua atratividade industrial – mesmo que não significativo a rupturas estruturais no quadro do desenvolvimento do social – emergiram localmente ou migraram para a cidade estabelecimentos e atividades produtivas características do circuito superior marginal. Estabelecimentos de grandes redes atacadistas, empresas de logística de transporte de mercadorias industriais, serviços especializados em saúde humana, franquias de redes de comércio alimentício, entre outros, emergiram da cidade ou implantaram unidade dentro da mesma.

No setor das micro e pequenas empresas, do trabalho formalizado por MEI, dos informais, do circuito inferior da economia, em resumo, observamos que a cidade apresenta uma evolução continuada de um adensamento do comércio varejista e serviços especializado em automóveis, do varejo comercial em geral concentrando muitos empregos e do setor de alimentos tendo grande alta na abertura de estabelecimentos e empregabilidade formalizada nos últimos anos. A formalização via regime de MEI também apresentou uma evolução considerável desde o começo do sistema de atuação formalizada para donos de negócios solo ou com alguns empregados/parceiros. De 2018 até 2022 o salto ano a ano do número total de MEIs abertos em Vitória de Santo Antão foi maior comparado aos anos anteriores. A maioria dos trabalhadores atua em pontos fixos, geralmente na própria residência de morada ou em estabelecimento do próprio bairro, outra parcela significativa trabalha via internet o que mostra uma evolução também do trabalho digitalizado de forma geral às atividades do circuito inferior da economia urbana vitoriense, assim como está sendo a tendência geral em outras cidades médias brasileiras onde estudos de casos como este foram realizados.

Por fim, como reflexão e apontamentos sugestivos para uma mudança virtuosa e estruturada das atividades produtivas, trabalho e consumo, em Vitória de Santo Antão ressaltamos a importância de o poder público municipal em dar suporte estratégico com o poder estadual redefinir os condicionantes territoriais e econômicos negociados com os empreendimentos já inseridos na cidade como os que virão a se instalar no município. Exigências quanto a geração de empregos a residentes no município não pode se limitar apenas a quantidade de vagas, mas a qualidade das vagas. Requerer a geração de vagas em postos de

maior requisição de *know-how* na atividade industrial podem ser ponderadas junto a formação técnico-científica demandada para que estes postos sejam ocupados por naturais de Vitória de Santo Antão, sem que se traga mão-de-obra das regiões de onde migraram os empreendimentos.

O desenvolvimento e investimento em PD&I dentro das instituições de ensino superior, neste sentido, se tornam cruciais para que se possa efetivamente realizar os encaminhamentos objetivados, no parágrafo anterior, a melhora da economia e da qualificação do emprego e da força de trabalho local e da dinâmica econômica vitoriense (e regional imediata).

Medidas de requalificação urbanísticas podem ser realizadas em outros pontos ou eixos viários concentradores de atividades do circuito inferior, ajudando de formas diretas e indiretas na melhora das condições espaciais do espaço cotidiano onde estes cidadãos atuam para o desenvolvimento socioeconômico da cidade e da Microrregião. Políticas de incentivos fiscais podem ser elaborados para subsidiar não só as atividades do circuito superior da economia na cidade (os industriais e grandes estabelecimentos de comércio e serviços) mais também os micros e pequenos negócios, programas de incentivo à inovação local podem mapear boas atividades que tenham potencial de escalonamento e elevação da economia, do emprego e da renda do município. Enfim, medidas que podem elevar de forma virtuosa as condições de trabalho e produtividade do trabalho no município, realmente legando um caminho ao verdadeiro desenvolvimento econômico-urbano para a cidade polo do centro da Zona da Mata Pernambucana.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. K. G. **Guerra dos lugares e circuitos da economia urbana**: a instalação da Grendene SA em Crato (CE). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25062019-161720/publico/2019_AnaKarinaGomesAlencar_VCorr.pdf. Acesso em: 02 dez. 2020.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211–239, 2019. DOI: 10.1590/s0102-6992-201934010009. Acesso em: 15 out. 2021.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1970.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. [Recurso eletrônico] 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAGÃO, J. **História da Vitória de Santo Antão; da “cidade” de Braga à cidade da Vitória (1626-1843)**. Vol. 1. 2ª ed. Recife: FIAM / Centro de Estudos de História Municipal, 1983a.

ARAGÃO, J. **História da Vitória de Santo Antão; da cidade da Vitória à da Vitória de Santo Antão (1843-1982)**. Vol. 2. Recife: FIAM / Centro de Estudos de História Municipal, 1983b.

ARAÚJO, T. B. O desenvolvimento socioeconômico de Pernambuco no início do século XXI: a propósito de síntese. In: ARAÚJO, T. B.; ARAÚJO, T. P. (Orgs.). **Socioeconomia pernambucana**: mudanças e desafios. Recife: CEPE, 2018.

ARAÚJO, T. B. **Nordeste, Nordestes**: que Nordeste? (Versão revisada). Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.

ARBACHE, J. Por que serviços? In: BARBOSA, N. *et al.* (Orgs.). **Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 565–586. (cap. 21).

BELLET, C. *et al.* (Eds.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias**. Presidente Prudente ; Lleida: Universidade Estadual Paulista ; Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.

BORASCHI, G. R. **Circuitos da economia urbana em cidades médias**: os camelódromos de Presidente Prudente (SP) e Londrina (PR). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/183119>. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. **Lei complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.** Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo. *In: Globalização e Competição*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. p. 75–94. (cap. 3).

BURLAMAQUI, L. Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter- Keynes - Minsky approach. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, n. 4, p. 728–744, 2015. DOI: 10.1590/0101-31572015v35n04a03. Acesso em: 21 out. 2021.

CANO, W. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 15, p. 139–174, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/118/122>. Acesso em: 03 set. 2021.

CANO, W. Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento. **Revistafaac**, v. 1, n. 2, p. 155–163, 2012. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/viewFile/65/27>. Acesso em: 08 jun. 2021.

CARLOS, A. F. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Eds.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CARLOS, A. F. O uso do solo urbano. *In: A cidade*. 8. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 45–55. (cap. 2).

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIDADÃO. Intérprete: Zé Ramalho. Compositor: Lucio Barbosa. *In: FREVOADOR* (Versão com Faixas Bônus). Intérprete: Zé Ramalho. Rio de Janeiro: Sony Music Entertainment (Brasil), 2003. Album digital, faixa 6. Disponível em: https://open.spotify.com/track/2mb4QtEcpGosc4pSG4ScyD?si=Y8OfLzN6RjGiBKo2VLjd_g&context=spotify%3Aalbum%3A1wIU47T9Q2f8ltb7u4xYfn. Acesso em: 14 jan. 2023.

CNC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) – novembro de 2022**. Brasília: CNC, 2022. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-julho-de-2022/434855>. Acesso em: 10 dez. 2022.

CNI. **Nota Econômica Nº19. Indústria fica menos concentrada regionalmente**. Brasília: CNI, 2021. Disponível em: https://fieig.com.br/repositoriosites/repositorio/portalfieig/download/Pesquisas/Nota_Economic_a_N_19_Industria_Fica_menos_Concentrada_Regionalmente.pdf. Acessado em: 25 jun. 2022.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana - uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, v. 6, p. 43–53, 1999. Disponível em: http://www.laget.eco.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=6. Acesso em: 18 jan. 2017.

CORRÊA, R. L. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DATASEBRAE. **Perfil do Microempreendedor Individual 2022**. Brasília-DF: Sebrae, 2022. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio_perfil_mei_2022_v15.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

DIEGUES, A. C.; ROSELINO, JOSÉ E. Editorial - Política Industrial e Indústria 4.0: a retomada do debate em um cenário de transformações no paradigma tecnoprodutivo. **Rev. Bras. Inov.**, Campinas (SP), v. 19, n. e0200032, p. 1–18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/rbi.v19i0.8661724>. Acesso em: 01 set. 2021.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, p. 35–64, 1993. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2306>. Acesso em: 30 jan. 2023.

DINIZ, C. C.; MENDES, P. S. **Tendências regionais da indústria brasileira no século XXI. Texto para Discussão nº 2640**. Brasília: IPEA, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2640>. Acessado em: 27 out. 2021.

FERNANDES, A. C. A.; COZIC, B. R. G. **Oferta e demanda por conhecimento e tecnologia presentes na indústria e em instituições de CT&I localizadas em Pernambuco**. Nota técnica / Consultoria Econômica e Planejamento. – Recife: CEPLAN, 2013.

FERNANDES, A. C. Inovação para o desenvolvimento (regional) inclusivo: sobre estimular imaginação e utopia em tempo de pandemia. In: D’OTTAVIANO, C.; MEDEIROS, S. R. F. Q. (Orgs.). **Planejamento urbano e regional: ensino, pesquisa e extensão**. Belo Horizonte: ANPUR, 2021. p. 173–229.

FERNANDES, A. C. Sistema territorial de inovação ou uma dimensão de análise da Geografia contemporânea. In: SPOSITO, E. S. *et al.* (Orgs.). **A diversidade da Geografia brasileira. Escalas e dimensões de análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016. p. 113–143.

FERNANDES, A. C.; SOUZA, A. V. Inovar, para quê? Trajetória recente da oferta e demanda por inovação na indústria pernambucana. In: ARAÚJO, Tânia Bacelar de; ARAÚJO, Tarcísio Patrício de (Orgs.). **Socioeconomia pernambucana: mudanças e desafios**. Recife: CEPE, 2018.

FIX, M.; PAULANI, L. M. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 4, p. 638–657, 2019. DOI: 10.1590/0101-31572019-2954. Acesso em: 19 nov. 2021.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. (Vol. 4). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALA, P. **Complexidade econômica**: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GALA, P.; RONCAGLIA, A. **Brasil, uma economia que não aprende**: novas perspectivas para entender nosso fracasso. 1. ed. São Paulo: Ed. dos Autores, 2020.

GEM (Brasil). **Monitor empreendedorismo no Brasil**: 2019. Curitiba: IBQP, 2020. Disponível em: <https://ibqp.org.br/gem/download/>. Acesso em: 12 mai. 2021.

GOMES, P. C. C.; BERDOULAY, V. Images in geography: Importance of the visual dimension in geographic thought. **Cuadernos de Geografia**: Revista Colombiana de Geografia, v. 27, n. 2, p. 356–371, 2018. DOI: 10.15446/rcdg.v27n2.65165. Acesso em: 15 set. 2022.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. Tradução: Artur Renzo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Área territorial brasileira 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 20 nov. 2022.

IBGE. **Estimativas da população**: 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=31451&t=downloads>. Acesso em: 05 fev. 2020.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acessado em: 29 set. 2020.

JATOBÁ, M. Multinacional investe R\$ 300 milhões em fábrica e abre 100 novas vagas em Vitória de Santo Antão. **Folha de Pernambuco**, Pernambuco, 20 set. 2022. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/owens-illinois-investe-r-300-milhoes-em-ampliacao-de-fabrica-de/240718/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

KLINK, J.; SOUZA, M. B. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. **Cad. Metrop. São Paulo**, v. 19, n. 39, pp. 379–406, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3902>. Acesso em: 10 set. 2020.

LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? **Formação (Online)** 1, no. 14, pp. 31-45, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/705>. Acesso em: 30 set. 2020.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. Tradução de Sílvia Selingardi Sampaio. São Paulo: DIFEL, 1985.

MAZZUCATO, M. Mission-oriented innovation policies: Challenges and opportunities. **Industrial and Corporate Change**, v. 27, n. 5, p. 803–815, 2018. DOI: 10.1093/icc/dty034. Acesso em: 27 out. 2021.

MELO, G. B.; PAIVA, G. L. Desenvolvimento e potencial de clusters criativos para as cidades médias brasileiras. **Nova Economia**, 26(SPE), 1287-1315, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/3953>. Acesso em: 08 jan. 2021.

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. O.; SEVERIAN, D. Região e indústria no Brasil: ainda a continuidade da “desconcentração concentrada”? **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 2, p. 581–607, 2020. DOI: 10.1590/1982-3533.2020v29n2art09. Acesso em: 27 out. 2021.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCO, M. A. (Eds.). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 61-85.

MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12062012-133347/pt-br.php>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25062007-140750/pt-br.php>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAIS, A. C. S.; PEREIRA, W. E. N. Cidades médias não metropolitanas do Nordeste e Sudeste do Brasil, no período de 1990 a 2013. **Cadernos CEPEC**, v. 5, n. 07, p. 6–19, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6906>. Acessado em: 03 fev. 2022.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, R. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). **Brasil**

século XXI, por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

MOURA, R.; OLIVEIRA, S.; PÊGO, B. **Escalas Da Urbanização Brasileira. Texto para Discussão nº 2372**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2372.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

OEC (Observatory of Economic Complexity). **Dados município de Vitória de Santo Antão/PE**. 2022. Disponível em: https://oec.world/en/profile/subnational_bra_municipality/vitoria-de-santo-antao. Acesso em: 02 dez. 2022.

OLIVEIRA, H. C. M.; SOARES, B. R. Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. **Caminhos de Geografia**, vol. 15, no. 52, pp. 119-133, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/23678/15964>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PAULANI, L. M. Dependência 4.0: considerações teóricas e o caso do Brasil. In: XXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA – ENEP, 26., 2021, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: SEP, 2021. Disponível em: https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/enep-edicoes-anteriores/anais-dos-eneps. Acesso em: 25 out. 2021.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 67–107.

PICCOLI NETO, D, PIRES, E. L. S. Redes e território: a articulação do setor metal-mecânico nos municípios de Araras e Piracicaba. In: FERREIRA, D. A. O.; FERREIRA, E. R. (Orgs.). **Geografia e território: interpretações do espaço brasileiro**. Rio Claro: IGCE/UNESP – Pós-Graduação em Geografia, pp. 105-124, 2012.

PINTO, E. C. *et al.* A guerra de todos contra todos: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 54, p. 107–147, 2019. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_006_2017_PINTO%20et%20al.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.

RAINBOW in the dark. Intérprete: Dio. Compositores: Jimmy Bain, Ronnie James Dio, Vincent Appice e Vivian P. Campbell. In: HOLY Diver. Intérprete: Dio. [S. I.]: Mercury Records Limited, 1983. Album digital, faixa 8. Disponível em: <https://open.spotify.com/intl-pt/track/5qFxuUIAwJlzO60vqOiL7y?si=6afda41270f3447b>. Acesso em: 19 jan. 2023.

RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais). **Base de dados Estabelecimentos e Vínculos na Plataforma Dardo**. 2022. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 07 out. 2022.

RECEITA FEDERAL (Brasil). **Total de Microempreendedores Individuais**. [relatórios estatísticos]. 2022. Disponível em:

<http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemei/private/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

REOLON, C. A. **Produção industrial e comando do capital no Brasil: uma análise espacial**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SALAMA, P. Da ambivalência da financeirização aos riscos sistêmicos (Prefácio). In: MARQUES, R.; CARDOSO JUNIOR, J. C. (Orgs.). **Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil**. 1. ed. Brasília-DF: Fonacate, 2022. p. 11–13. (prefácio I).

SALVADOR, D. S. C. O. **O centro está nas margens: os circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó (RN)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2016.974656>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SANTOS, L. A. L. **As influências do polo industrial no processo de expansão e ordenamento territorial da zona leste do município de Vitória de Santo Antão-PE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SANTOS, L. A. P. **A desindustrialização na Região Metropolitana do Recife (RMR): evidências e possibilidades**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª ed. Tradução: Myrna T. R. VIANA. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Vol. 6. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Acervo. Nível Territorial: Município. Unidade Territorial: 2616407. Vitória de Santo Antão (PE). 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=2616407#/S/Q>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SILVA, L. R. S. **Dos engenhos de cana a BRF: territorialização do capital e exploração do trabalho no espaço agrário de Vitória de Santo Antão, Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25012>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SILVEIRA, M. L. A natureza relacional dos circuitos da economia urbana. In: OLIVEIRA, F. J. G. *et al.* (ORGS.). **Geografia urbana: ciência e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 155–178.

SILVEIRA, M. L. Banalidade das finanças e cidadania incompleta: lugar e cotidiano na globalização. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 370, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.135155. Acesso em: 18 ago. 2021.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. **Ciência Geográfica - Bauru - XVII - Vol. XVII - (1): Janeiro/Dezembro, 2013**. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVII_1/agb_xvii1_versao_internet/agb_05_jandez2013.pdf. Acesso em: 17 nov. 2020.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000100004>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho, cidades médias. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, RJ, n. 11, p. 11-17, 2002. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2002.49153>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, v. 19, n. 2, p. 245–261, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102778>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, E. S., REOLON, C. Cidades médias e localização industrial. A indústria de transformação no estado de São Paulo. In: BELLET, C. *et. al.* (Eds.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias / intermedias** ; Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista ; Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, pp. 57-78, 2015.

SPÓSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, 35(1), pp. 51-62, 2010. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/SPOSITO-Novas-Redes-Urbanas-1.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

TOLEDO, E. F. T.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização de Bauru, cidade média paulista: da agroindústria à diversidade produtiva, sob a ação de atores locais e externos. In: FERREIRA, D. A. O.; FERREIRA, E. R. (Orgs.). **Geografia e território: interpretações do espaço brasileiro**. Rio Claro: IGCE/UNESP – Pós-Graduação em Geografia, pp. 125-146, 2012.

WHITACKER, A. M. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. **Scripta Nova. Revista Electrónica de**

Geografía y Ciencias Sociales, v. 24, n. 245, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24524.htm>. Acesso em: 04 abr. 2021.

WILKINSON, J. **Estudo da competitividade da indústria brasileira: o complexo agroindustrial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

XAVIER, M. A. M. **Os elos entre os dois circuitos da economia urbana brasileira no atual período: os atacadistas distribuidores e seu papel intermediador**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2009. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2009.477241>. Acesso em: 07 jan. 2021.

**APÊNDICE A – QUESTÕES-CHAVE PARA AS ENTREVISTAS SOBRE AS
INTERAÇÕES INSTITUIÇÕES E EMPRESAS (E-I) EM VITÓRIA DE SANTO
ANTÃO (PE)**

**Questões-chave para as entrevistas sobre as interações instituições e empresas (I-E) em
Vitória de Santo Antão (PE)**

- 1 – A instituição tem algum programa institucional formal de parceria (de modo geral) com empresas do município de Vitória-PE ou da região (Mesorregião)?
- 2 – A instituição, caso não tenha um programa formal de parceria com empreendimentos do município (ou Mesorregião), está em processo de planejamento de construção de um programa voltado à constituição de vínculo com empreendimentos do município?
- 3 – Caso a instituição tenha um ou mais programas de parceria/relação com empresas no município, a que se destinam?
- 4 – Há desenvolvimento de pesquisa, via projetos de pesquisa institucional ou individual (mestrado, doutorado, pós-doc.), diretamente relacionado ao desenvolvimento de CT&I envolvendo empreendimentos de Vitória-PE ou da sua Micro e Mesorregião?
- 5 – Há desenvolvimento de programa de parceria com empreendimentos na cidade da Vitória-PE voltado ao engajamento de estágios, profissionalização ou contratação de recém egressos?

APÊNDICE B – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ENDEREÇADO AOS ENTREVISTADOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Reestruturação produtiva e circuitos da economia urbana: análise da cidade de Vitória de Santo Antão (PE)

Mestrando: Leonardo Alves Leite dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes

Instituição, Centro, Departamento, etc.: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Departamento de Ciências Geográficas (DCG), Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO)

1. **Natureza da pesquisa:** Esta pesquisa se destina a investigar o panorama da economia recente (últimas duas décadas) da cidade de Vitória de Santo Antão, especialmente enfatizando as análises quanto as novas dinâmicas de atividades produtivas, emprego, trabalho e renda no município após a constituição do polo industrial (a partir de 2008) no município da Vitória de Santo Antão (PE).
2. **Participantes da pesquisa:** são alvos interessados à pesquisa para coleta de dados, via entrevista, alguns gestores públicos. No concernente à prefeitura municipal, os/as secretários/as de desenvolvimento econômico e industrial da municipalidade. Já no que tange a relação IE&P – E (Instituições de Ensino/Pesquisa e Empresas) buscamos entrevistar representantes de instituições públicas e privadas de ensino que possam apresentar relações de produção em CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) ou parcerias de estágio ou fomento à geração de empregos qualificados nas empresas estabelecidas no município da Vitória de Santo Antão (PE).
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) aprofundar o conhecimento empírico sobre as reais condições – virtuosidades e déficits – das relações socioeconômicas e os entraves passíveis de superação no sistema produtivo e trabalhista vitorienense. A sra (sr.) entrevistado tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.) entrevistado. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

4. **Sobre as entrevistas:** será realizada de forma livre sem questionário programático fechado, mas serão indagadas questões voltadas à atuação da instituição quanto sua (possível) relação/parceria, na produção conjunta ou endereçada à PD&I, P&D ou estágios/empregos, com empresas estabelecidas no município de Vitória de Santo Antão, sejam estas de surgimento natural no município ou de outras localidades, estados, regiões, países.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados. Caso o (a) entrevistado (a) opte por não ter seu nome identificado no corpo do texto de dissertação e publicações científicas derivadas da mesma (artigos, capítulos de livros, livros, etc.), o (a) pesquisador (a) e o orientador (a) se comprometem a não identificá-lo (a) nas obras científicas resultantes desta pesquisa/entrevista. Em substituição ao nome do (a) entrevistado (a), caso averbe não querer ter a identificação exposta, utilizar-se-á um nome ou terminologia genérica em substituição ao nome oficial do (a) entrevistado (a).
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o estágio atual das relações socioeconômicas urbanas em Vitória de Santo Antão (PE), de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa balizar reflexões e rumos direcionais ao efetivo planejamento aperfeiçoado e inovador das relações produtivas, do trabalho e da renda neste município, sobretudo sobre sua economia urbana. Os resultados desta pesquisa sendo, por fim, publicados de forma aberta ao público em geral via o sistema online do repositório de teses e dissertações da UFPE.
8. **Pagamento:** a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

(Utilizar assinatura eletrônica ou digital caso não seja preferível ou possível a assinatura física)

Pesquisador (mestrando): Leonardo Alves Leite dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Dutra Gomes

Endereço profissional do pesquisador (mestrando): Av. Dos Funcionários, s / n, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH, 5 andar, sala 527 (Grupo de Pesquisa GEHPEG / Prof. Rodrigo Dutra Gomes)

Contato pesquisador: (81) 9 9864-2506

E-mail (mestrando): leonardo.alsantos@ufpe.br

E-mail (orientador): rdutragomes@gmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS (DCG)**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

Endereço da Secretaria do PPGEO: Av. dos Funcionários, s/n, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas –CFCH, 6º andar, sala 604, CEP: 50740-550, Cidade Universitária, Recife-PE

Telefone: (81) 2126-8277

E-mail: ppggeografia@ufpe.br

Site: <https://www.ufpe.br/posgeografia>